

**AMAZÔNIA
BRASILEIRA**

Perspectivas territoriais
integradas e visão de futuro

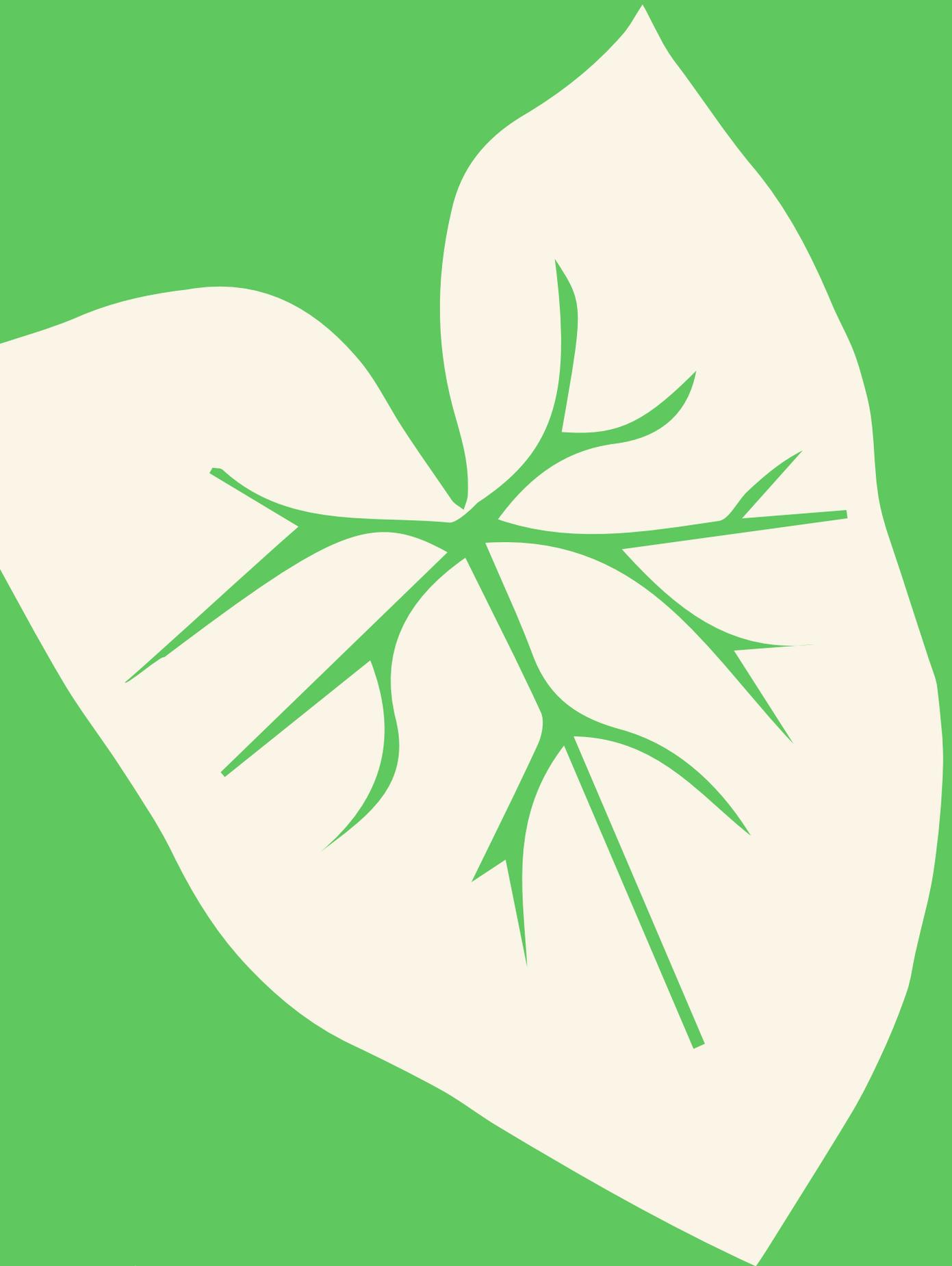


CENTRO DE ESTUDOS
synergia



TERRITÓRIOS

Metrópoles na floresta



Aninga
Montrichardia Linifera

**AMAZÔNIA
BRASILEIRA**

Perspectivas territoriais
integradas e visão de futuro



4

AUTORES

Mario Braga de Goes Vasconcellos

Lia Lutz Kroeff

Daniel Santos

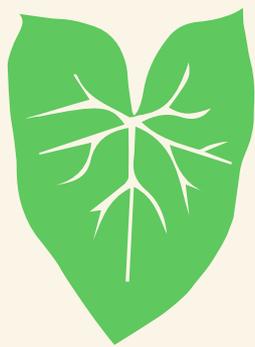
Gabriela Goulart Oliveira

TERRITÓRIOS

Metrópoles na floresta



CENTRO DE ESTUDOS
synergia



CARO/A LEITOR/A

É com satisfação e compromisso com as questões amazônicas que a Synergia Socioambiental apresenta o quarto volume da Série *Amazônia Brasileira – perspectivas territoriais integradas e visão de futuro*, que aborda o território das metrópoles na floresta.

O objetivo desta iniciativa é o aprendizado, a troca de experiências e o fomento à inovação socioambiental em torno dos principais desafios, oportunidades e caminhos possíveis para a construção e alcance de uma visão de futuro sustentável para a Amazônia e o Brasil.

Seguimos a sequência das discussões iniciadas nos três volumes anteriores: *Panorama 2021, desafios e visão de futuro*, lançado em outubro de 2021, que posiciona uma visão sobre o território amazônico e situa a discussão proposta nos demais volumes da Série; *Ocupação consolidada e arco do desmatamento*, lançado em fevereiro de 2022, que caracteriza estes territórios amazônicos e debate os vetores centrais no

processo histórico de ocupação e desmatamento na Amazônia Brasileira; e **Área conservada**, lançado em junho, que analisa o território compreendido pelos municípios com baixos índices de desmatamento somado às áreas protegidas. E chegamos aqui, neste quarto volume, à discussão de aspectos urbanos das principais cidades do território da Amazônia Legal.

Não abordamos unicamente as metrópoles na floresta neste volume, mas as cidades e o processo de urbanização na Amazônia, até porque apenas duas metrópoles se localizam neste território – Belém e Manaus, reconhecidas oficialmente como áreas metropolitanas¹. Nesta discussão, não se pretende esgotar a multiplicidade de aspectos do urbano na Amazônia, tarefa que excede nosso propósito e pretensão, mas trazer à tona algumas perspectivas sobre estes territórios e seus papéis nas dinâmicas e tendências da Amazônia Brasileira.

Busca-se, assim, agregar mais alguns elementos na compreensão da complexidade do território amazônico, reconhecido muitas vezes no senso comum nacional, não amazônico, como um território de domínio da paisagem florestal ou agrícola. Entretanto, trata-se de um território também impactado por um processo de urbanização rápido, recente, pujante e complexo, além de problemático em diversos

¹ De acordo com o IBGE (REGIC, 2018), o Brasil possuía naquele ano 15 metrópoles, sendo São Paulo considerada grande metrópole nacional; Rio de Janeiro e Brasília, metrópoles nacionais; e as demais, consideradas metrópoles, Recife, Horizonte, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Florianópolis, Manaus, Vitória e Campinas.

aspectos. Compreender os processos de urbanização na Amazônia é importante para compreender as macrotendências de mudança no uso e ocupação do solo neste território. As cidades são pontos nevrálgicos, centrais, hierarquicamente superiores na verticalidade da organização do espaço, como centro de decisão e coordenação dos processos de ocupação do território.

Traremos também um olhar sobre as populações e territórios das capitais amazônicas, observando alguns indicadores específicos. Por estes dados e indicadores passamos de maneira breve, acreditando que outras publicações recentes, de outras organizações que se debruçam a estudar e atuar na Amazônia, já aprofundam um olhar mais atento às cidades amazônicas por este viés analítico. Entre estas, destacamos a publicação *As cidades na Amazônia Legal: diagnóstico, desafios e oportunidades para urbanização sustentável*², da iniciativa Amazônia 2030.

Buscando somar a este panorama das metrópoles na floresta, trazemos dois autores na seção *Vozes da Amazônia*, que enriquecem nosso volume com perspectivas internas das duas metrópoles amazônicas. De Belém, Kelvyn Gomes, morador da Vila da Barca, nos conta um pouco da história e do cotidiano do bairro homônimo, onde fica o maior conjunto de palafitas da América Latina. De Manaus,

² Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/as-cidades-na-amazonia-legal-diagnostico-desafios-e-oportunidades-para-urbanizacao-sustentavel/>. Acesso em 17 jun. 2022

trazemos a contribuição de Heitor Pinheiro, geógrafo que atua na Fundação Vitória Amazônica e faz parte do Observatório da Região Metropolitana de Manaus (ORMM), com alguns resultados de um trabalho realizado pela FVM com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, que a Synergia integra.

Não podemos nos furtar ao registro de que este volume é escrito no momento em que a Amazônia é novamente destaque na mídia nacional e internacional, e mais uma vez por um lado negativo: da violência e ausência do Estado que passam aos poucos a ser a regra nesse espaço que deveria ser prioritário à gestão pública de nosso futuro comum. Como todas as demais pessoas que vivem e trabalham na Amazônia propondo alternativas e defendendo um desenvolvimento que seja sustentável e respeitoso à floresta e aos povos que a habitam, finalizamos este volume consternados/as com a notícia dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Neste cenário, dedicamos assim este volume à memória de ambos, reafirmando nosso compromisso em atuar em busca de um desenvolvimento atrelado à conservação ambiental e à proteção dos direitos dos povos originários e tradicionais.

Equipe Centro de Estudos Synergia

Boa leitura!

PERCURSO

Como percurso de trabalho, a iniciativa se organiza em três seções.

A **primeira seção**, com o Volume 1, buscou localizar e problematizar as questões e desafios socioambientais centrais para a Amazônia no presente em busca de uma visão de futuro. Na **segunda seção**, com os Volumes 2, 3 e 4, buscamos entender os territórios e territorialidades amazônicas, caracterizando as diferentes espacialidades que compõem a Amazônia Legal: as metrópoles, que abrigam a maior parte de sua população; as áreas de floresta conservada; as áreas de ocupação consolidada, onde a floresta deu lugar a novas paisagens; e a área de expansão, de pressão da fronteira agrícola sobre a floresta.

Por fim, a **terceira seção** busca – nos Volumes 5, 6 e 7 – mergulhar nos territórios de inovação na Amazônia, observando onde se localizam as oportunidades e alternativas para novos modelos integrados de desenvolvimento. Para este debate, confira os temas-chave ao lado:

1.

A bioeconomia e as alternativas para a geração de valor com a floresta em pé

2.

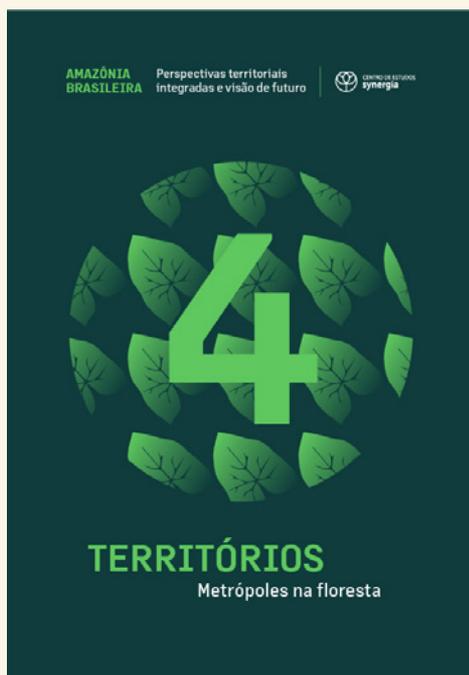
Caminhos e desafios para a sustentabilidade da pecuária na Amazônia

3.

Década da restauração da ONU e possibilidades da agricultura regenerativa nas áreas degradadas da Amazônia

COMO ESSE PROJETO ESTÁ ORGANIZADO

ESTAMOS
AQUI!



VOL 4
Territórios:
Metrôpoles na floresta



VOL 1
Panorama 2021:
Desafios e visão
de futuro

[DOWNLOAD >](#)



VOL 2
Territórios: Ocupação
consolidada e arco do
desmatamento

[DOWNLOAD >](#)



VOL 3
Territórios:
Área conservada

[DOWNLOAD >](#)



VOL 5
Bioeconomia e o
mercado dos produtos
florestais não
madeireiros: desafios
e possibilidades



VOL 6
Caminhos e desafios
para sustentabilidade
da pecuária



VOL 7
Década das Nações
Unidas da Restauração
de Ecossistemas
2021-2030 e
possibilidades da
agricultura regenerativa
em áreas degradadas
da Amazônia

SUMÁRIO

PERCURSO	9
Como esse projeto está organizado	10
<hr/>	
INTRODUÇÃO	14
<hr/>	
TERRITÓRIOS: METRÓPOLES NA FLORESTA	24
Cidades: nós das redes territoriais	25
Demografia das capitais: essencialmente urbanas	27
Os aglomerados subnormais	33
Saneamento precário das capitais	35
A questão da violência nas capitais da Amazônia	37
As Regiões Metropolitanas de Belém e Manaus	39
<hr/>	
AS CAPITAIS DA AMAZÔNIA	42
Cidades da Amazônia: Belém (PA)	42
Cidades da Amazônia: Manaus (AM)	48
Cidades da Amazônia: Rio Branco (AC)	54
Cidades da Amazônia: Macapá (AP)	60
Cidades da Amazônia: São Luís (MA)	66

Cidades da Amazônia: Cuiabá (MT)	72
Cidades da Amazônia: Porto Velho (RO)	78
Cidades da Amazônia: Boa Vista (RR)	84
Cidades da Amazônia: Palmas (TO)	90
Cidades da Amazônia: Região Metropolitana de Belém (PA)	96
Região Metropolitana de Manaus (AM)	102
<hr/>	
A ZONA FRANCA DE MANAUS	108
Modelo econômico da ZFM	110
Desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade	113
Propostas de mudanças com impacto na ZFM	118
<hr/>	
VOZES DA AMAZÔNIA	122
<hr/>	
BIBLIOGRAFIA	194
<hr/>	
CONHEÇA AS AUTORAS E OS AUTORES	206

INTRODUÇÃO

O território da Amazônia Legal é bastante peculiar em relação ao restante do país em diversos aspectos. E assim também o é no que se refere à paisagem, urbanização e padrões de uso e ocupação do território. Neste cenário, o processo de urbanização da Amazônia, que ocorre tendo como pano de fundo a tendência nacional de urbanização, tem ritmos, nuances e desafios que lhes são próprios e cujas soluções e alternativas diferem das que atendem outras regiões do país.



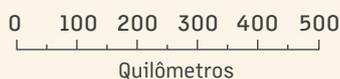
FIGURA 1. Capitais amazônicas

Informações Cartográficas

-  *Amazônia Legal*
-  *Capital*
-  *Principais rodovias*
-  *Divisa estadual*
-  *Fronteira intern.*

Fonte:
 Município - IBGE, 2017
 Capital - IBGE, 2020
 Divisas Estaduais - IBGE, 2015
 Amazônia Legal - ForestGIS, 2017
 Fronteira Internacional - ForestGIS, 2017

Croqui de localização



ESCALA DE REFERÊNCIA

1:12.000.000

**SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS**

Datum Horizontal SIRGAS 2000

Datum Vertical Marégrafo de Imbituba

A Amazônia é palco de uma intensa transformação desde 1960 até hoje, **em processo marcado pelo desmatamento, aumento da população, da malha viária e da urbanização.**

Considerando que a maioria das cidades que deram origem às capitais existiam desde bem antes deste período, pode-se distinguir dois momentos no processo de urbanização da Amazônia: um primeiro, ligado à sua ocupação pioneira, colonização e início da exploração das especiarias e drogas do sertão, quando foram criadas ocupações que deram origem a cidades como Belém, Macapá e Manaus; um segundo momento de ocupação, mais massiva e intensa, a partir do paradigma do ‘integrar para não entregar’, nascido dentro da ideologia militar positivista que orientava este movimento nos anos 1960. A constituição destas cidades é bem caracterizada no Volume 1 desta Série.

Na primeira fase, os rios eram as veias a oxigenar esta ocupação. As cidades foram erguidas às suas margens, para proteger estas vias e como entrepostos estratégicos

para a extração e comércio dos produtos da floresta, como a seringa e as chamadas especiarias. Em termos geopolíticos, sua constituição visava assegurar o domínio português ante as ameaças de entradas de espanhóis e holandeses, principalmente. Já no segundo momento, as rodovias foram o eixo do movimento de ocupação, como uma nova malha urbana nascendo às suas margens, como ilustra a Figura 2. Em termos geopolíticos, a ameaça a ser prevenida era, no discurso oficial, o assédio às riquezas naturais da região por interesses estrangeiros.

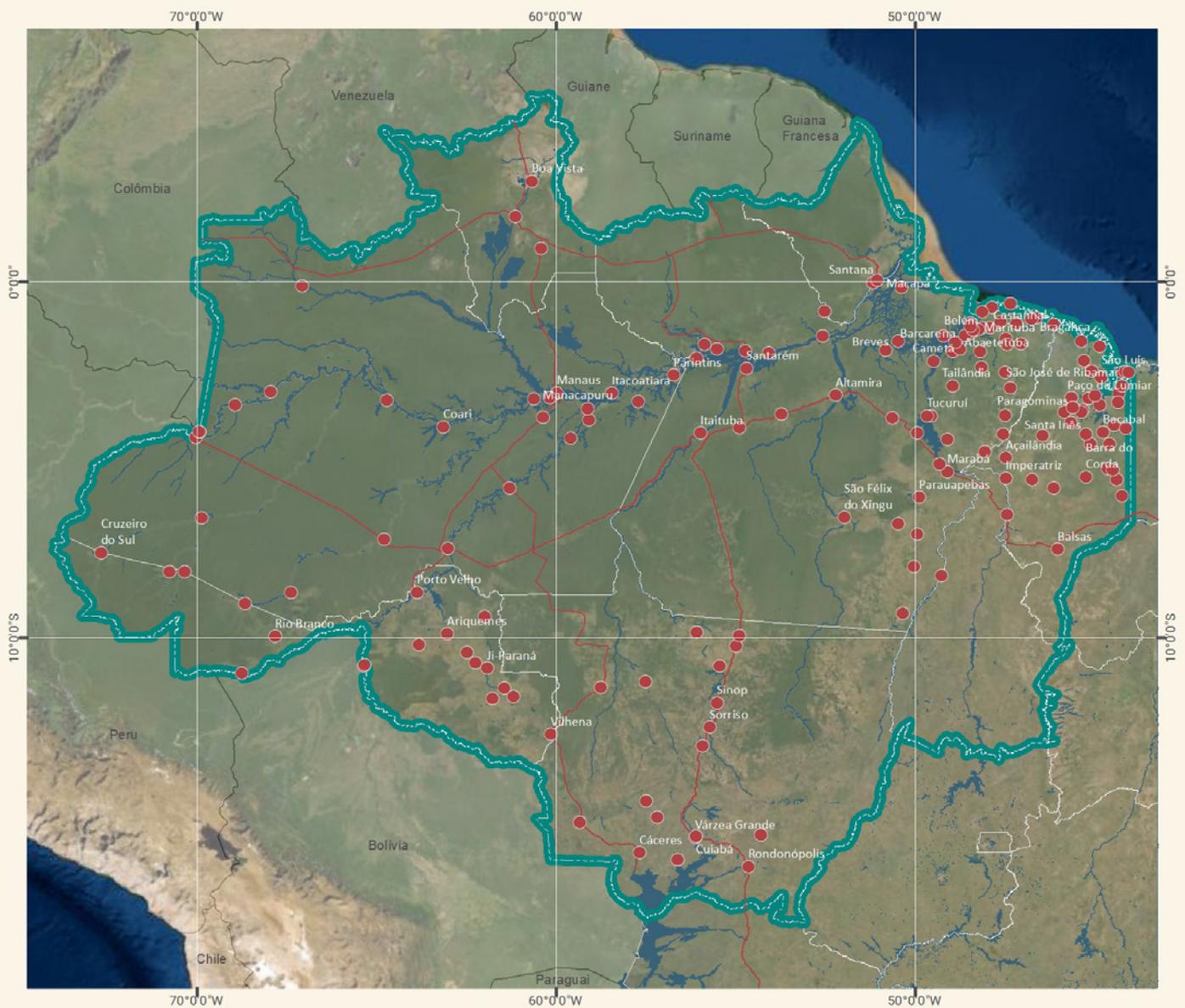


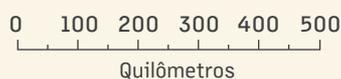
FIGURA 2. Cidades amazônicas com mais de 30 mil habitantes e malha rodoviária

Informações Cartográficas

- Cidades com mais de 30mil hab
- Amazônia Legal
- Principais rodovias
- Divisa estadual
- Corpo d'água
- Fronteira intern.

Fonte:
 População (Sede municipal) - OSM, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Divisas Estaduais - IBGE, 2015
 Amazônia Legal - ForestGIS, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016
 Fronteira Internacional - ForestGIS, 2017

Croqui de localização



ESCALA DE REFERÊNCIA
 1:12.000.000
SISTEMA DE COORDENADAS
GEOGRÁFICAS
Datum Horizontal SIRGAS 2000
Datum Vertical Marégrafo de Imbituba

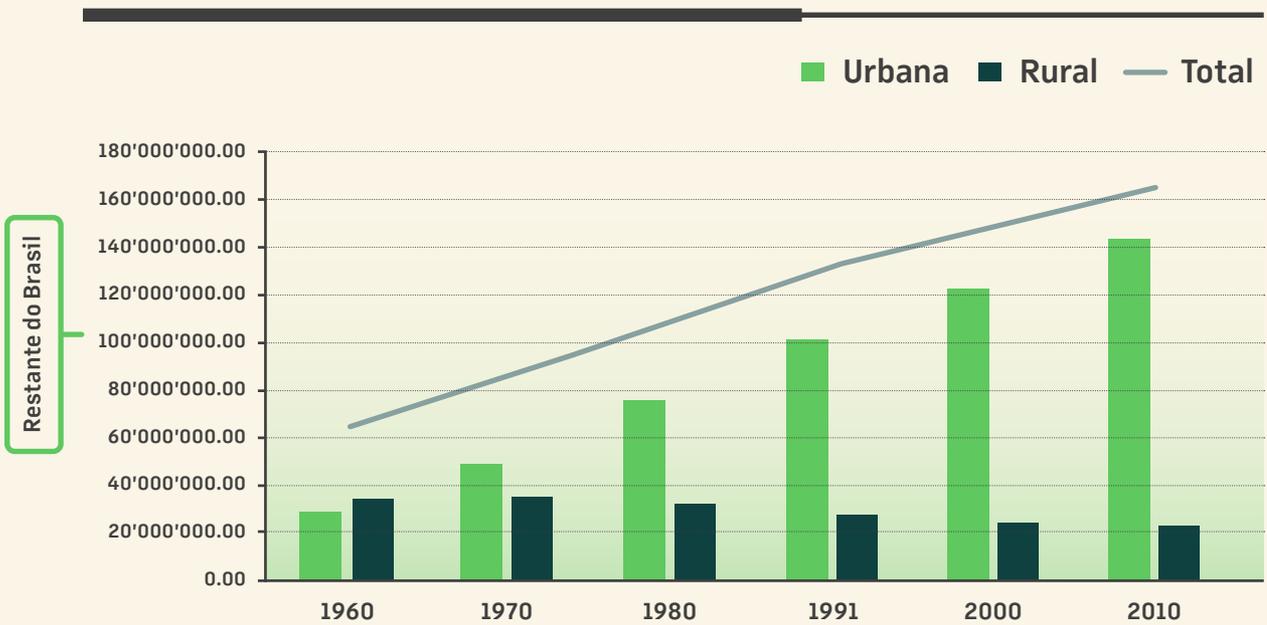
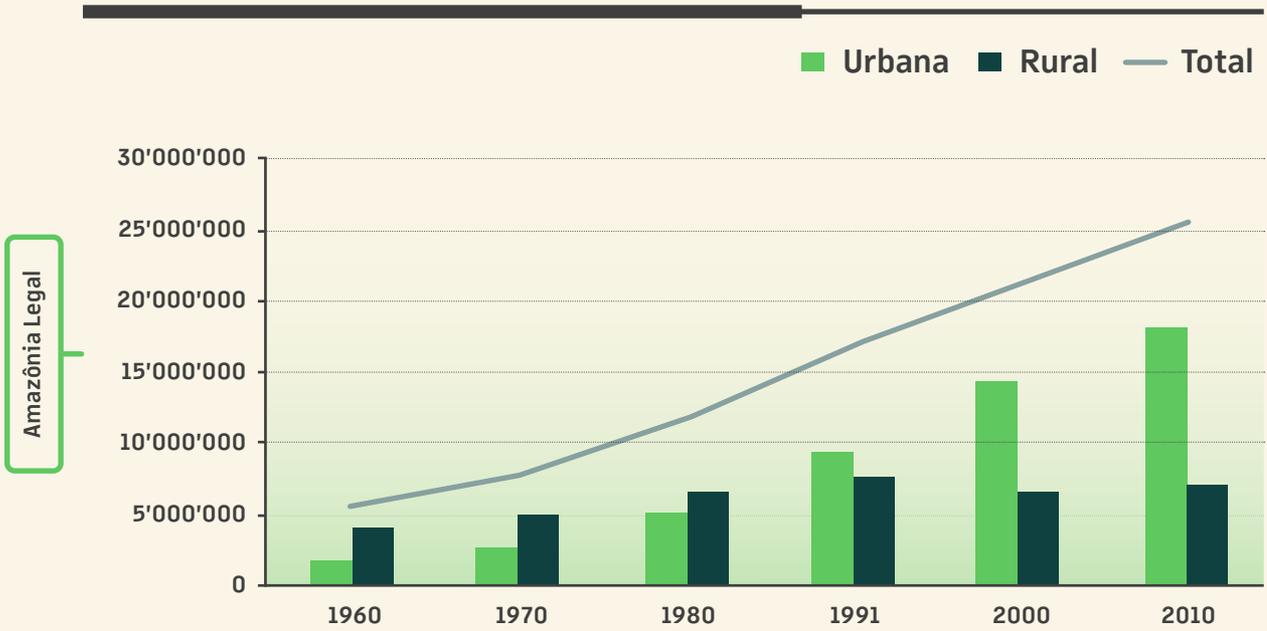
Entre 1960 e 2010, a população da Amazônia Legal cresceu 347%, ante um aumento de 156% no restante do país. Em termos de número de municípios, a Amazônia passou de 227 em 1960 a 772 em 2020, elevação de 340%, ante um crescimento de 188% nos demais municípios do país (AMAZ 2030, 2022). Curioso que, embora a população da Amazônia e o número de cidades tenham crescido neste período em ritmo muito superior ao do resto do país, a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana tem ocorrido de forma bem mais rápida fora da Amazônia, como mostra a comparação realizada pela iniciativa Amazônia 2030 no estudo As Cidades na Amazônia Legal: Diagnóstico, Desafios e Oportunidades para Urbanização Sustentável³.

³ Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/02/AMZ-31.pdf>. Acesso em 14 jun. 2022.

GRÁFICO 1. Quantidade de municípios na Amazônia legal



GRÁFICO 2. Evolução da População



Se o crescimento da população e do número de cidades na Amazônia é muito maior, ao mesmo tempo em que a transição urbana que se viu no Brasil nas últimas décadas ainda é mais lenta na Amazônia, indica-se que estas novas municipalidades se caracterizam por um perfil mais rural do que no restante do país. Considerando uma abordagem gradativa entre urbano e rural, poderíamos dividir os municípios da Amazônia em três categorias: essencialmente urbanos, relativamente rurais e essencialmente rurais.

Estudo recente (Lobão e Staduto, 2019) propõe como critério para esta proposta de abordagem que os municípios essencialmente rurais são aqueles que apresentam populações menores que 50 mil habitantes e necessariamente uma densidade demográfica menor que 80 hab./km². O outro extremo, isto é, os municípios essencialmente urbanos devem-se compor de uma população maior de 100 mil habitantes. Na escala intermediária, os municípios relativamente rurais são caracterizados por uma população entre 50 mil e 100 mil habitantes ou com uma densidade demográfica maior que 80 hab./km².

22

Considerando estes critérios e trabalhando com dados dos censos de 2000 e 2010, o estudo aponta que mais de 85% dos municípios da Amazônia Brasileira enquadraram-se como essencialmente rurais no ano de 2010, concentrando 36,51% da população da região e 76% do território. Vinte municípios seriam essencialmente urbanos, ou seja, 4,44% da região e congregaram 45,08% dos residentes em apenas 3,66% do território regional. Foram 44 municípios definidos como relativamente rurais, com 18,40% dos habitantes em uma faixa territorial de 20% do território.

Estas tendências apontam que o padrão de urbanização na Amazônia se caracteriza por uma baixa densidade demográfica e uma população menos concentrada, mais dispersa, do que no resto do país. Pela presença de duas metrópoles (Belém e Manaus) e pela pequena quantidade de “cidades médias”, com população entre 100 mil e 500 mil pessoas, os muitos municípios criados na Amazônia na última década são, em geral, grandes extensões de terra com pequenas áreas urbanizadas, e uma população espraiada.

As capitais amazônicas se caracterizam ainda pelos piores indicadores de infraestrutura em comparação com as demais grandes cidades brasileiras, considerando saneamento básico, acesso à energia e internet e mobilidade urbana.

Embora sejam conclusões que se possam estabelecer sobre o conjunto destas nove capitais, há que reconhecer também as grandes diferenciações e descontinuidades territoriais internas ao território amazônico.

A localização da cidade no arco do desmatamento ou na Amazônia Conservada, por exemplo, ou a antiguidade da constituição da cidade são condições que tornam bem diferentes alguns aspectos das urbis amazônicas. Assim, o processo histórico de constituição das municipalidades em Rondônia, por exemplo, é diferente do que ocorreu no Amapá; e as tendências de transformação em Cuiabá se conectam a fatores provavelmente muito distintos daqueles que ocorrem em Macapá. Neste sentido, faz-se interessante o duplo movimento: tanto entender as disparidades intrarregionais amazônicas, quanto observar os padrões que se repetem em toda a Amazônia.

TERRITÓRIOS: METRÓPOLES NA FLORESTA

A Amazônia contém a maior área de florestas tropicais do mundo com seus mais de cinco milhões de km² e a maior rede fluvial do planeta. Também é fato discutido internacionalmente que tal patrimônio ambiental corre risco. O que pouco é salientado nas discussões é que há uma população de mais de 28 milhões de habitantes nos nove estados da Amazônia Legal.

Há metrópoles e cidades que comportam quase um terço dessa população e onde se concentram as decisões que influenciam grande parte da vida desta população: as nove capitais dos estados. Esta seção busca discutir brevemente alguns aspectos da realidade de tais urbanidades e construir um olhar comparativo com o restante do país.

CIDADES: NÓS DAS REDES TERRITORIAIS

Olhando por esta perspectiva de Milton Santos sobre a conexão universal dos lugares, vemos que a Amazônia passou por este processo – antes as tendências do que ocorria em cada área remota da floresta atendia muito mais às determinações das dinâmicas locais e intrarregionais do que hoje.

Na Amazônia atual, muitas das mudanças e continuidades que ocorrem nas pontas dos sistemas territoriais respondem a processos cujos braços alcançam lugares muito distantes.

“Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: **a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território**”

MILTON SANTOS (2012)

Lugares como Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco, por exemplo, viveram este processo de forma abrupta com a abertura das estradas. E a subordinação das formas de uso e ocupação nestes espaços às demandas e lógicas oriundas das regiões centrais do país inaugurou um período de grande transformação na paisagem. Mesmo as cidades mais antigas, como Belém e Manaus, foram construídas a partir de paradigmas de lugares distantes, quando as especiarias e drogas da floresta atendiam aos anseios de uma elite luxuosa e pretensamente sofisticada.

As cidades constituem os nós das redes por meio das quais os lugares e as localidades se conectam ao global, ao exterior. Como polos de referência de grandes amplitudes territoriais, as cidades articulam os vetores

de influência como tendências locais. E por isso são espaços de contradição, de encontro entre um acontecer arraigado na história e um acontecer hierárquico, direcionado a partir de novos centros de decisão. A contradição do espaço urbano resiste neste embate, entre a reação do território, na sua ressignificação e apropriação do externo, e a imposição dos novos regramentos do espaço definidos à distância.

Feito este comentário sobre os espaços urbanos amazônicos, entramos na sequência na observação de alguns aspectos socioeconômicos destas cidades.

DEMOGRAFIA DAS CAPITALS: ESSENCIALMENTE URBANAS

Em 2021, a população residente estimada das nove capitais amazônicas foi de 7,7 milhões de habitantes (Tabela 1) (IBGE, 2021). Desse total, a capital Manaus (AM) é a mais populosa, com 2,3 milhões de habitantes, seguida de Belém (PA) com 1,5 milhão de habitantes e São Luís (MA) com 1,1 milhão de habitantes. Já as capitais com menor população são Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Palmas (TO). Em geral, a

estrutura etária das capitais da Amazônia é de uma população ainda jovem, com maioria abaixo dos 30 anos em ambos os sexos (MS, 2021). Por fim, a maioria da população de todas as capitais é da cor parda (IBGE, 2019)

A depender da capital da Amazônia, ela pode representar grande parte da população de todo o Estado (Tabela 1). Por exemplo, a cidade de Boa Vista contém quase 67% da população do estado de Roraima, Macapá com 522.357 habitantes em 2021 representa quase 60% da população do Amapá e Manaus possui 53% do total do estado do Amazonas. Já Cuiabá (17,5%), Belém (17,2%) e São Luís (15,6%) são as capitais com menor parcela da população de seus respectivos estados.

Interessante notar esta diferenciação entre os estados amazônicos: alguns onde a capital é a grande aglutinação populacional, como RO, AP e AM; e outros com uma ocupação mais espalhada, onde outras cidades são importantes em termos demográficos, como PA, MA e TO.

TABELA 1. População residente em 2021 nas capitais da Amazônia e proporção em relação à população estadual (%)

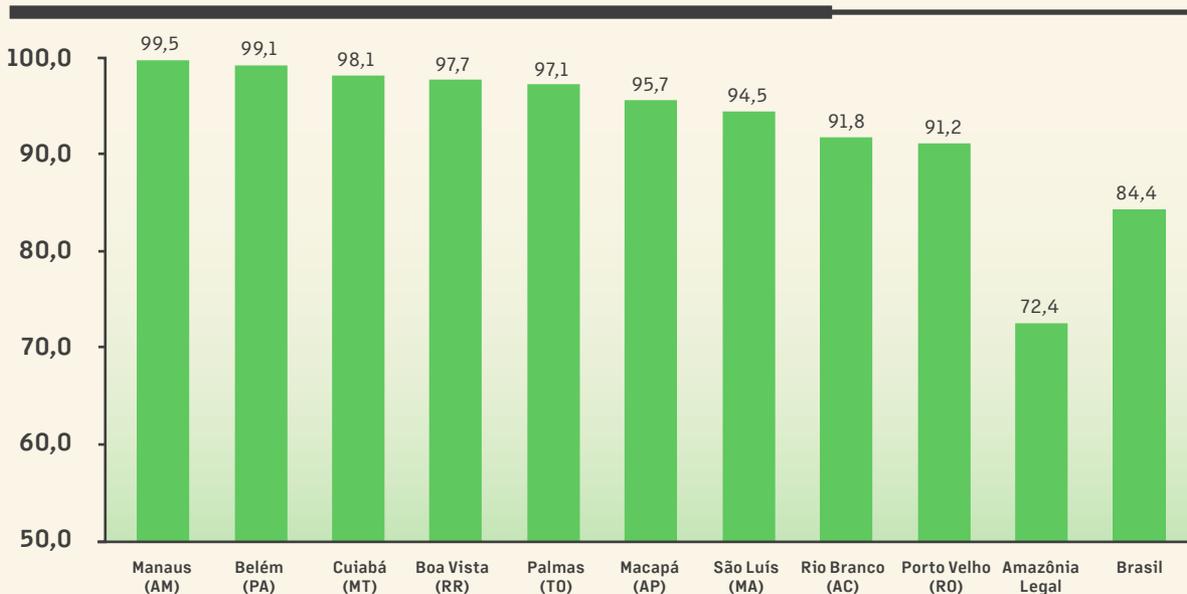
NOME	POPULAÇÃO RESIDENTE 2021	% DA POPULAÇÃO ESTADUAL
Belém (PA)	1.506.420	17,2
Boa Vista (RR)	436.591	66,9
Macapá (AP)	522.357	59,5
Manaus (AM)	2.255.903	52,8
Palmas (TO)	313.349	19,5
Porto Velho (RO)	548.952	30,2
Rio Branco (AC)	419.452	46,3
São Luís (MA)	1.115.932	15,6
Cuiabá (MT)	623.614	17,5
Amazônia Legal	28.419.712	-

Apesar de ser conhecida pelo vasto território e patrimônio ambiental com exuberância de florestas e hidrografia, a Amazônia possui uma população essencialmente urbana, especialmente nas capitais estaduais (IBGE, 2010). Ainda em 2010, o censo demográfico do IBGE estabeleceu que todas as capitais

30

amazônicas possuíam mais de 90% da população localizada em áreas urbanas de seus territórios (Gráfico 3). Em Manaus (AM) e Belém (PA), as maiores cidades da Amazônia e que possuem regiões metropolitanas, praticamente 100% da população era urbana em 2010. Muito provavelmente, no advento do Censo 2022 do IBGE, a população identificada também será urbana quase em sua totalidade nas demais capitais da Amazônia.

GRÁFICO 3. Proporção (%) da população urbana em relação à população total das capitais da Amazônia, Amazônia Legal e Brasil no Censo 2010



Outro fato sobre as capitais amazônicas é que a razão de dependência de uma população, indicador que mede a relação entre a população de jovens (0 a 14 anos) e idosos (acima de 60 anos) economicamente dependente e a população economicamente ativa (entre 15 e 59 anos) manteve-se abaixo da média do Brasil em 2021 (Gráfico 4). Enquanto a média brasileira é de 54,6% de população dependente, nas capitais amazônicas tal razão oscilou de 44,8% (Porto Velho) a 51,2% (Cuiabá).

GRÁFICO 4. Razão de dependência nas capitais da Amazônia e Brasil em 2021



Entre os 10 estados brasileiros com menor expectativa de vida, 5 estão na Amazônia.

Na prática, isto significa que a Amazônia possui uma população mais jovem do que no resto do país, com maiores índices de natalidade e menos expectativa de vida⁴.

Embora este cenário seja parte de um contexto geral de piores índices de desenvolvimento no território amazônico, representa também uma oportunidade: o grande contingente populacional jovem que reside hoje na Amazônia Brasileira.

População que será a mais diretamente impactada pelas tendências futuras de desenvolvimento e ocupação na Amazônia, ao mesmo tempo em que constituem a força criativa e de trabalho que mais diretamente lidará com os desafios de adaptação e mitigação da mudança do clima na Amazônia.

⁴ Saiba mais em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2020/11/26/expectativa-de-vida-do-brasileiro-ao-nascer-foi-de-766-anos-em-2019-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 25 jul. 2022.

OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

Segundo o IBGE (2019), aglomerado subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados para fins de habitação em áreas urbanas. Geralmente, caracteriza-se por padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, como: áreas de favelas, palafitas e pequenos aglomerados constituídos por grupos vulneráveis, que criam as expressões da pobreza na paisagem das cidades brasileiras.

Observar o percentual do espaço urbano ocupado por aglomerados desta natureza indica a maturidade ou a incompletude do processo de urbanização e desenvolvimento social em uma cidade. Assim, com dados da Embrapa (2015), observamos em seguida o papel deste tipo de ocupação nas paisagens urbanas amazônicas.

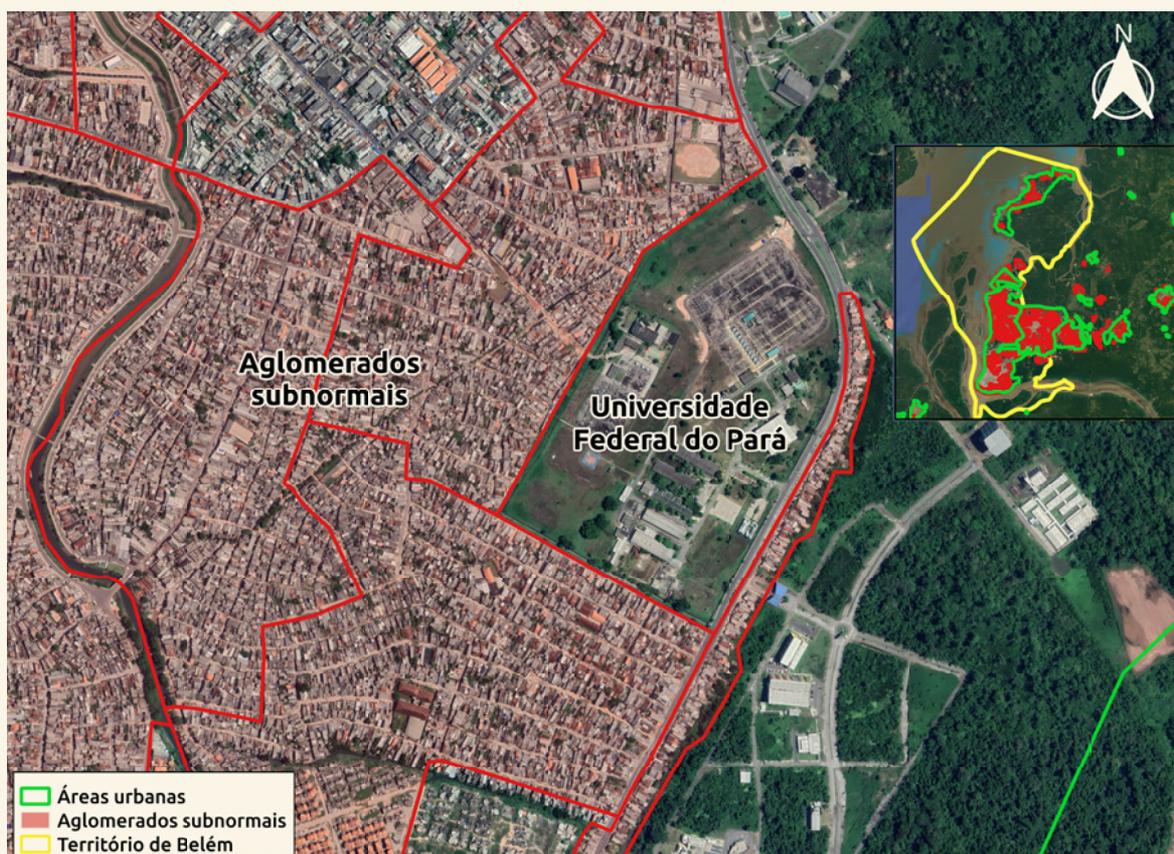
Com exceção de Boa Vista (4,6%) e Cuiabá (7,3%), todas as demais capitais possuem mais de 10% de área urbana com aglomerados subnormais (IBGE, 2019; Embrapa, 2015). Esses aglomerados fazem parte da área urbana das duas metrópoles da

Amazônia (Tabela 2): Manaus com 54,3% da área urbana e Belém com 45,2% com aglomerados subnormais, como ao redor da Universidade Federal do Pará, localizada no município (Figura 3).

TABELA 2. Área urbana total (km²) e aglomerados subnormais (km², %) nas capitais da Amazônia em 2019

MUNICÍPIO	ÁREA URBANA TOTAL (KM ²)	AGLOMERADOS SUBNORMAIS	
		ÁREA (KM ²)	% EM RELAÇÃO À ÁREA URBANA
Belém (PA)	199,5	90,1	45,2
Boa Vista (RR)	133,0	6,1	4,6
Cuiabá (MT)	244,1	17,9	7,3
Macapá (AP)	128,1	14,2	11,1
Manaus (AM)	427,1	231,9	54,3
Palmas (TO)	144,4	17,7	12,2
Porto Velho (RO)	139,7	27,5	19,7
Rio Branco (AC)	116,8	23,7	20,3
São Luís (MA)	283,3	73,6	26,0

FIGURA 3. Aglomerados subnormais em parte da área urbana de Belém (PA) em 2019



SANEAMENTO PRECÁRIO DAS CAPITALS

A questão do saneamento é crônica em toda a Amazônia. Isso não é diferente nas capitais. Segundo o Instituto Trata Brasil (2022), que avaliou a questão do saneamento básico nos maiores municípios brasileiros, Macapá (AP) é a capital que menos investe em saneamento

básico não só entre os nove da Amazônia, mas entre todas as capitais brasileiras. Logo em seguida, há Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Tal situação não é diferente nas demais capitais amazônicas (Tabela 3). Boa Vista (RR) e Palmas (TO) são os 70º e 83º municípios brasileiros que menos investem em saneamento básico.

Essa situação se refere principalmente à questão da coleta e tratamento do esgoto sanitário. Somente Boa Vista (86,1%), Palmas (63,3%) e Cuiabá (57,1%) possuem a maior porcentagem de esgoto coletado e tratado em relação à água consumida pela população urbana (Instituto Trata Brasil, 2022). As demais capitais não possuem tratamento de esgoto significativo (Tabela 3).

TABELA 3. Ranking das capitais da Amazônia que menos investem em Saneamento Básico e indicador de esgoto tratado referido à água consumida nas capitais da Amazônia em 2020

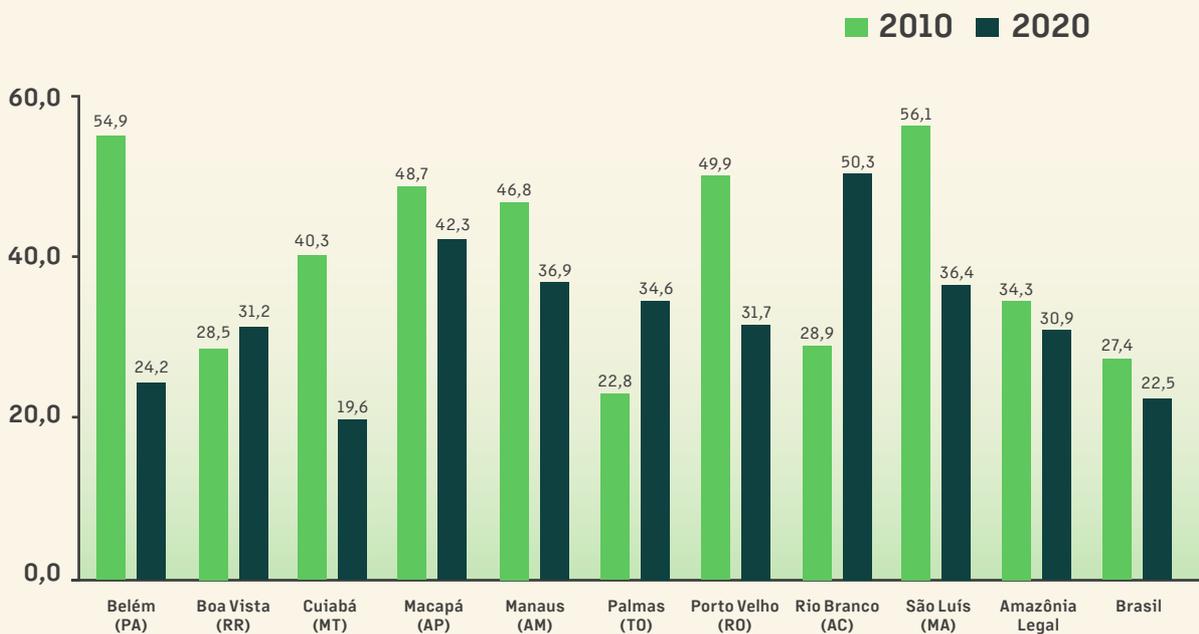
CAPITAL	RANKING DE MENOS INVESTIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO		INDICADOR DE ESGOTO TRATADO REFERIDO À ÁGUA CONSUMIDA (%)
	POSIÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL (ENTRE OS PIORES)	POSIÇÃO NO BRASIL (ENTRE OS PIORES)	
Macapá (AP)	1º	1º	28,4
Porto Velho (RO)	2º	2º	0
Rio Branco (AC)	3º	4º	36,4
Belém (PA)	4º	5º	3,6
Manaus (AM)	5º	12º	24,1
São Luís (MA)	6º	16º	20,8
Cuiabá (MT)	7º	46º	57,1
Boa Vista (RR)	8º	70º	86,1
Palmas (TO)	9º	83º	63,3

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA NAS CAPITAIS DA AMAZÔNIA

A violência também influencia diretamente a qualidade de vida da população urbana da Amazônia. Apesar da redução das taxas brutas de homicídios (também chamados de mortes violentas intencionais ou MIV) entre 2010 e 2020, todas as capitais possuem taxas maiores que a do Brasil, com exceção de Cuiabá (MT) (Gráfico 5). Não obstante, algumas capitais aumentaram as taxas de homicídios: Rio Branco (AC) atingiu 50,3

óbitos por 100 mil habitantes, Palmas (TO) aumentou de 22,8 em 2010 para 34,6 óbitos por 100 mil habitantes em 2020. A única capital com redução maior que 50% na taxa de homicídios foi Belém, que passou de 54,9 em 2010 para 24,2 óbitos por 100 mil habitantes (MS, 2020).

GRÁFICO 5. Taxa bruta de homicídios (óbitos/100.000 hab.) nas capitais da Amazônia, Amazônia Legal e Brasil em 2010 e 2020



Recentemente, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) detalhou uma cartografia da violência na região amazônica. Em tal publicação, são descritas as principais razões do aumento das taxas de homicídios na região. Enquanto em áreas rurais tais taxas aumentaram devido à intensificação de conflitos fundiários, em áreas urbanas, especialmente nas capitais amazônicas, a causa está na intensa presença de facções do crime organizado e das rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região. Por exemplo, Manaus e Belém, as principais metrópoles da Amazônia, são grandes centros de atuação do crime organizado na região (FBSP, 2022).

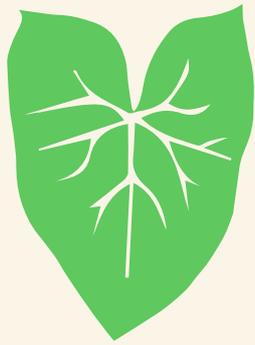
AS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELÉM E MANAUS

Oficialmente, o IBGE (2020) considera que há dez regiões metropolitanas na Amazônia. Porém, ao considerar como metrópoles cidades que geram desenvolvimento, são chaves para uma região e possuam mais de 1 milhão de habitantes, é possível afirmar que as Regiões Metropolitanas de Belém (RMB) e Manaus (RMM) são as duas metrópoles da Amazônia⁵.

⁵ A Região Metropolitana da Grande São Luís também possui mais de 1 milhão de habitantes, mas ela situa-se nos limites da Amazônia Legal.

40

A RMB congrega seis municípios e atingiu 2.342.089 habitantes (IBGE, 2021). Essa metrópole possui forte conurbação, onde cinco municípios (que somam mais de 800 mil habitantes) atuam como cidades-dormitórios para uma população e economia que têm Belém como polo de referência. Por outro lado, na RMM, com 13 municípios e 2.766.492 habitantes, não há conurbação intensa como na RMB. E a capital Manaus é o município com maior importância, seja em termos de população (sozinha possui mais de 80% do total de habitantes da RMM) ou econômicos, devido à existência da Zona Franca de Manaus (ZFM).



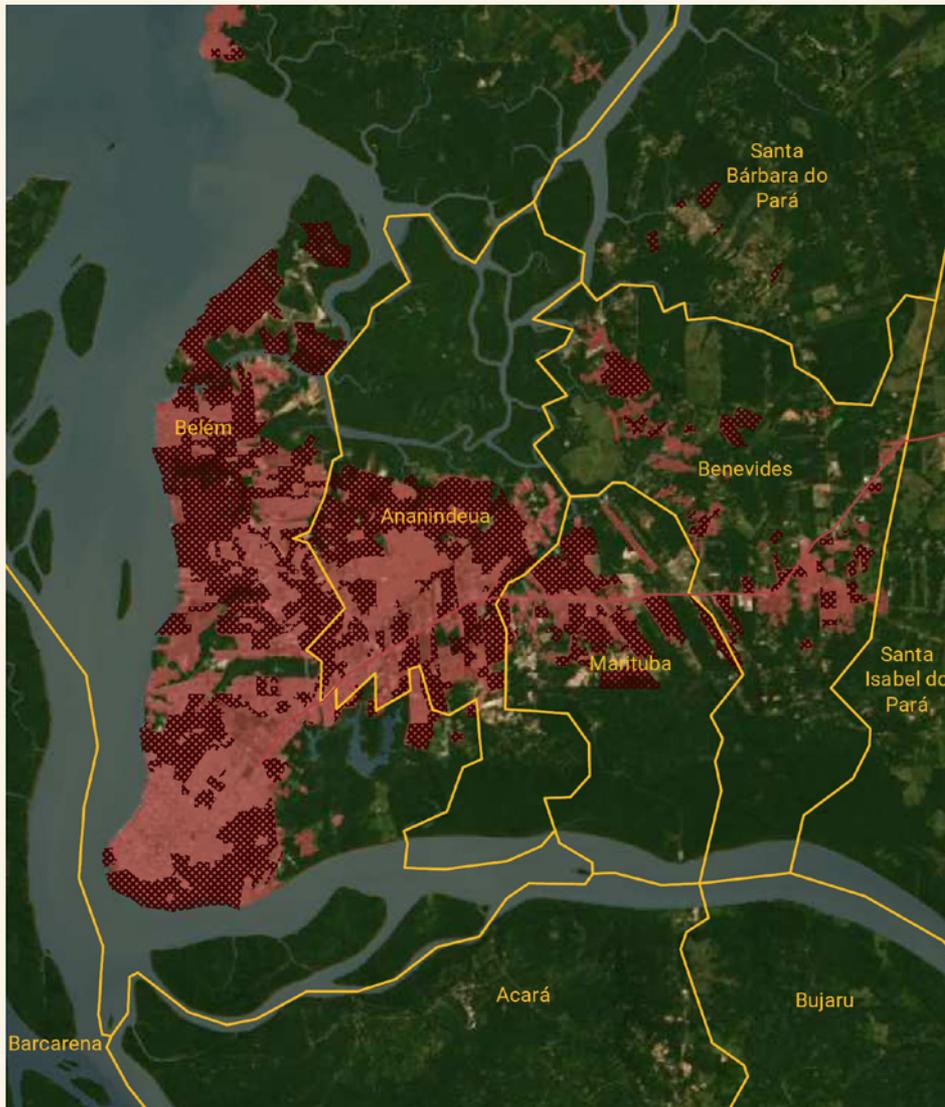
AS CAPITAIS DA AMAZÔNIA

CIDADES DA AMAZÔNIA: BELÉM (PA)

A ÁREA URBANA DE BELÉM

Belém é a capital do estado do Pará e o segundo município mais populoso da Amazônia. Continha 1.506.420 habitantes em 2021 (17% da população do estado) e uma população eminentemente urbana (97,2%, de acordo com o Censo 2010). Apenas 200 km² (19%) de sua área territorial (1.059 km²) é considerada urbana. Cerca de 45% da área urbana de Belém é considerada aglomerado subnormal pelo IBGE. Além disso, a cidade convive com problemas crônicos, como saneamento inadequado (42% dos domicílios com o uso de fossa séptica).

FIGURA 4. Aglomerados subnormais de Belém • 45%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana da Região Metropolitana de Belém

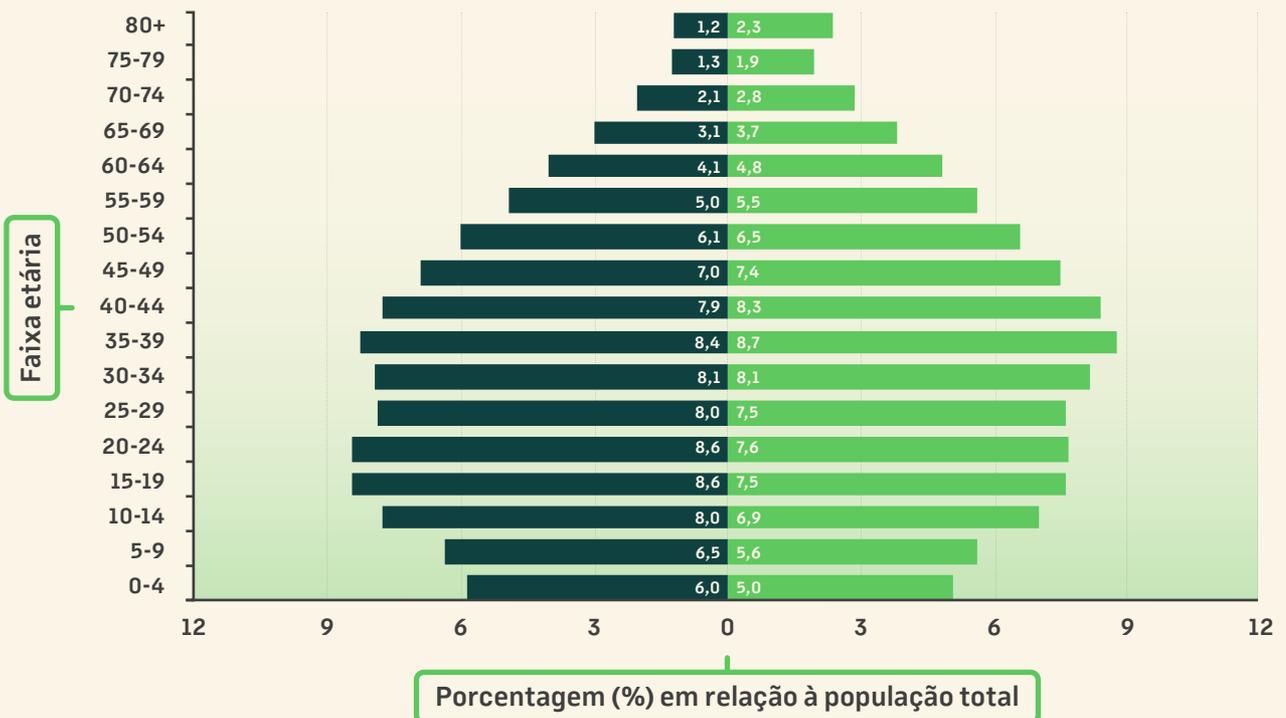
ANO	HABITANTES	%
1970	636.513	89,7
1980	898.786	82,6
1991	1.039.818	70,8
2000	1.888.201	97,4
2010	2.161.253	97,2

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

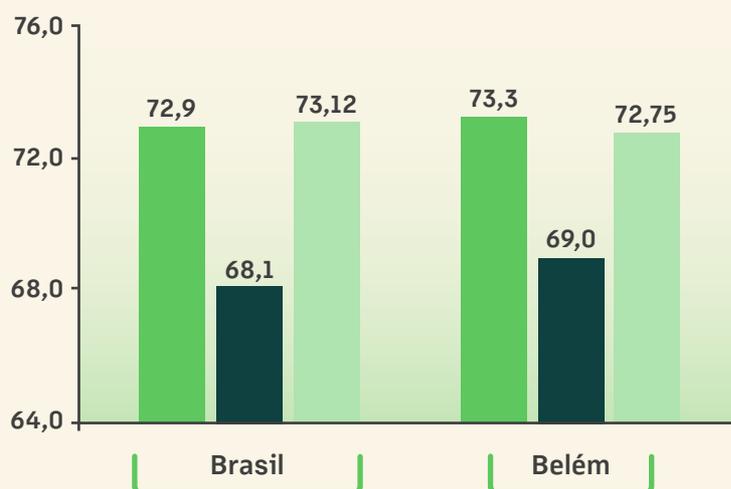
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

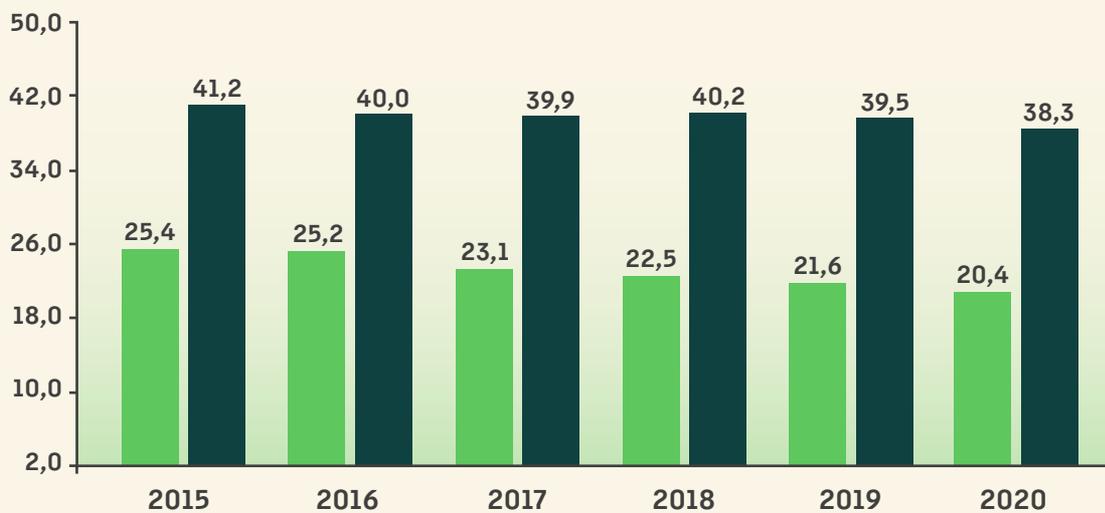
■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

■ Ensino Fundamental
■ Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

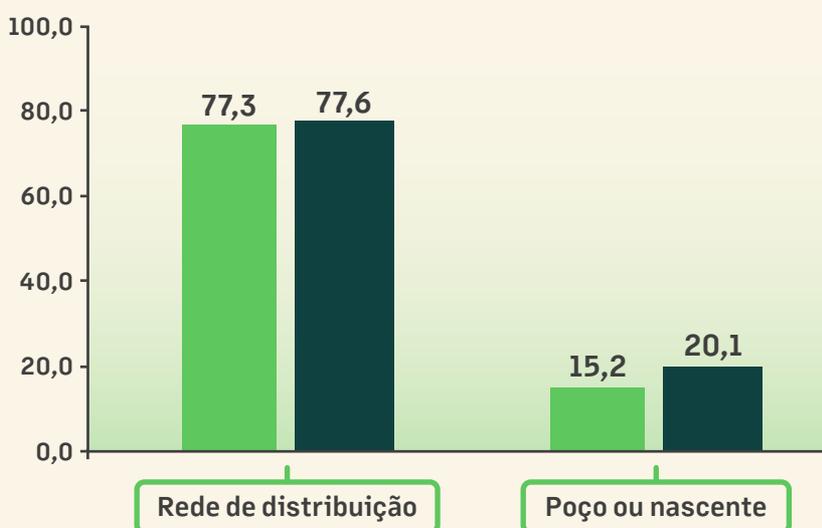
■ Brasil
■ Belém



SANEAMENTO

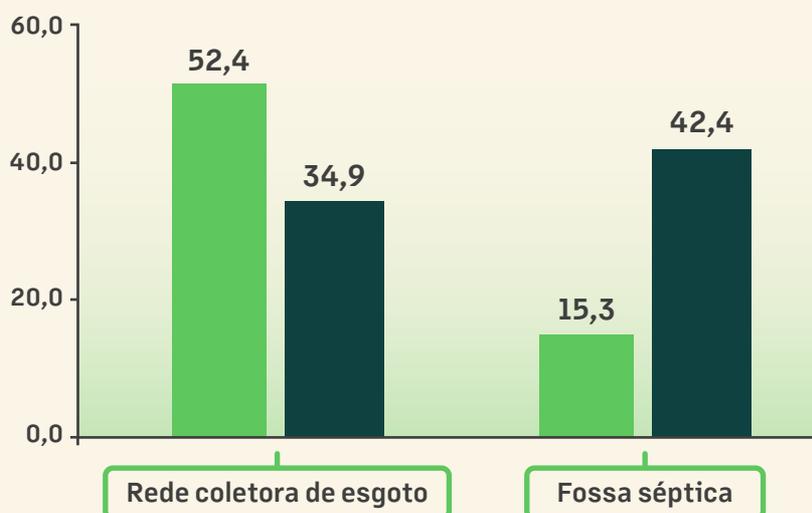
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Belém



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Belém



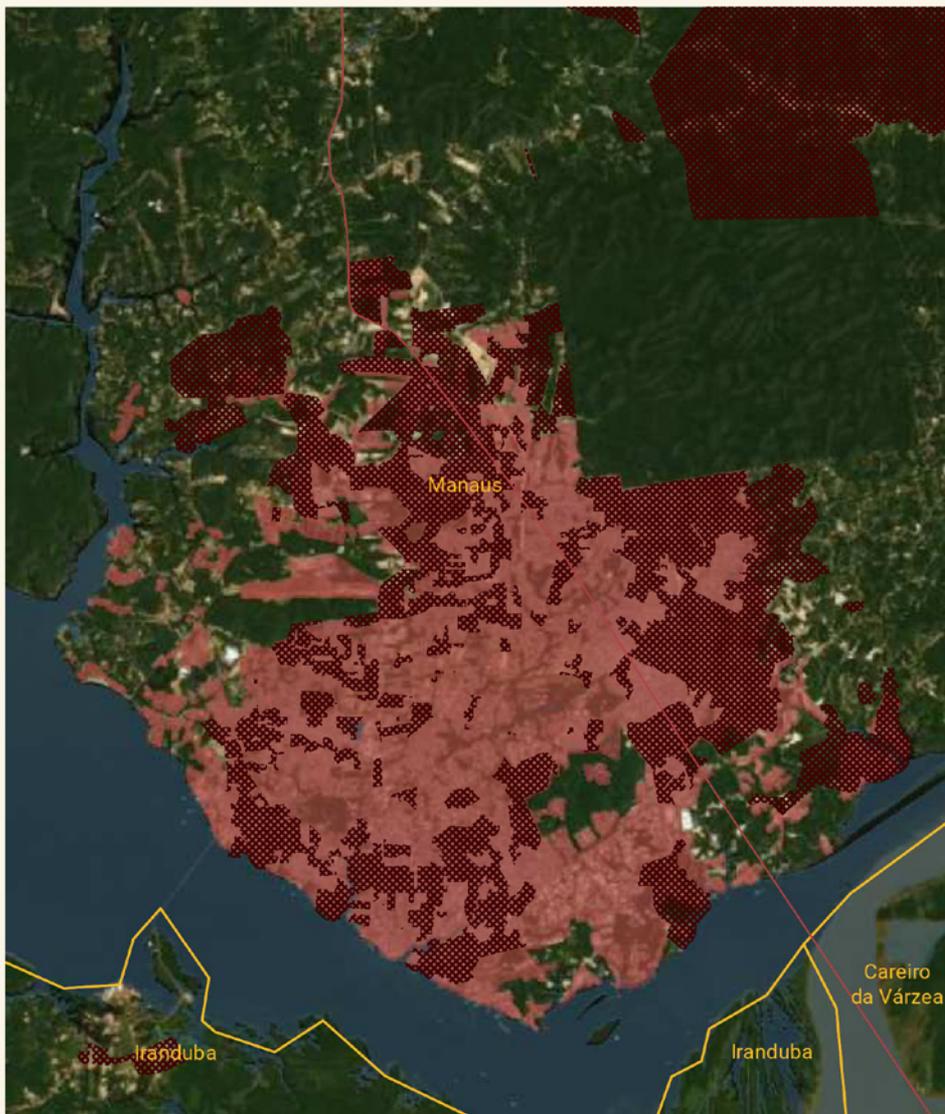
CIDADES DA AMAZÔNIA: MANAUS (AM)

A ÁREA URBANA DE MANAUS

Manaus é a capital do estado do Amazonas. Município mais populoso da Amazônia com 2.255.903 habitantes em 2021 (53% da população do estado). É conhecida por ser uma cidade industrial devido à Zona Franca de Manaus (ZFM). Manaus é uma cidade plenamente urbana (99,5% da população, de acordo com o Censo 2010), o que contrasta com a massiva área florestal do estado.

De sua extensa área territorial (3.490 km²), cerca de 427 km² (12%) é urbana com grande porção (232 km², 54%) com aglomerados subnormais de acordo com o IBGE.

FIGURA 5. Aglomerados subnormais de Manaus • 54%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



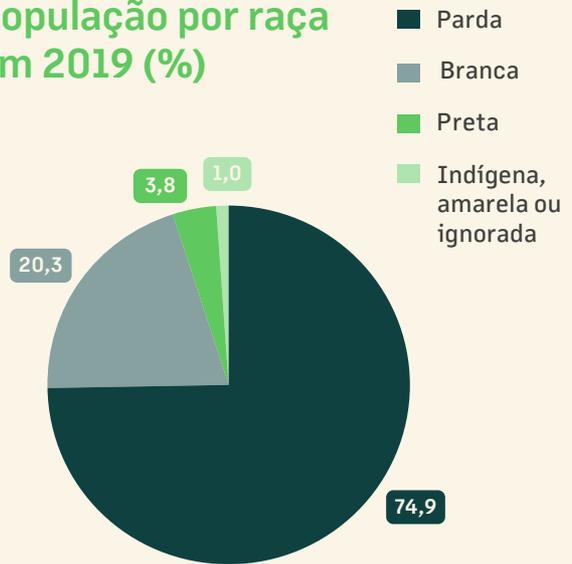
Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Manaus

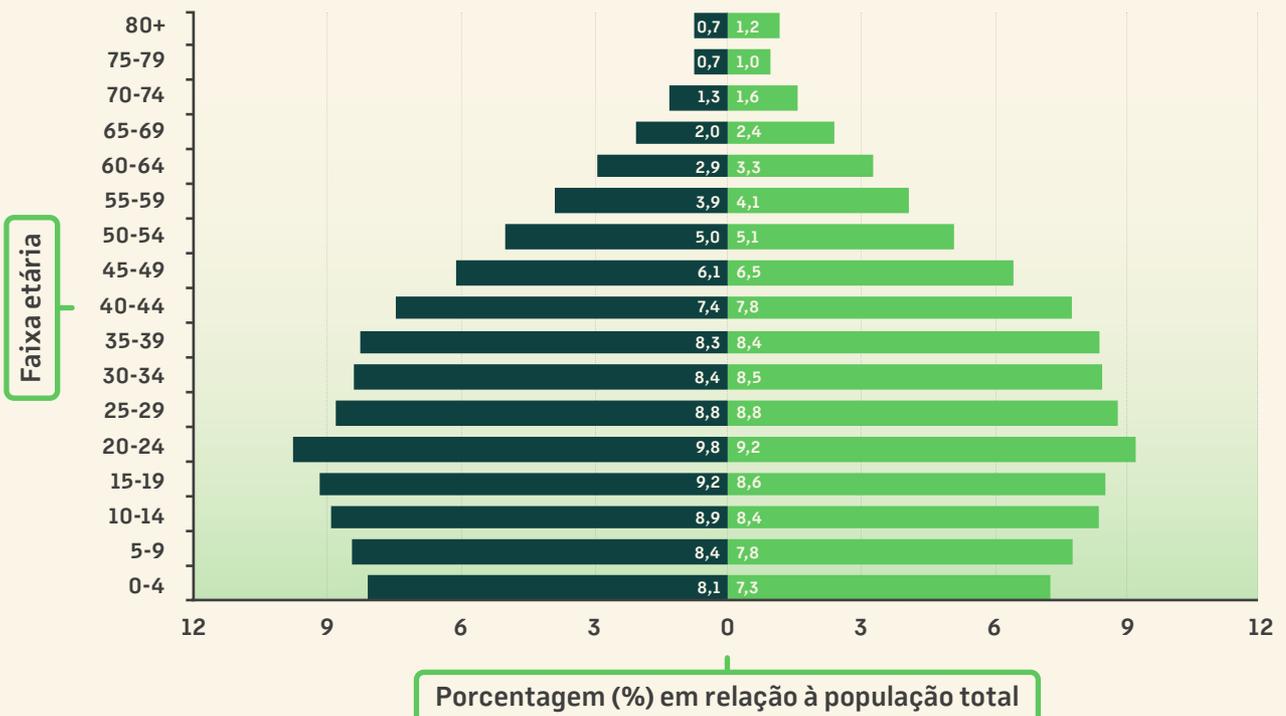
ANO	HABITANTES	%
1970	283.673	91,0
1980	611.843	96,6
1991	1.006.585	99,5
2000	1.396.768	99,4
2010	1.792.881	99,5

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

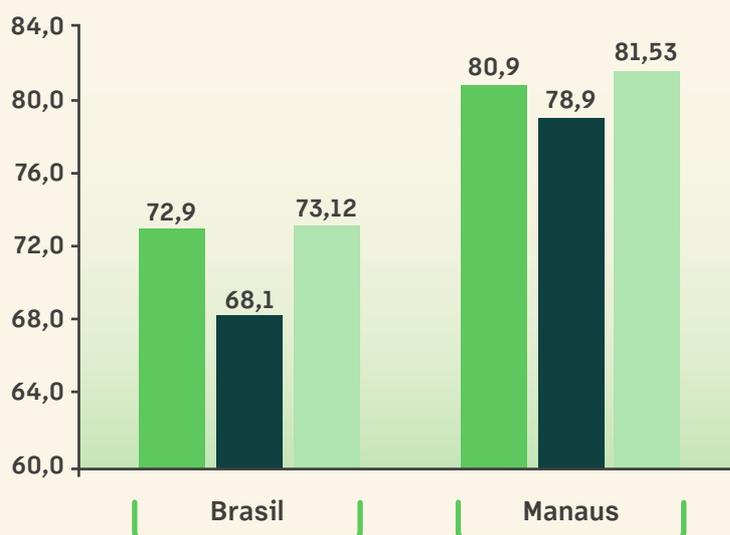
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

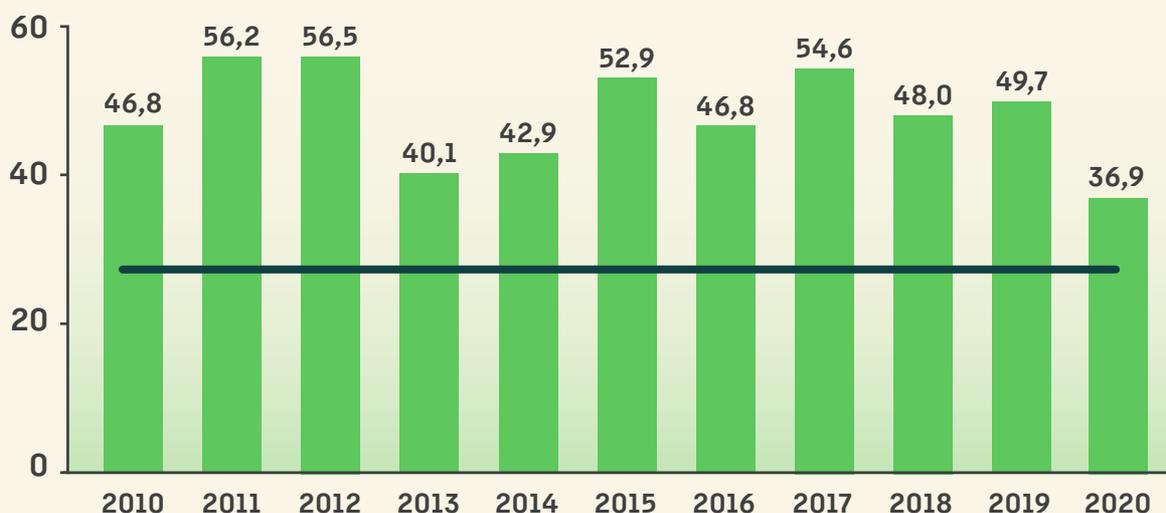
Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

■ Ensino Fundamental
■ Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

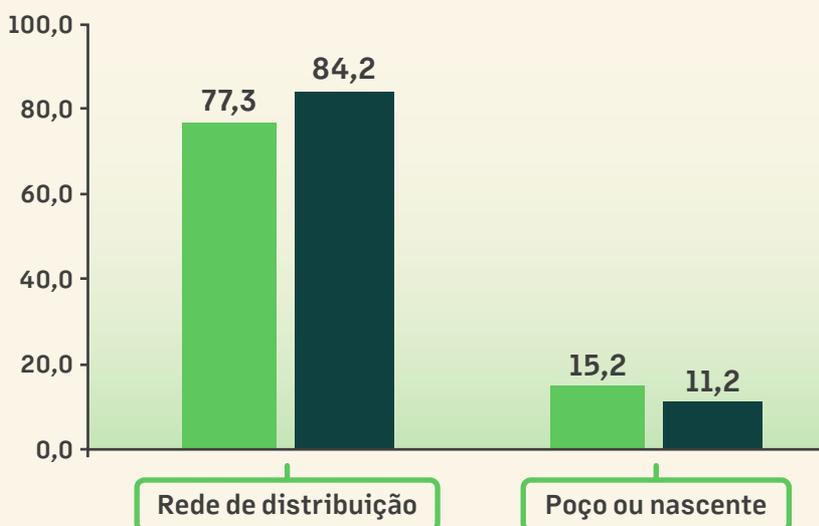
■ Brasil
■ Manaus



SANEAMENTO

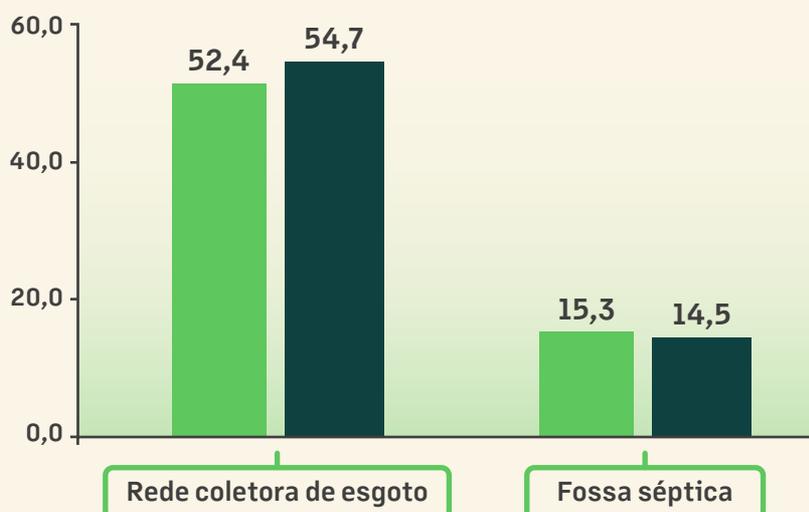
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Manaus



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Manaus

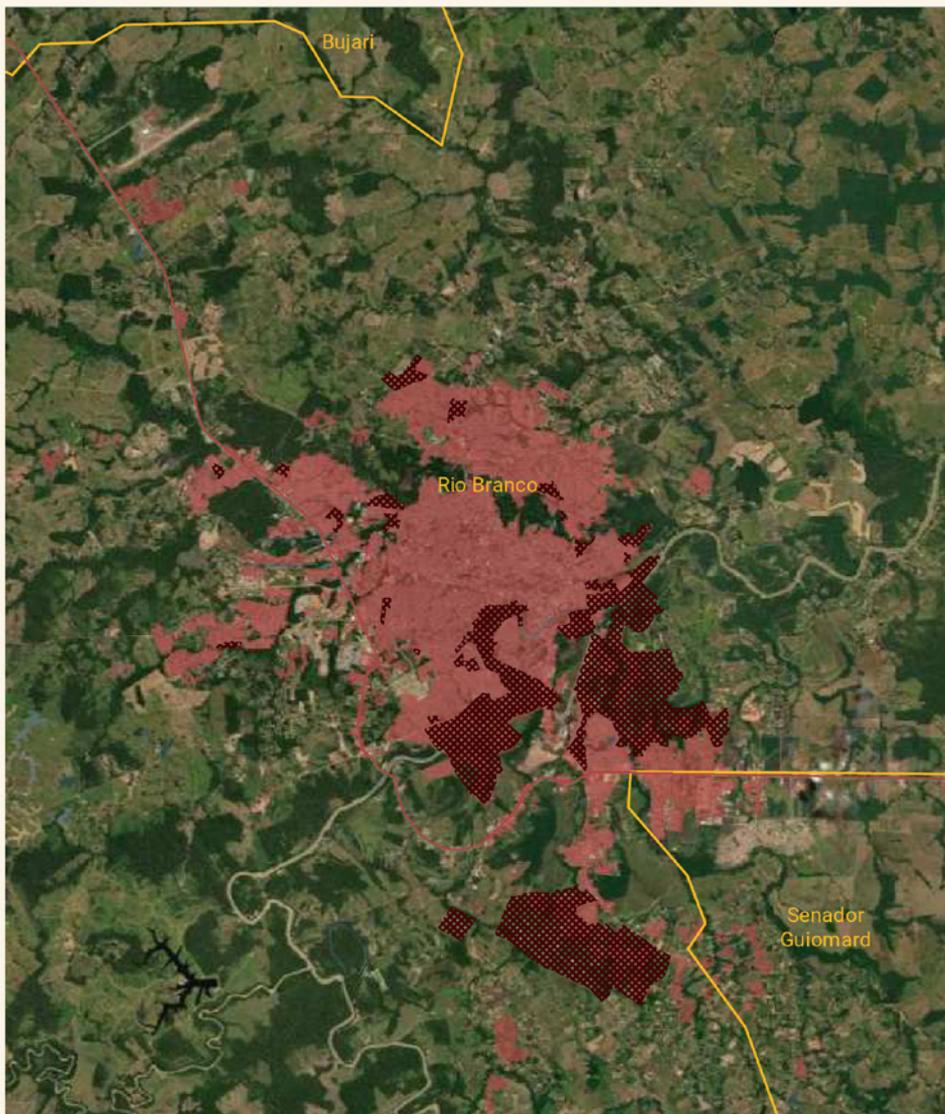


CIDADES DA AMAZÔNIA: RIO BRANCO (AC)

A ÁREA URBANA DE RIO BRANCO

Rio Branco é a capital do estado do Acre. Em 2021, estima-se que 419.452 habitantes residiam no município, o que correspondia a quase metade da população estadual (46%). Segundo o Censo 2010, 92% da população estava localizada na área urbana do município. Devido à extensa área territorial (8.835 km²), a densidade demográfica é de 47,5 hab./km². A população urbana reside em uma área de 117 km² (apenas 11% do território da capital), sendo que 24 km² possuem aglomerados subnormais (20% do município).

FIGURA 6. Aglomerados subnormais de Rio Branco • 20%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



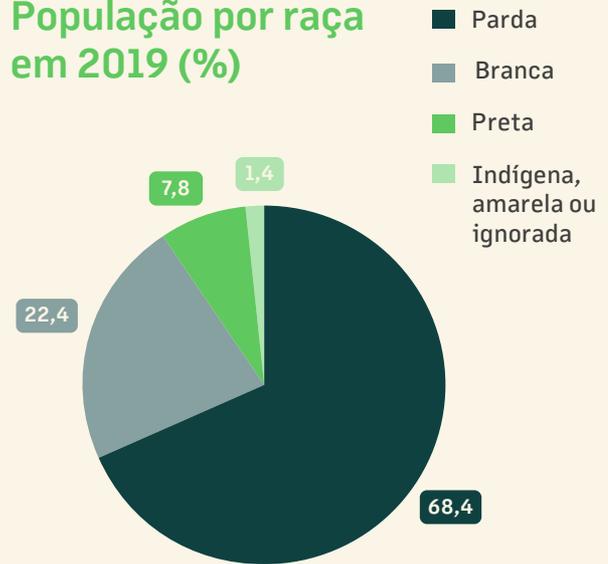
Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Rio Branco

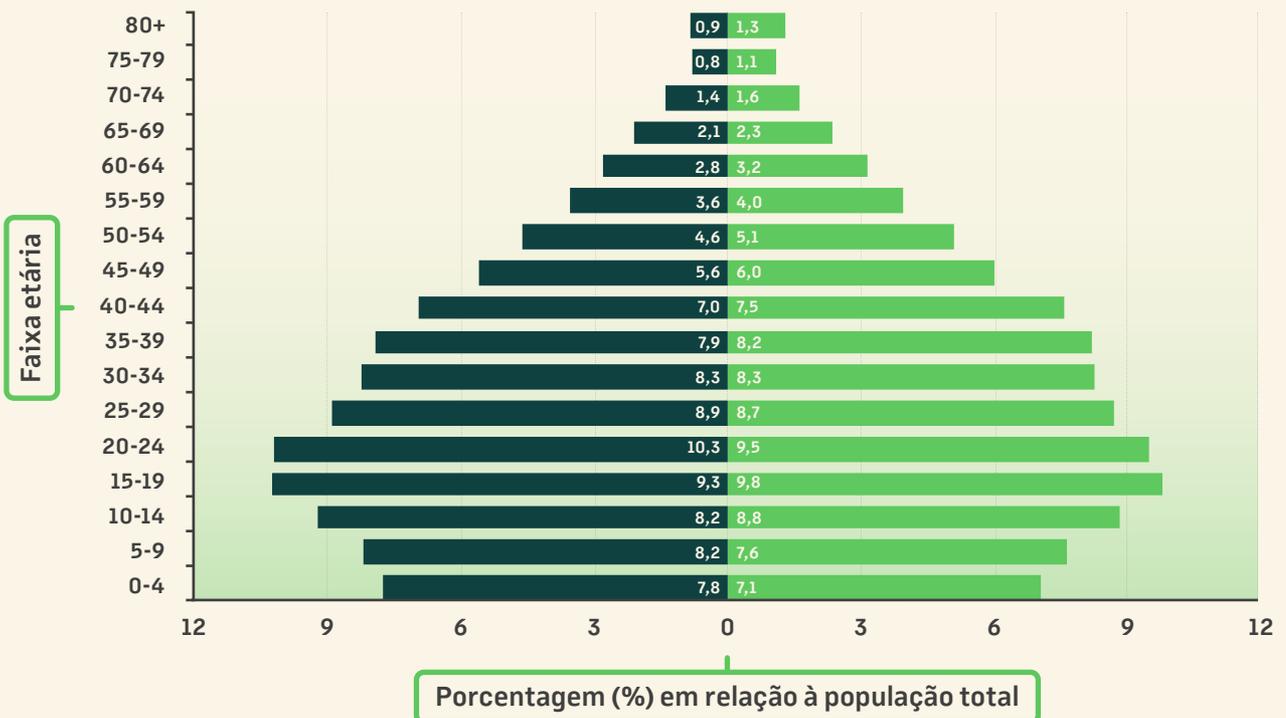
ANO	HABITANTES	%
1970	35.628	42,4
1980	87.577	74,8
1991	168.679	85,5
2000	226.298	89,4
2010	308.545	91,8

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

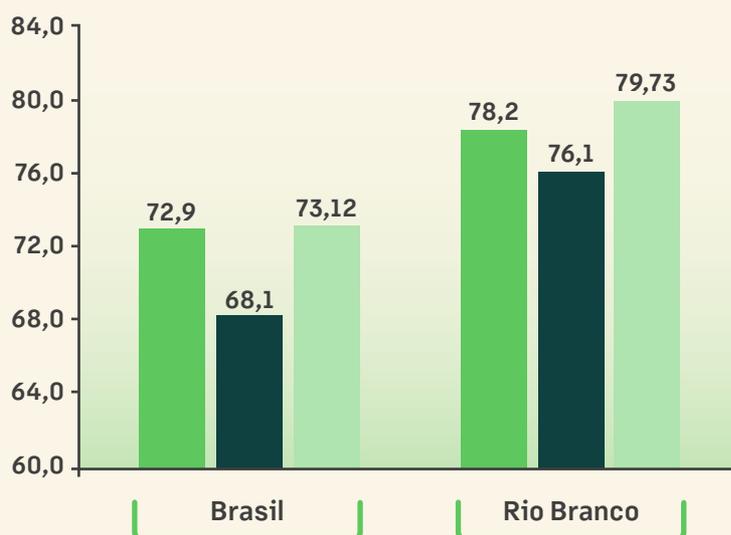
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

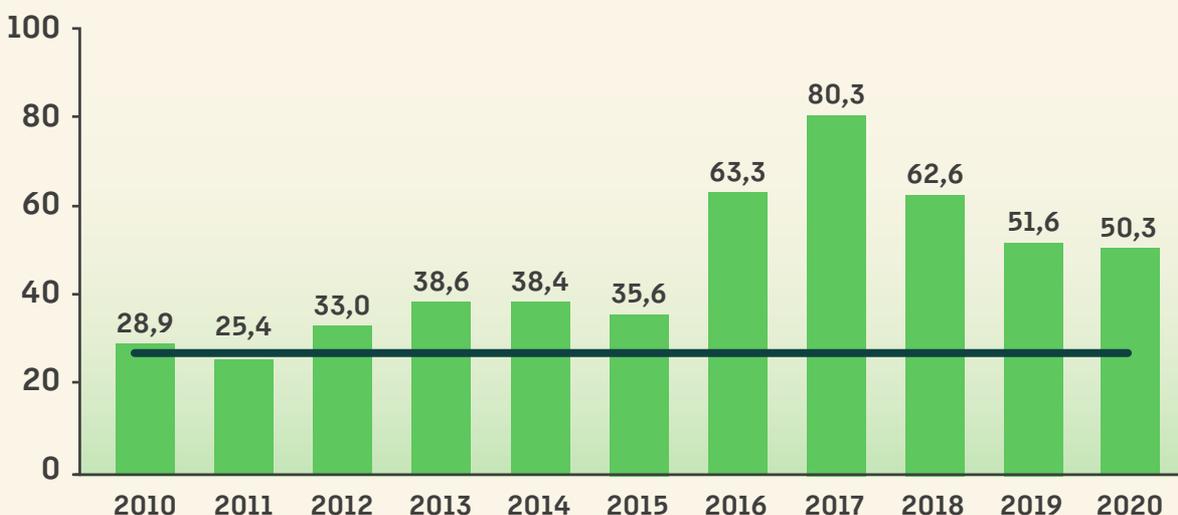
Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

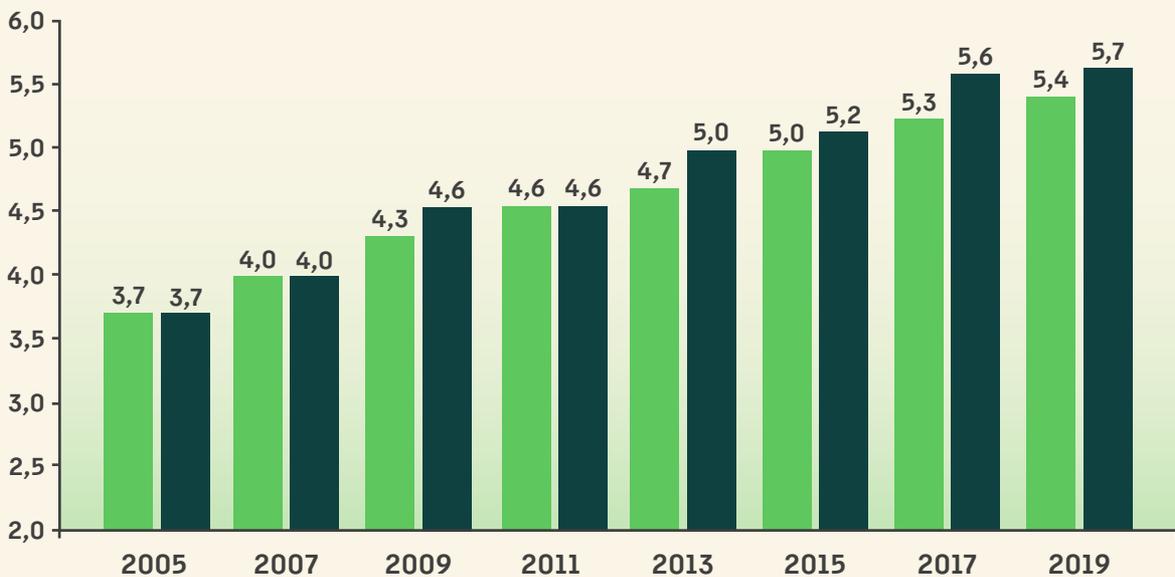
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

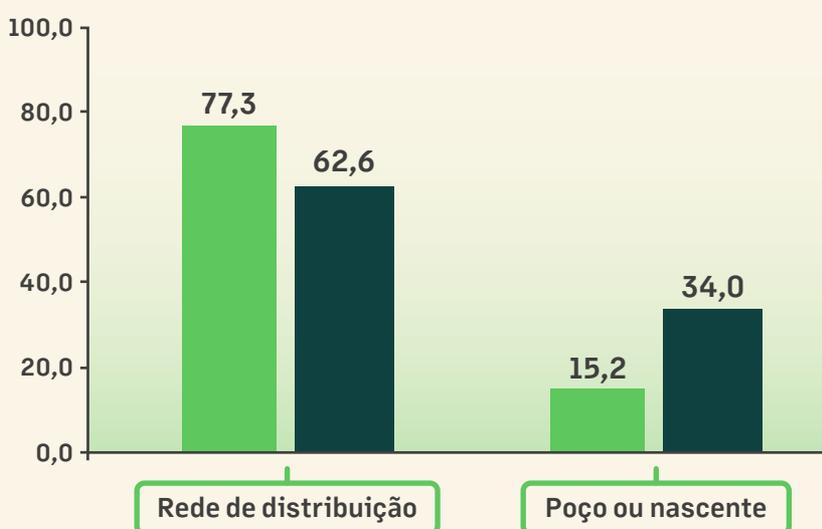
- Brasil
- Rio Branco



SANEAMENTO

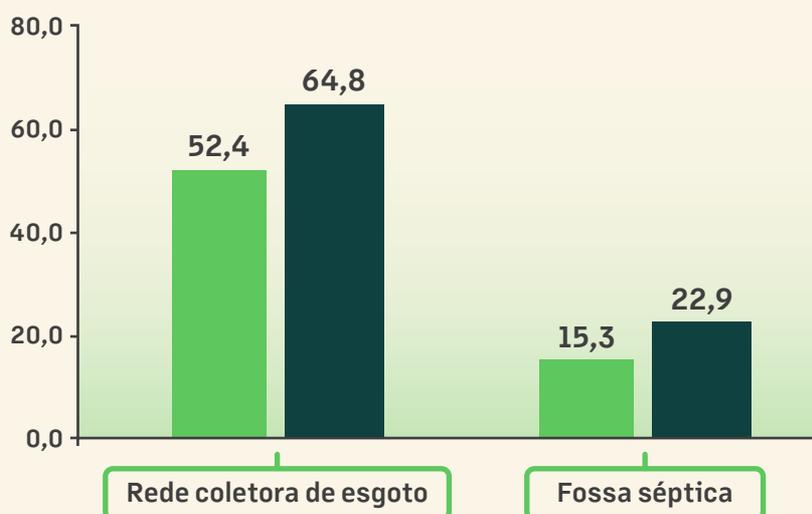
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Rio Branco



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Rio Branco

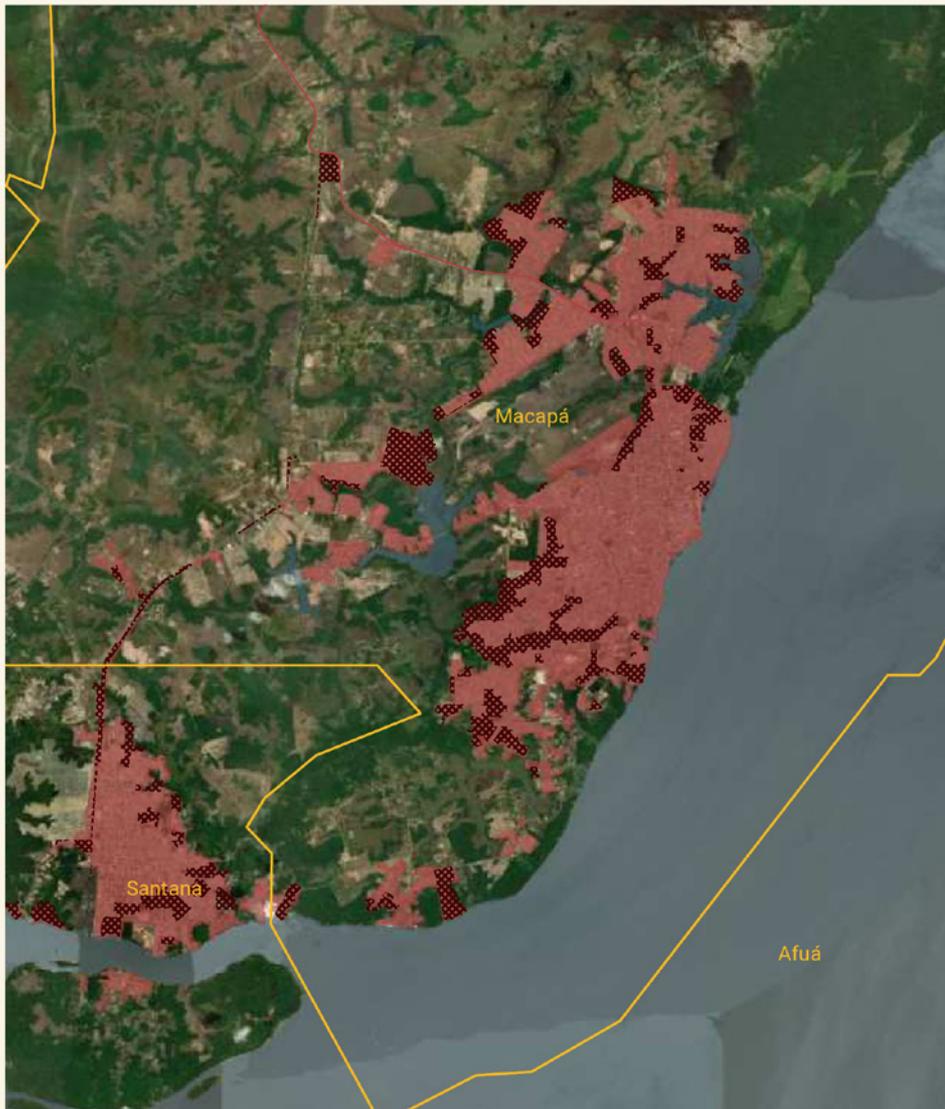


CIDADES DA AMAZÔNIA: MACAPÁ (AP)

A ÁREA URBANA DE MACAPÁ (AP)

Macapá é a capital do estado do Amapá. Abriga 60% da população estadual (522.357 habitantes em 2021). De acordo com o Censo 2010, 96% de sua população concentrava-se em áreas urbanas, que somam 128 km², correspondendo apenas 2% do seu território (6.564 km²). Somente 11% da área urbana é aglomerado subnormal. A capital macapaense apresenta conurbação com o município de Santana e intensa relação geográfica e econômica com Belém do Pará.

FIGURA 7. Aglomerados subnormais de Macapá • 11%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



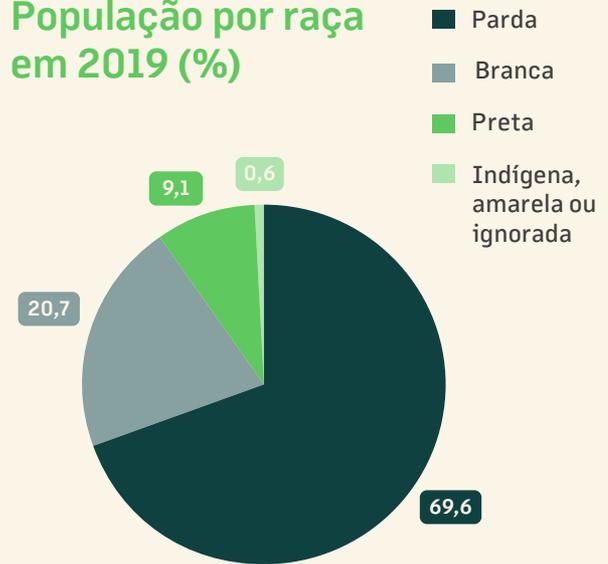
Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Macapá

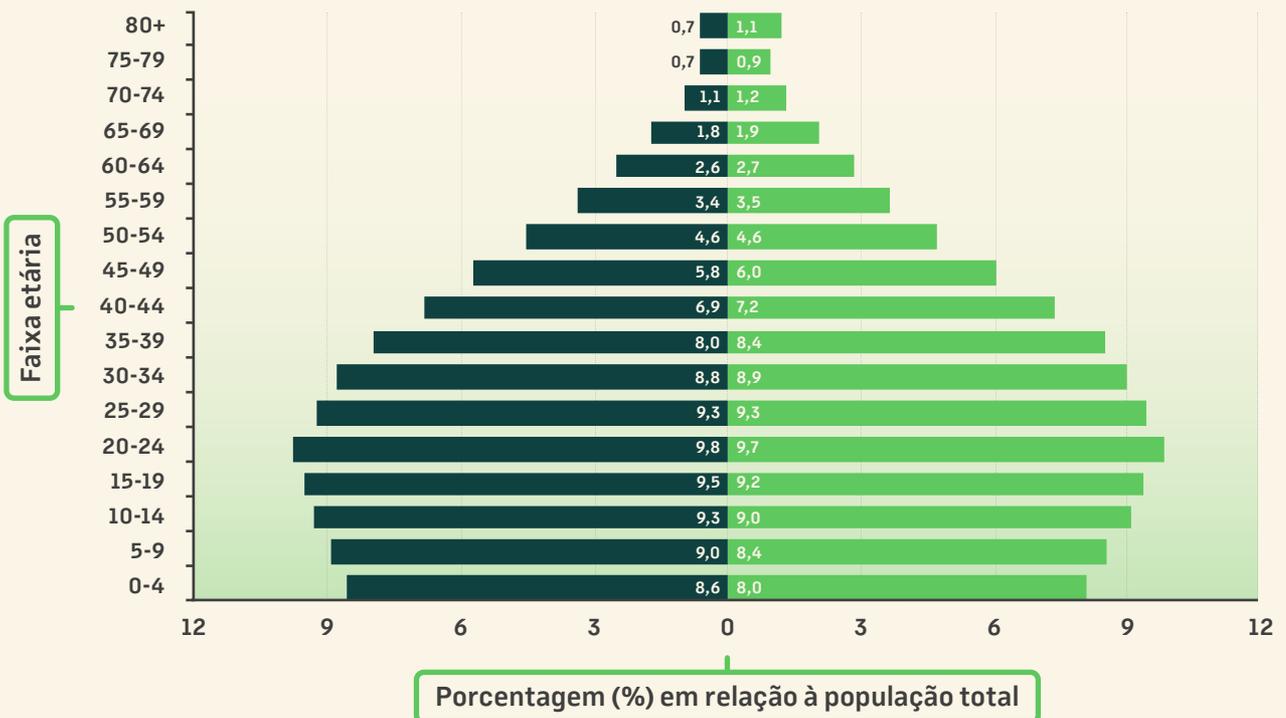
ANO	HABITANTES	%
1970	54.903	63,8
1980	93.063	67,7
1991	154.063	85,7
2000	270.628	95,5
2010	381.214	95,7

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

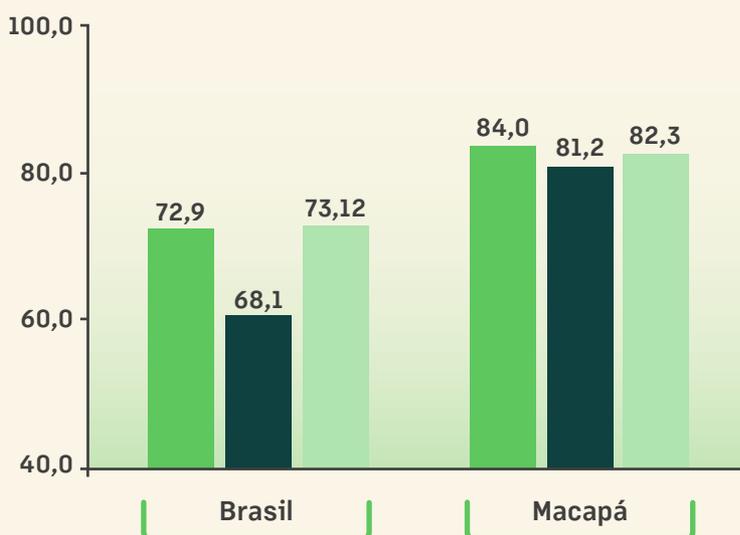
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

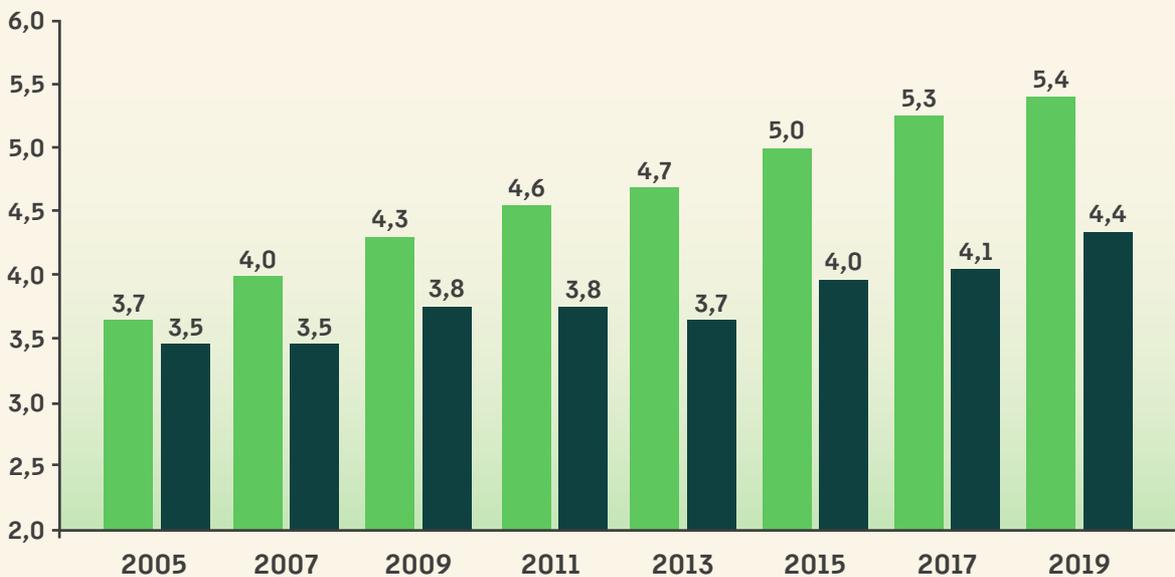
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

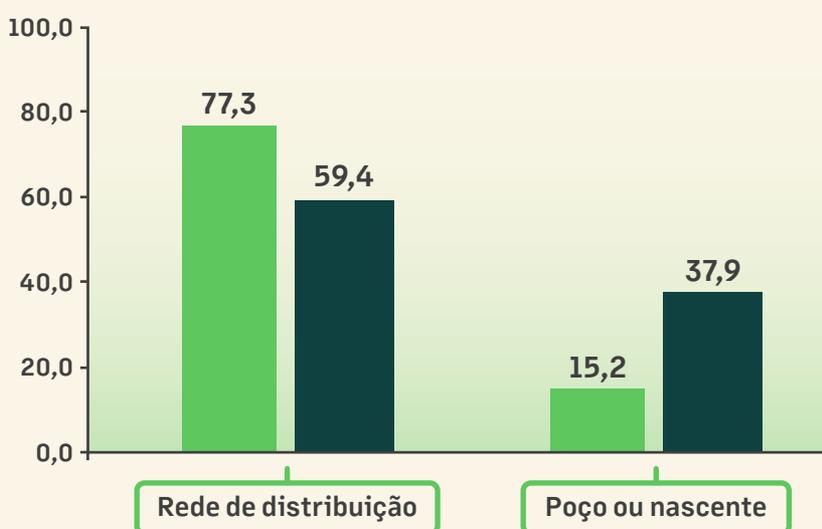
- Brasil
- Macapá



SANEAMENTO

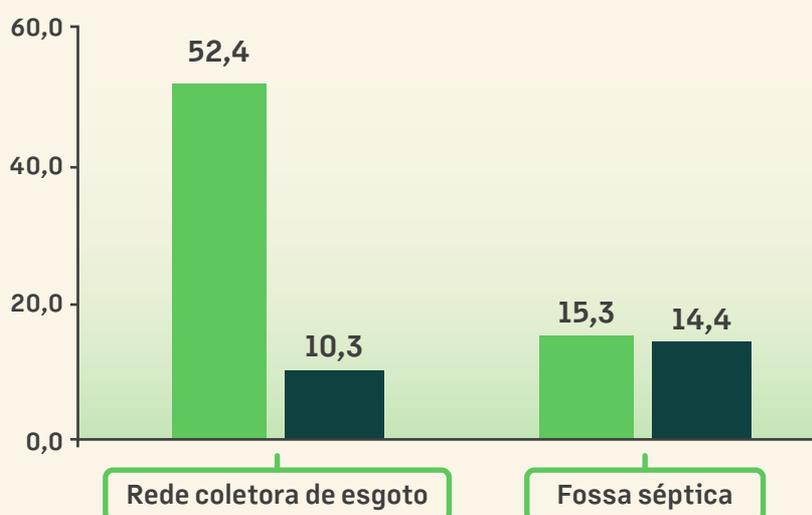
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Macapá



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Macapá

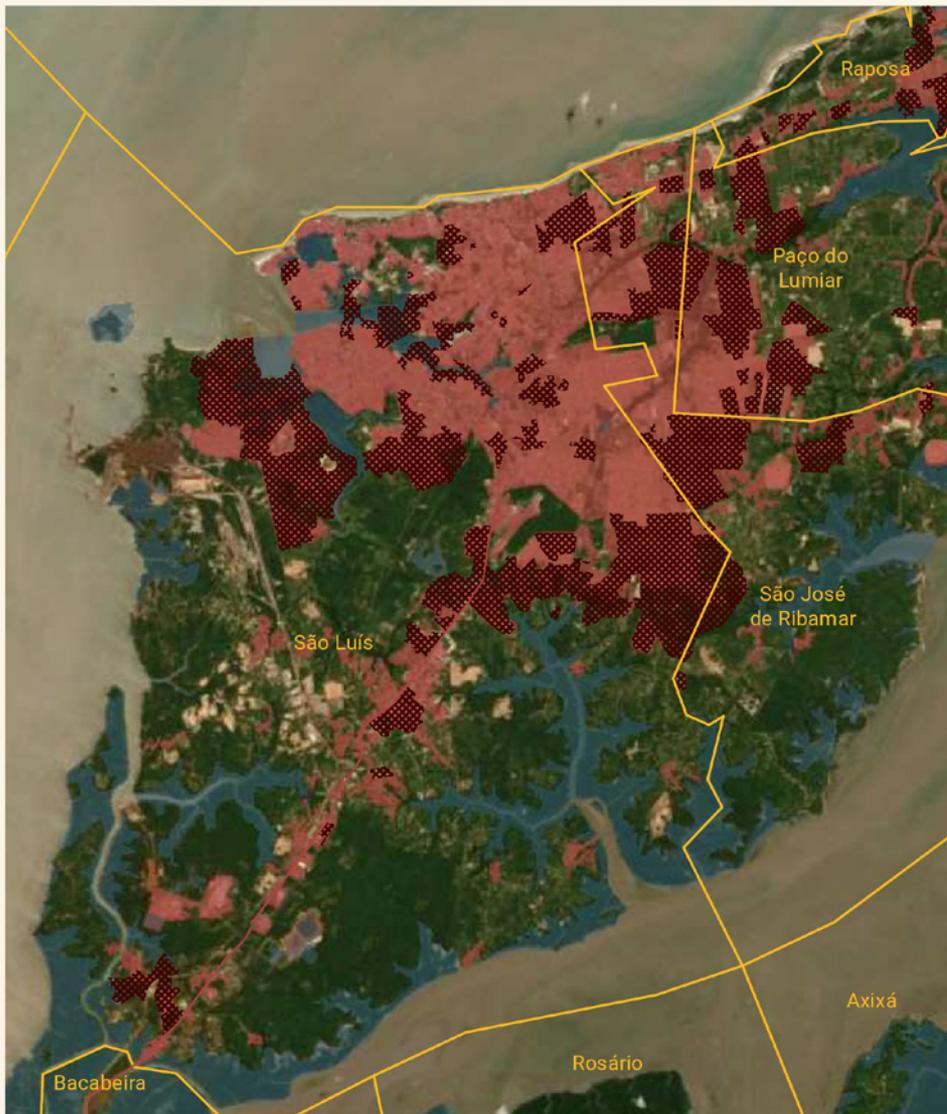


CIDADES DA AMAZÔNIA: SÃO LUÍS (MA)

A ÁREA URBANA DE SÃO LUÍS

São Luís é a capital do Estado do Maranhão e é o terceiro município mais populoso da Amazônia, com 1.115.932 habitantes em 2021 (19% do estado). Localiza-se na região Nordeste do Brasil e está em uma área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado. É uma cidade insular que estabelece conurbação com os municípios de Raposa e São José de Ribamar. A capital maranhense possui população essencialmente em área urbana: 95% (Censo 2010). De sua área territorial (583 km²), 283 km² (49%) são área urbana, sendo 74 km² (26%) com aglomerados subnormais.

FIGURA 8. Aglomerados subnormais de São Luís • 26%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



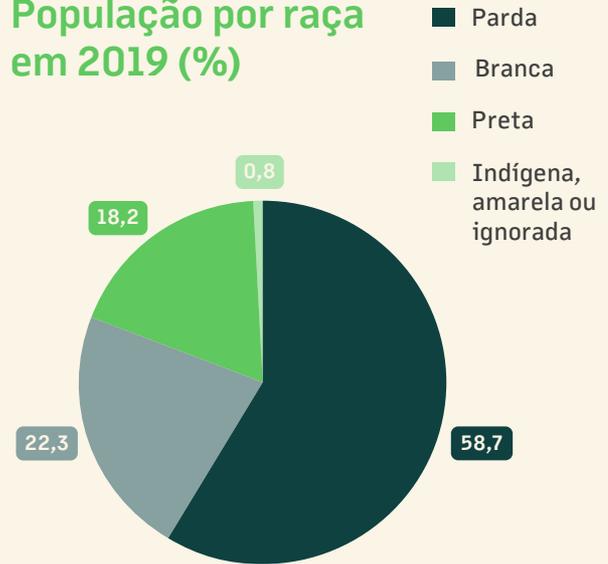
Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em São Luís

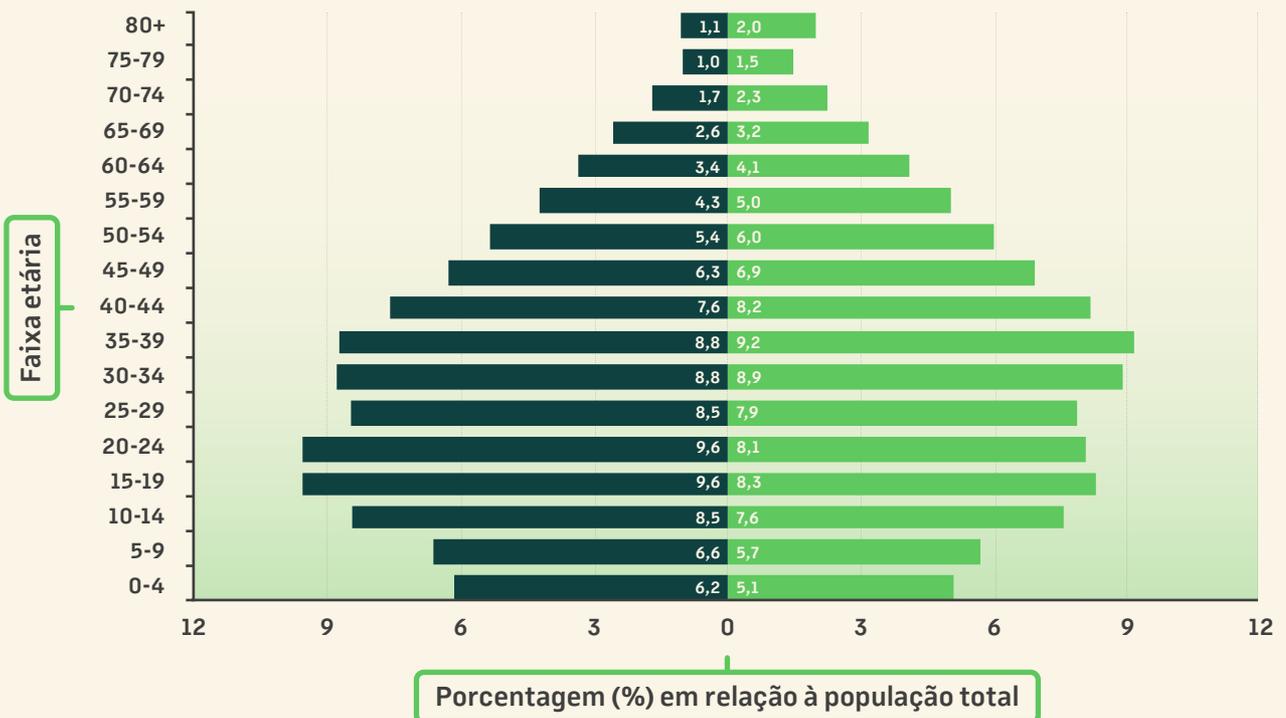
ANO	HABITANTES	%
1970	205.512	77,4
1980	247.392	55,0
1991	246.244	35,4
2000	837.584	96,3
2010	958.522	94,5

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

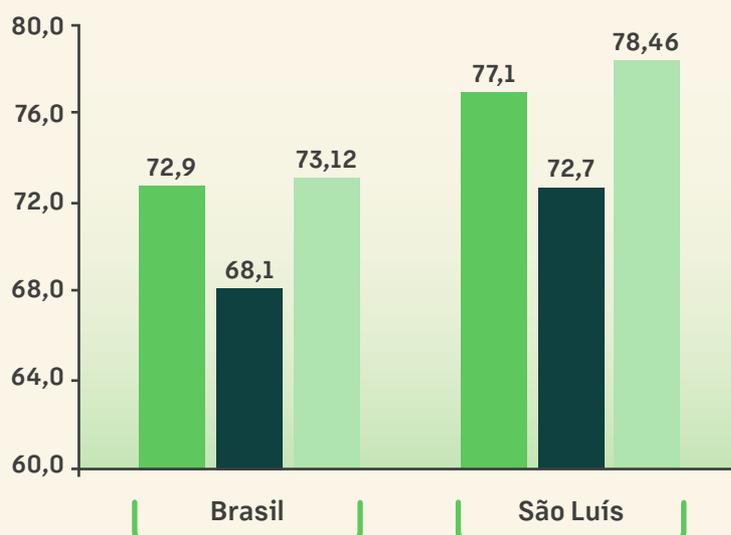
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

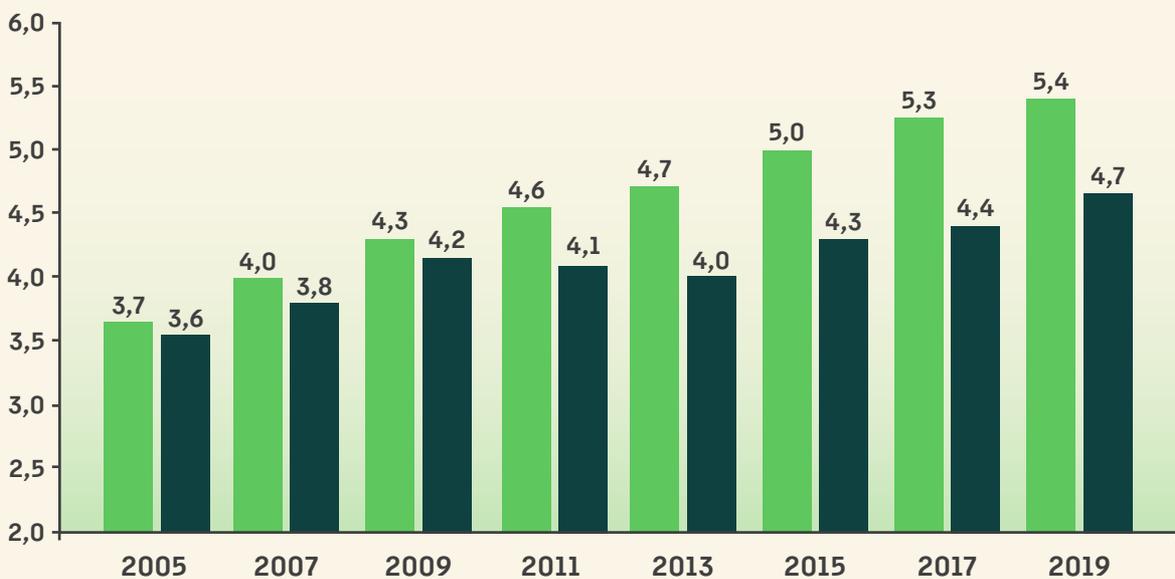
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

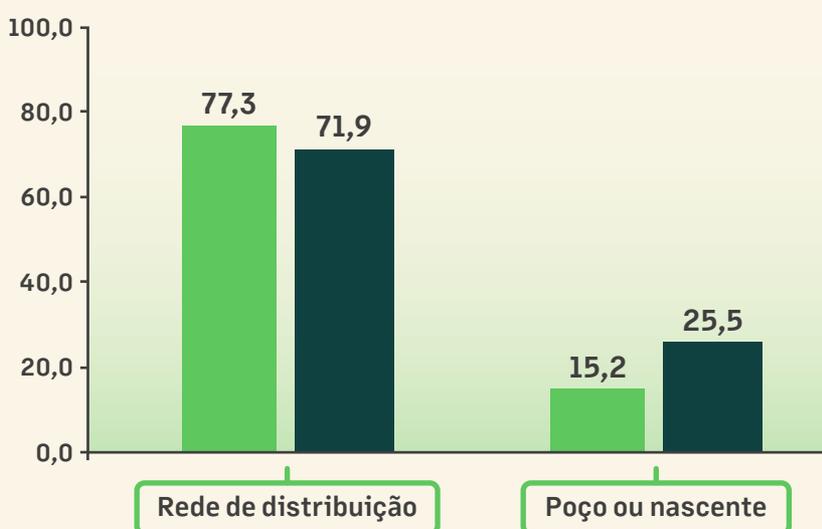
- Brasil
- São Luís



SANEAMENTO

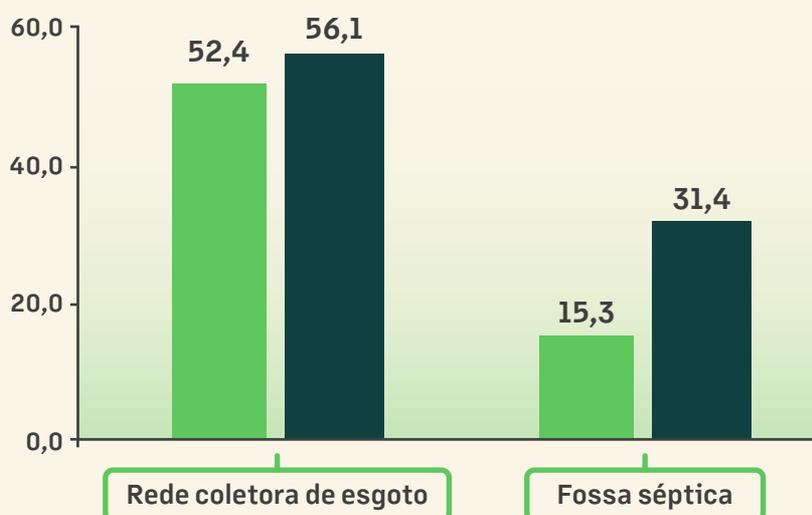
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ São Luís



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ São Luís



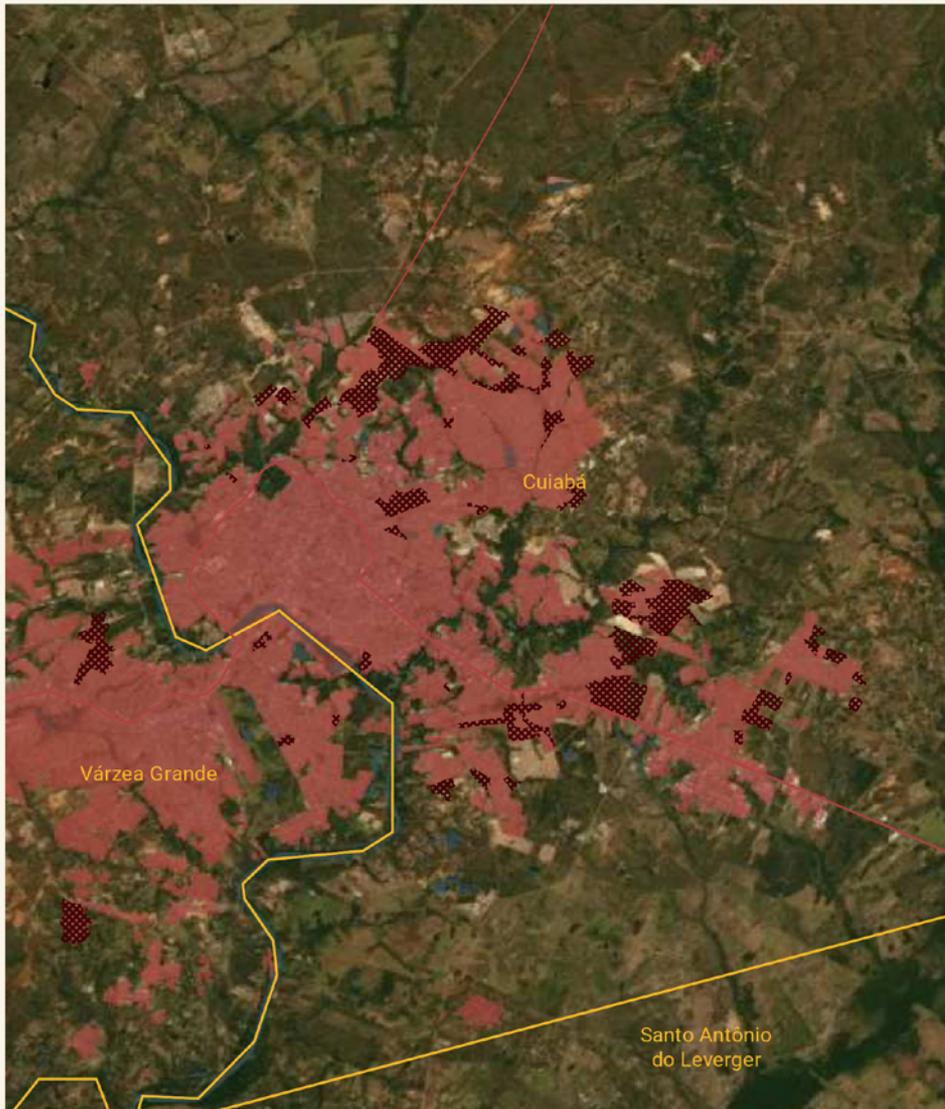
CIDADES DA AMAZÔNIA: CUIABÁ (MT)

A ÁREA URBANA DE CUIABÁ

Cuiabá é a capital do estado do Mato Grosso. Localiza-se no bioma Cerrado, na região Centro-Oeste do Brasil. Em 2021, havia 623.614 habitantes e 98% dessa população estava em área urbana, segundo o Censo 2010. Apresenta conurbação com o município de Várzea Grande.

De sua área territorial (5.077 km²), apenas 244 km² (5%) é urbana, sendo que a prevalência de aglomerados subnormais é de 18 km² ou 7%.

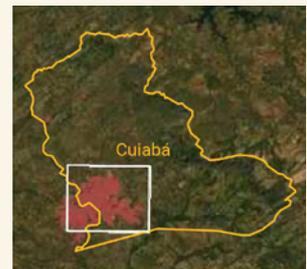
FIGURA 9. Aglomerados subnormais de Cuiabá • 7%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



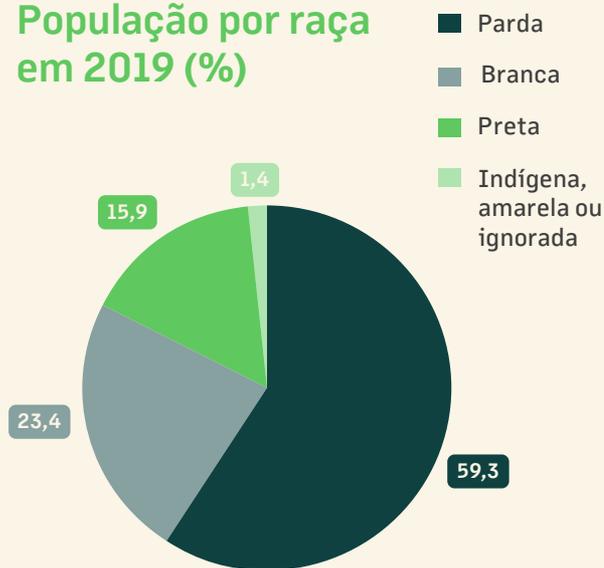
Fonte
Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
Áreas urbanas - IBGE, 2017
Principais rodovias - ANTT, 2018
Município - IBGE, 2017
Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Cuiabá

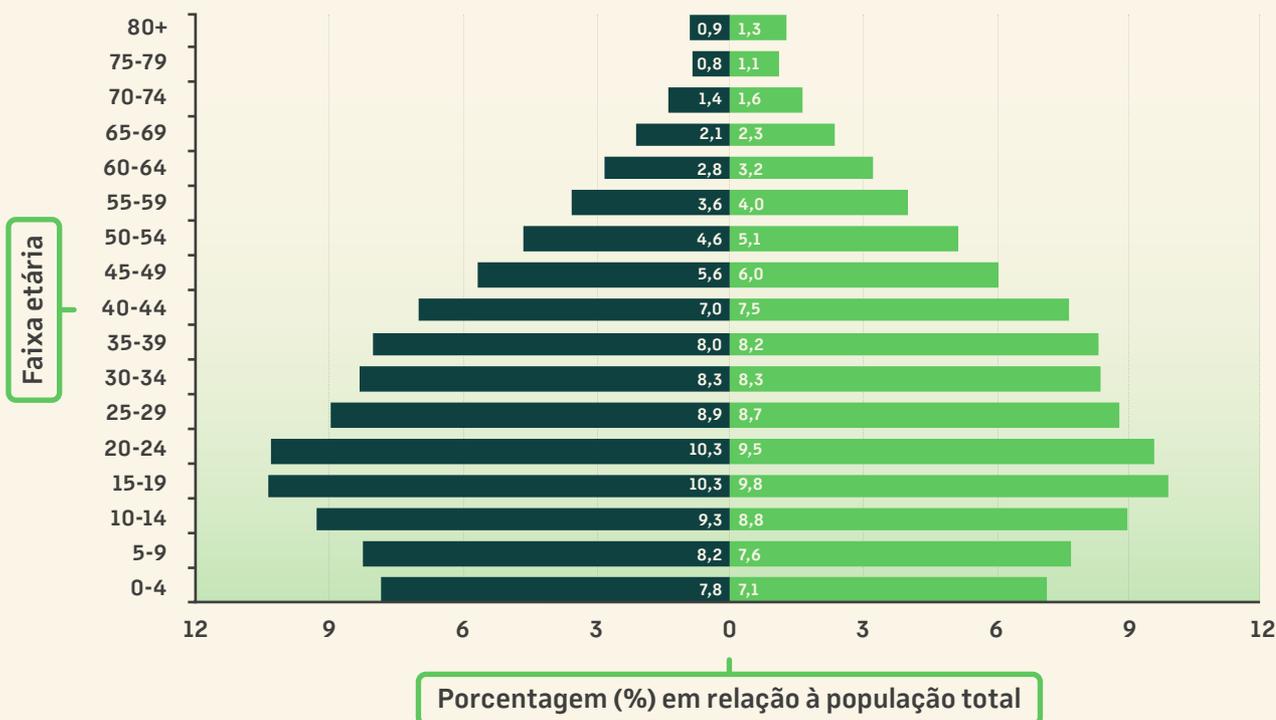
ANO	HABITANTES	%
1970	88.361	87,6
1980	197.970	93,0
1991	395.662	98,2
2000	476.532	98,6
2010	540.814	98,1

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

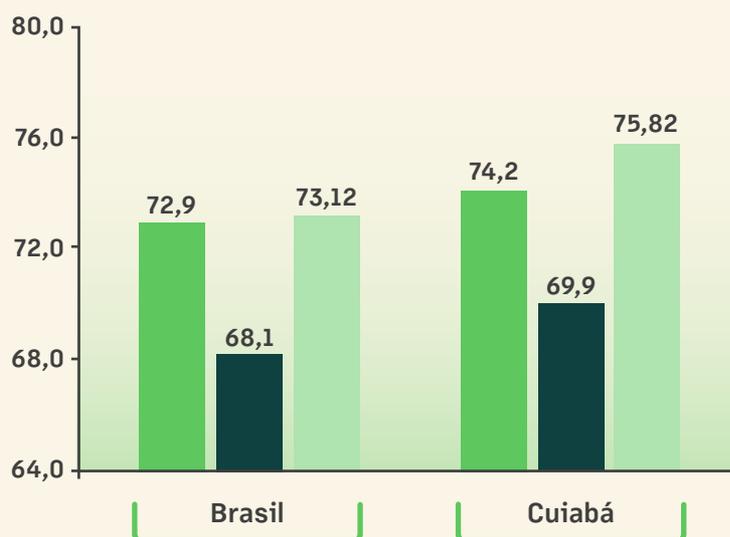
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

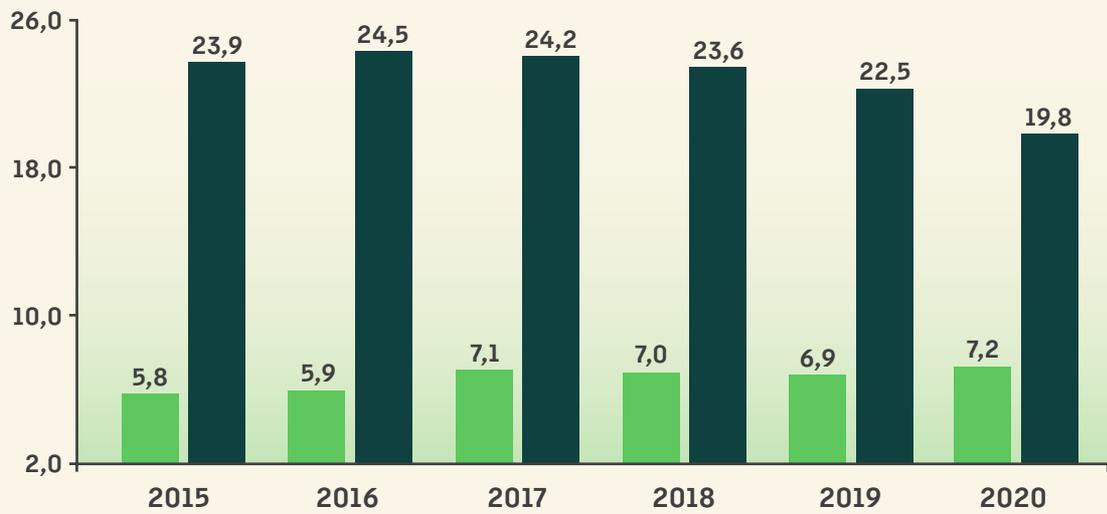
■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

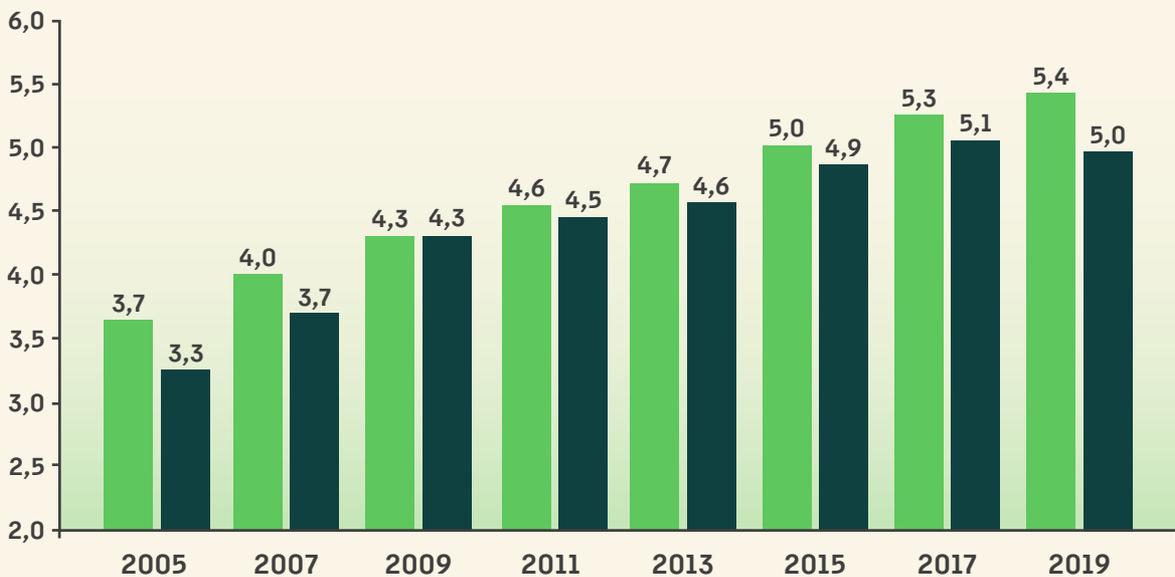
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

■ Ensino Fundamental
■ Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

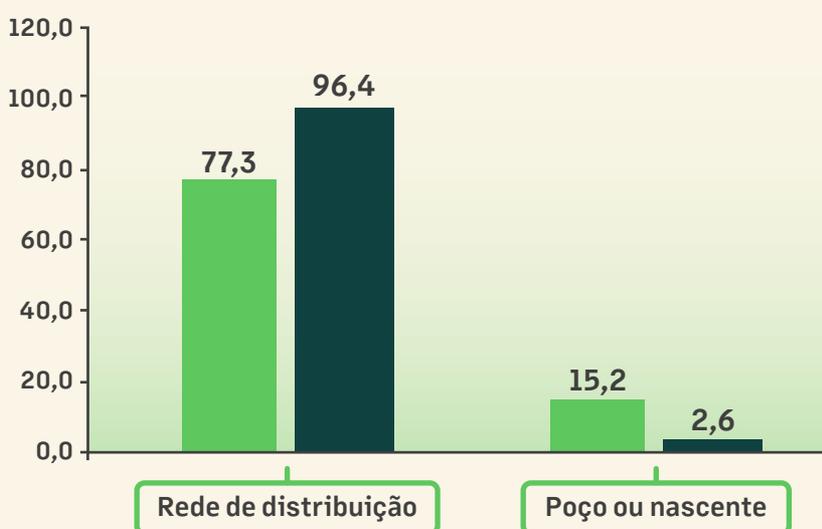
■ Brasil
■ Cuiabá



SANEAMENTO

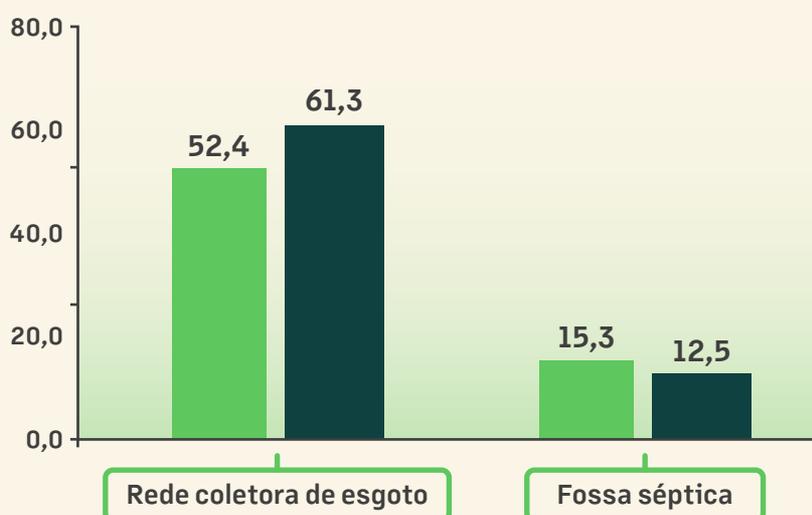
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Cuiabá



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Cuiabá

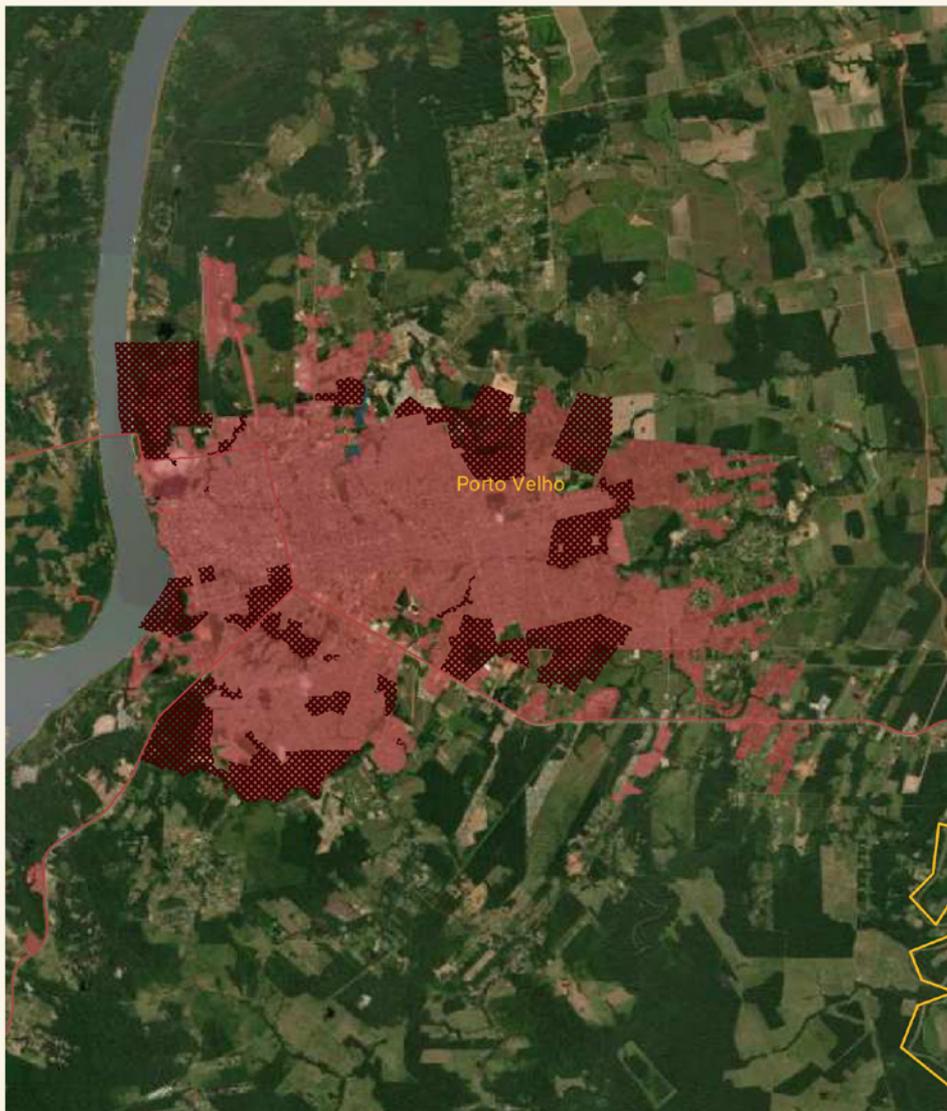


CIDADES DA AMAZÔNIA: PORTO VELHO (RO)

A ÁREA URBANA DE PORTO VELHO

Porto Velho é a capital do estado de Rondônia. Município da Amazônia com 548.952 habitantes em 2021 (30% da população do estado). De longe, é a capital com maior área territorial (34.091 km²), sendo que apenas 140 km² (0,5%) são urbanizados, incluindo a área central e seus distritos. Os aglomerados subnormais perfazem 28 km² da área urbana de Porto Velho (20%).

FIGURA 10. Aglomerados subnormais de Porto Velho • 20%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Porto Velho

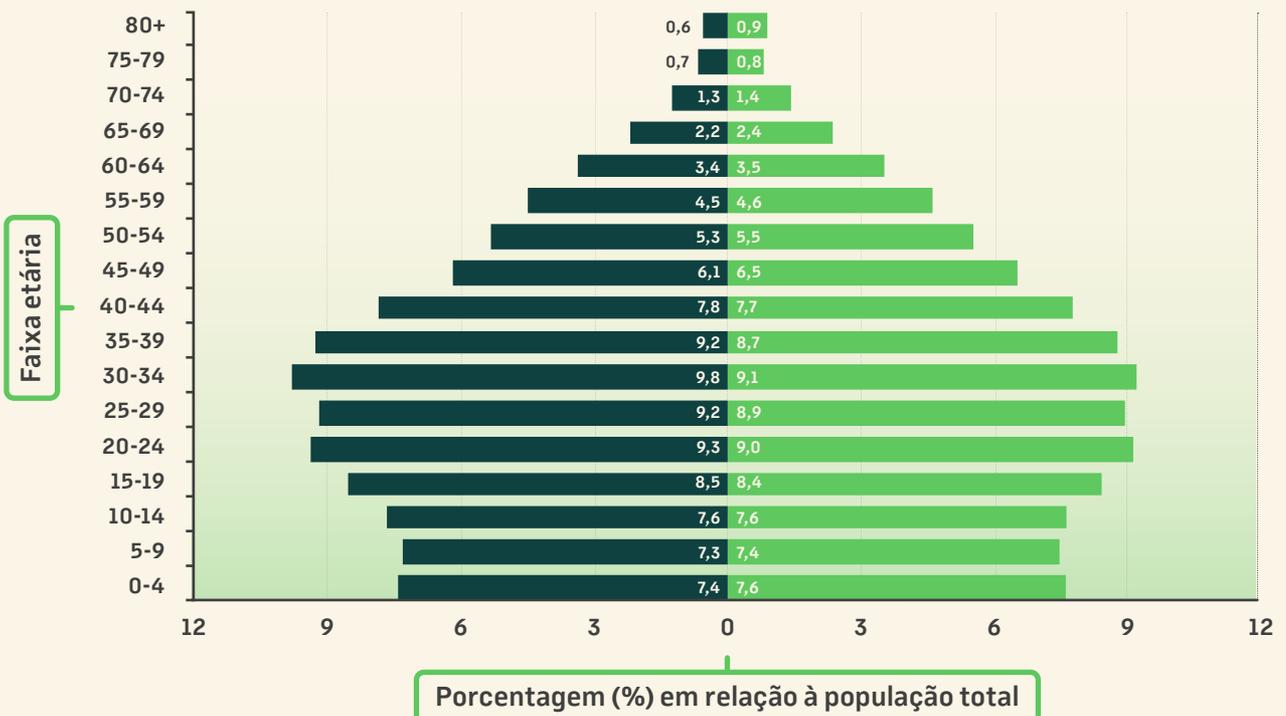
ANO	HABITANTES	%
1970	47.888	57,0
1980	102.593	76,6
1991	229.788	79,9
2000	273.709	81,8
2010	390.733	91,2

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

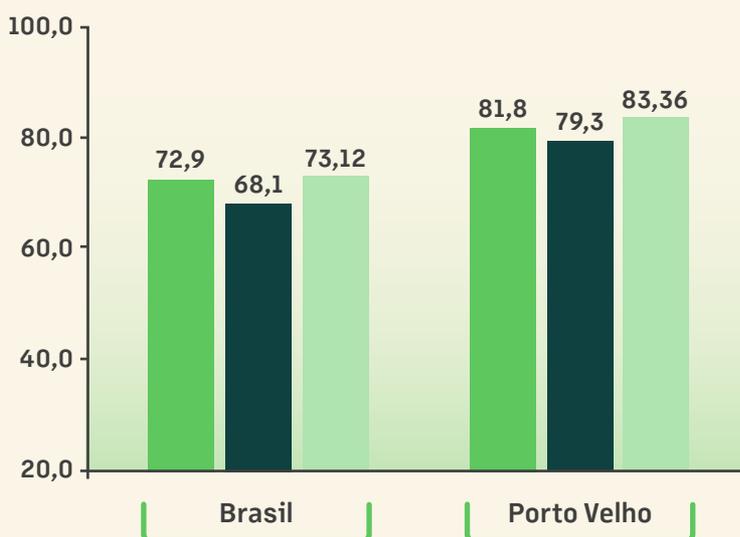
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

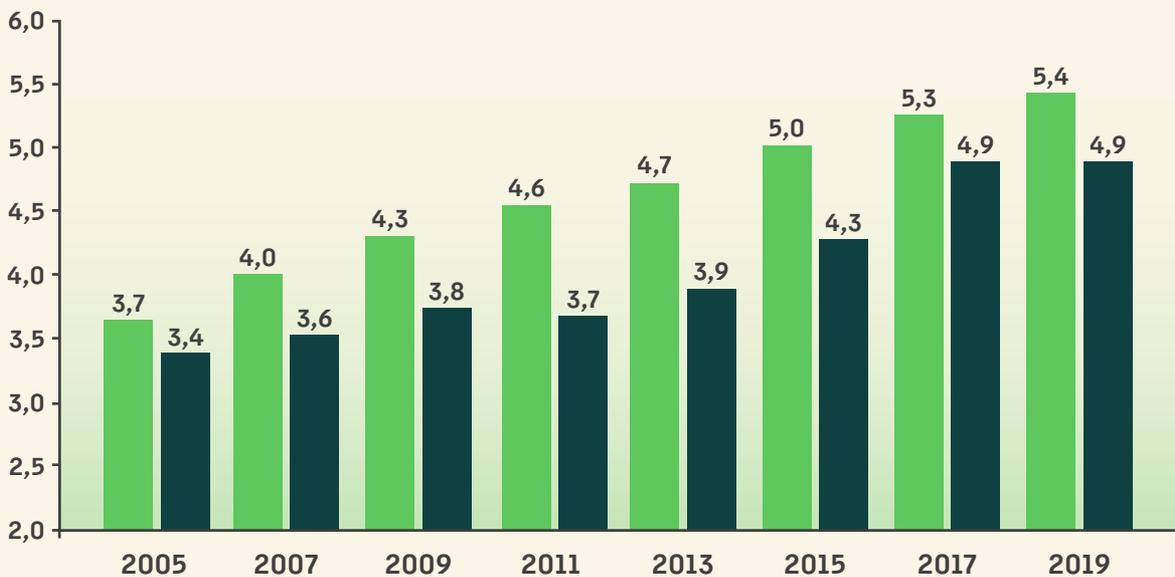
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

■ Ensino Fundamental
■ Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

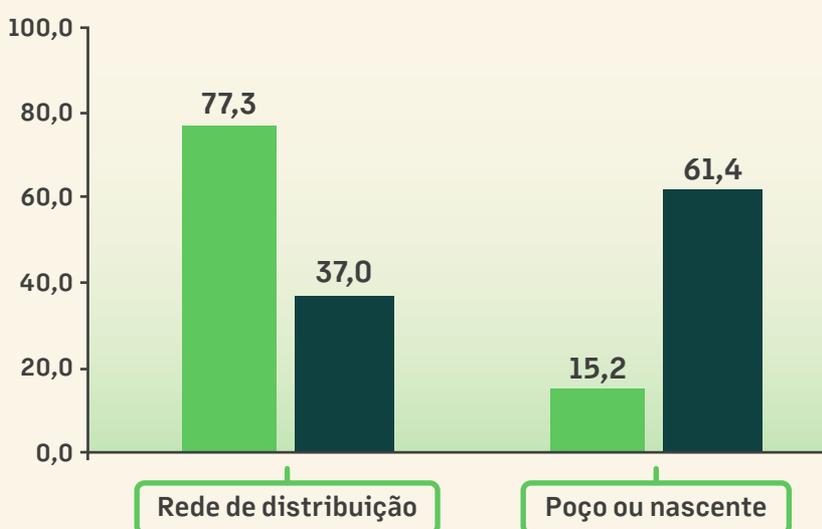
■ Brasil
■ Porto Velho



SANEAMENTO

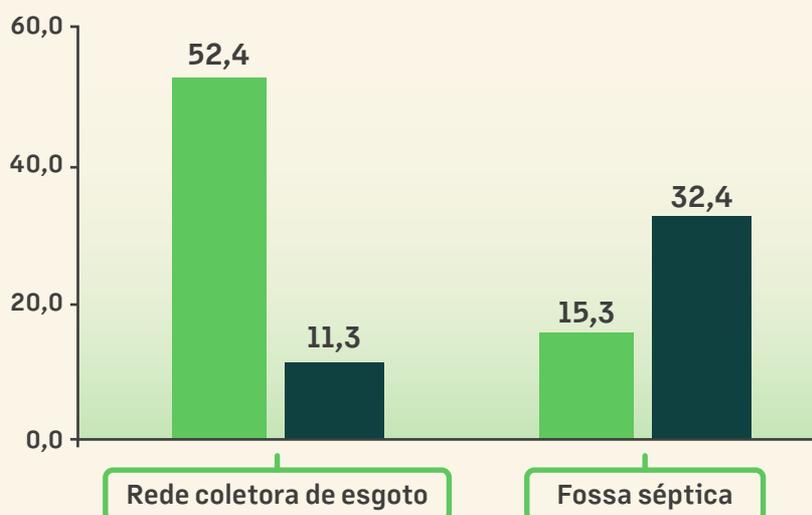
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Porto Velho



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Porto Velho

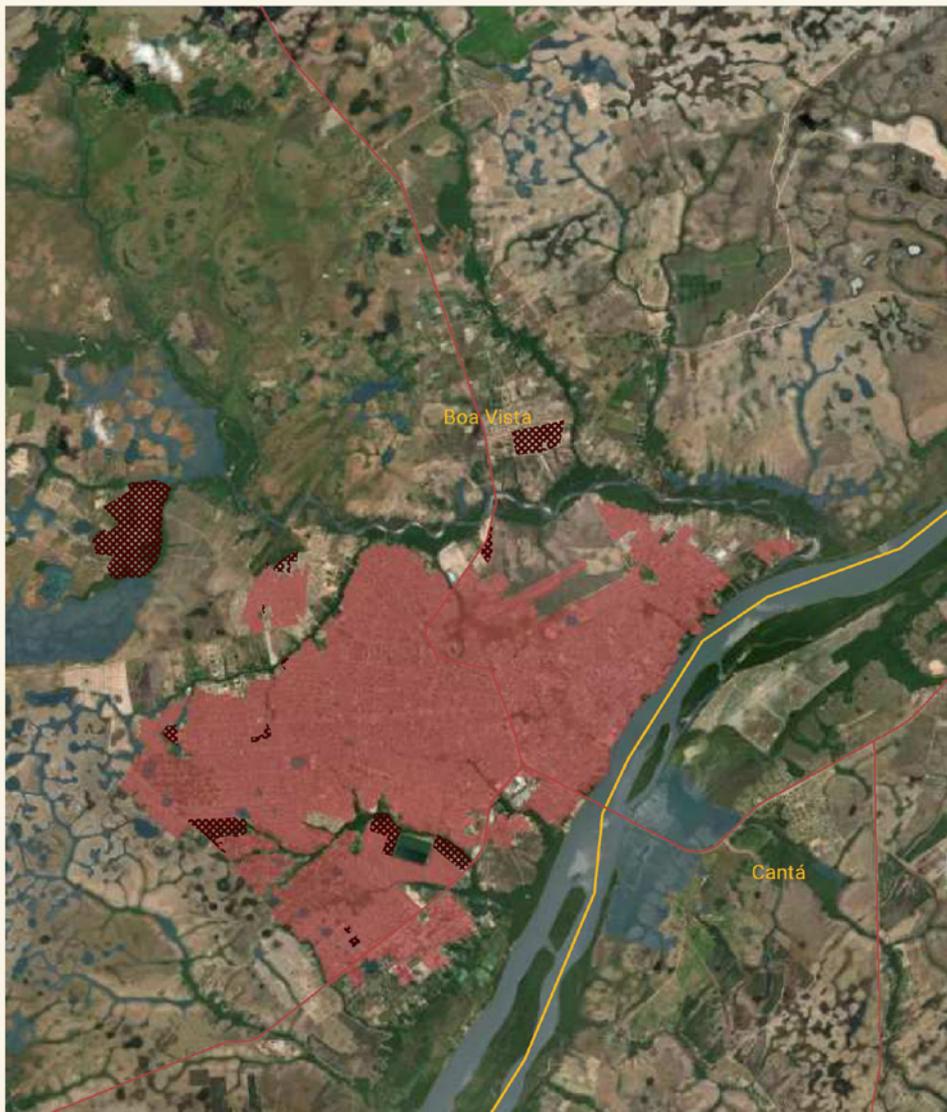


CIDADES DA AMAZÔNIA: BOA VISTA (RR)

A ÁREA URBANA DE BOA VISTA (RR)

Boa Vista é a capital do estado de Roraima. Com 436.951 habitantes em 2021 (67% do estado), é o principal município do estado mais distante do restante da Amazônia. Possui uma população essencialmente urbana (98%, Censo 2010). De sua área territorial (5.687 km²), somente 133 km² (2%) são urbanos, sendo que a área de moradias como aglomerados subnormais (IBGE) é pequena: 6 km² ou 5% da área urbana.

FIGURA 11. Aglomerados subnormais de Boa Vista • 5%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Boa Vista

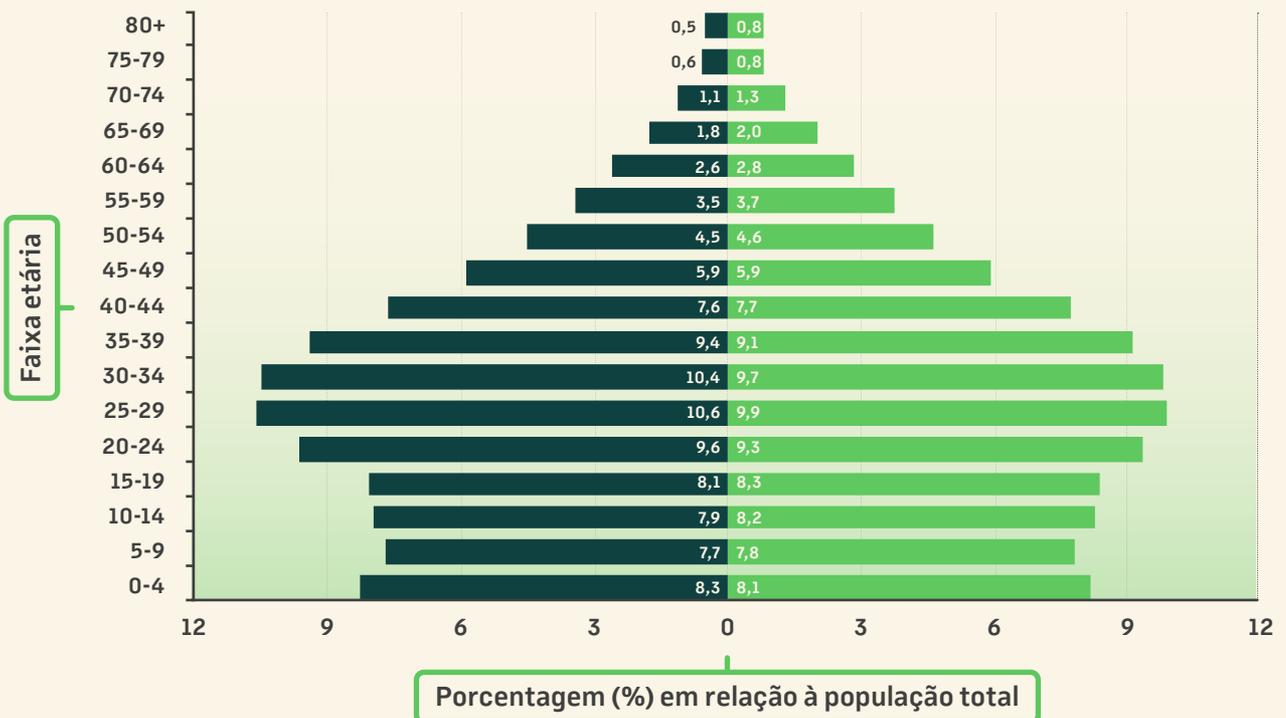
ANO	HABITANTES	%
1970	16.868	46,3
1980	43.854	65,4
1991	120.157	83,3
2000	197.098	98,3
2010	277.799	97,7

População por raça em 2019 (%)



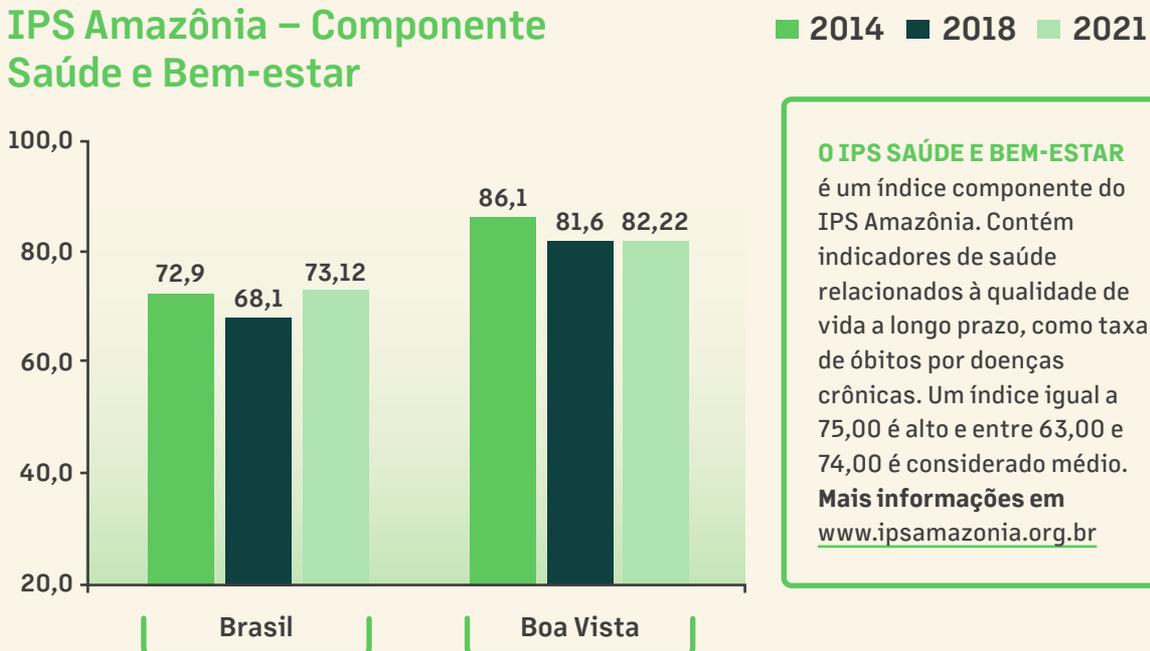
Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

■ Homens ■ Mulheres



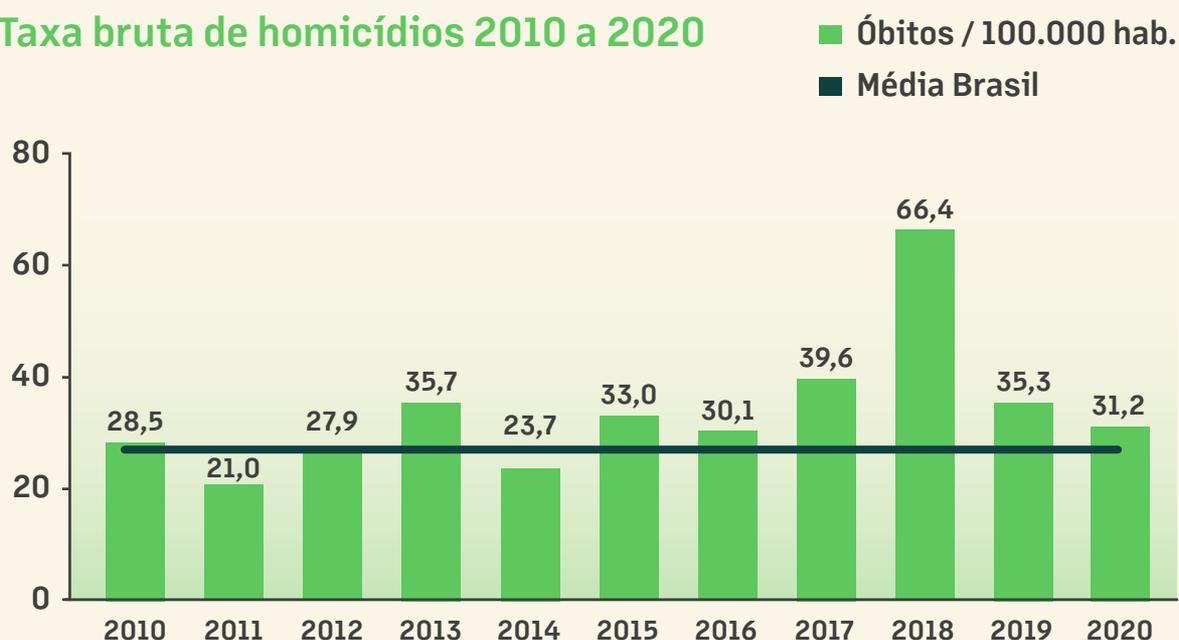
SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar



SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020



EDUCAÇÃO

Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

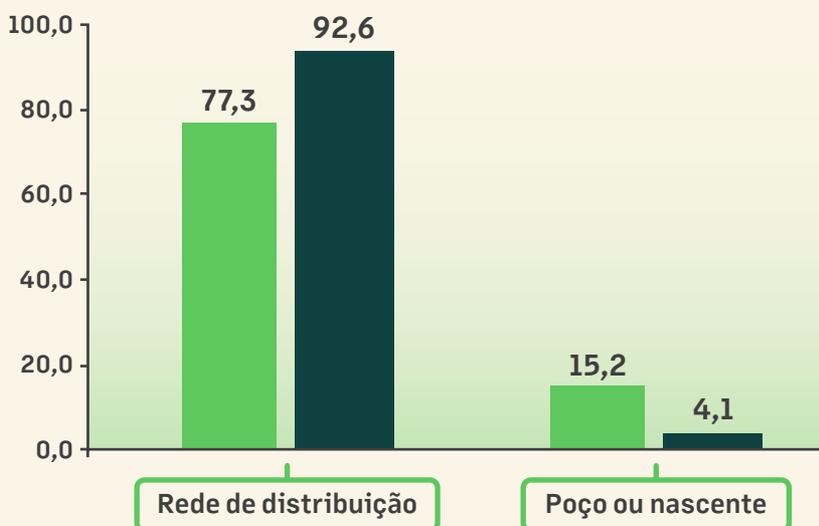
- Brasil
- Boa Vista



SANEAMENTO

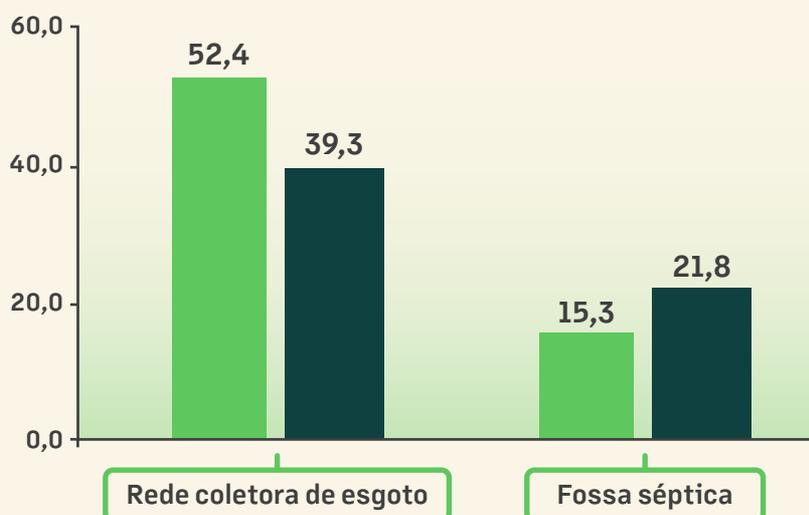
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Boa Vista



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Boa Vista

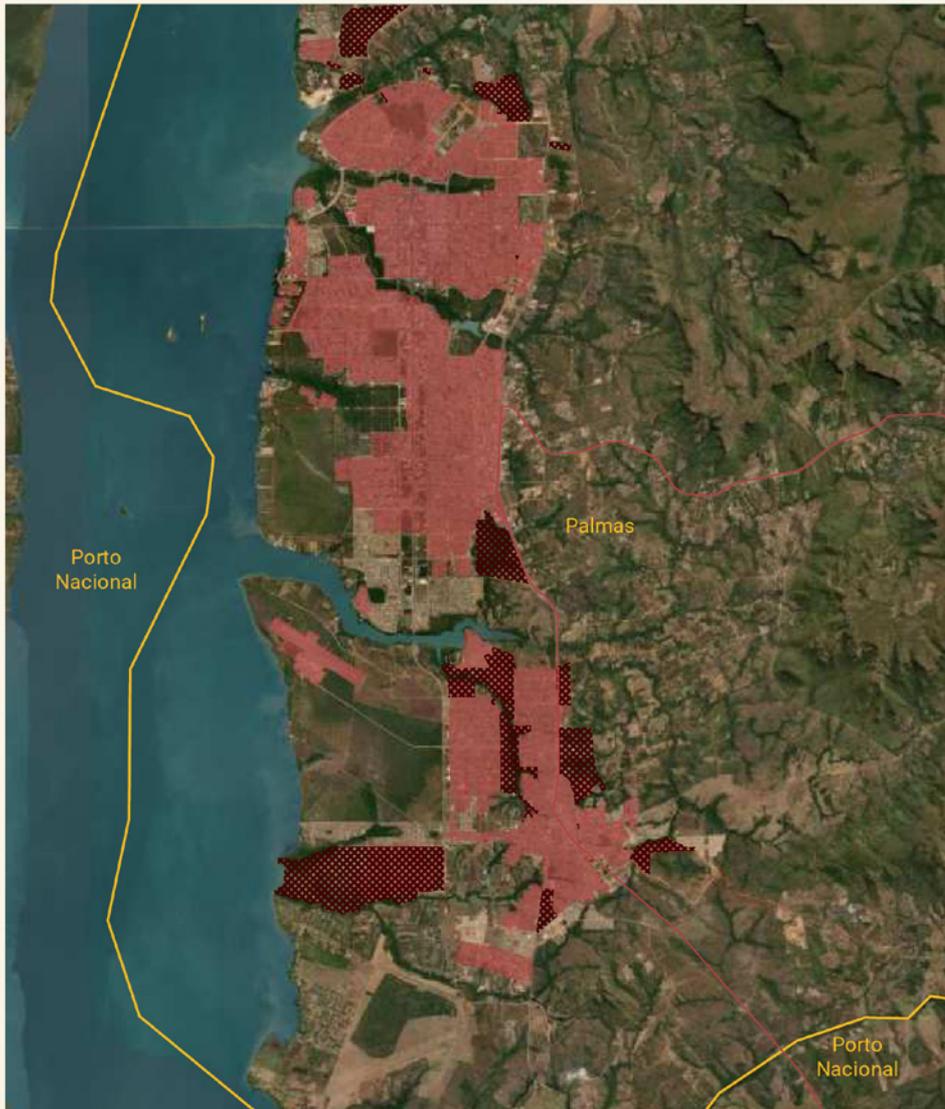


CIDADES DA AMAZÔNIA: PALMAS (TO)

A ÁREA URBANA DE PALMAS

Palmas é a capital do estado de Tocantins. Contempla a menor população da Amazônia Legal: 313.349 habitantes em 2021 (20% da população do estado). Encontra-se no bioma Cerrado e foi fundada a partir da criação do estado de Tocantins na Constituição Federal de 1988. Tida como uma cidade planejada, 97% da população (Censo 2010) localizava-se na área urbana do município de 144 km² (7% da área territorial de 2.227 km²). Palmas apresenta 18 km² de aglomerados subnormais (18% da área urbana).

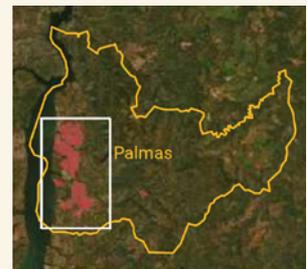
FIGURA 12. Aglomerados subnormais de Palmas • 18%



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodoviais

Croqui de localização



Fonte
 Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana em Palmas

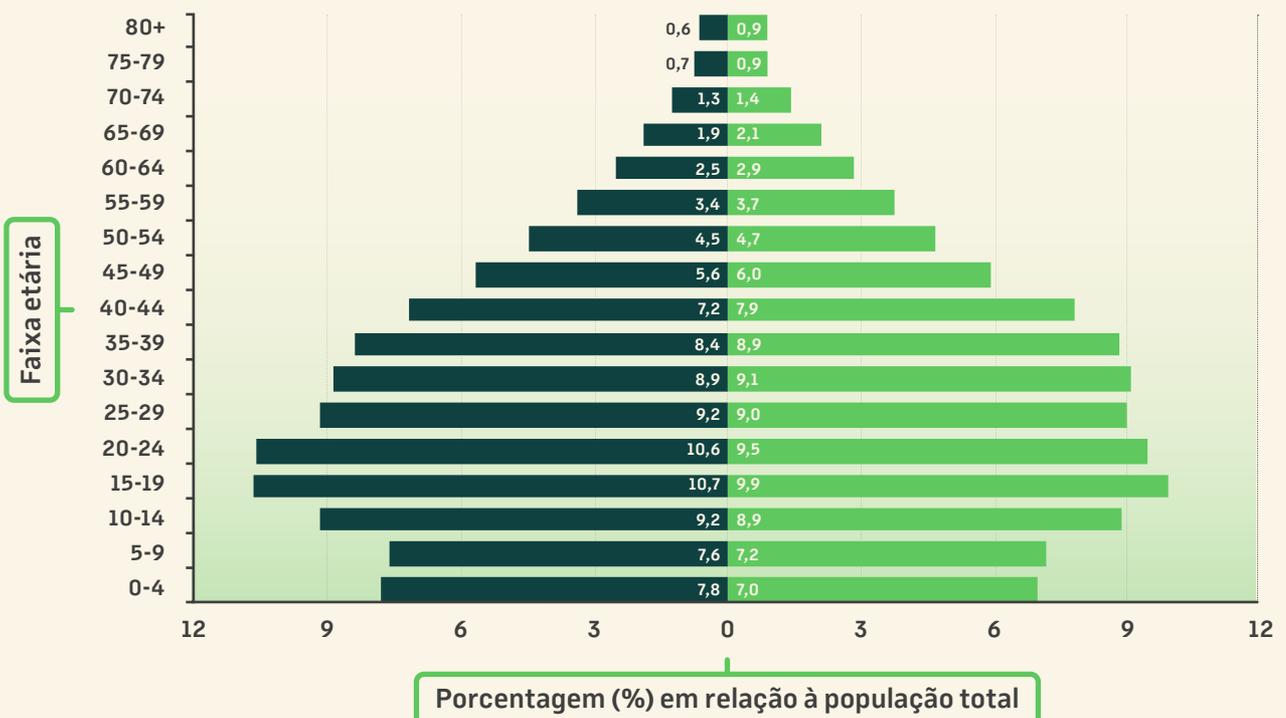
ANO	HABITANTES	%
1991	19.246	79,1
2000	134.179	97,7
2010	221.742	97,1

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

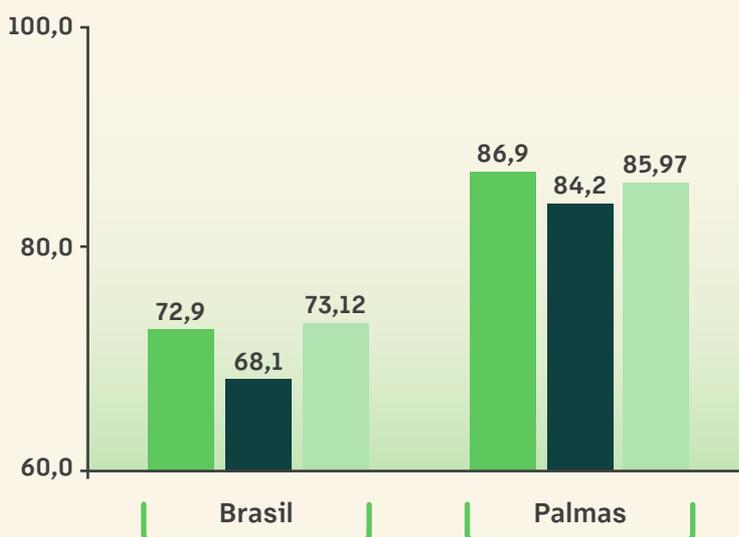
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

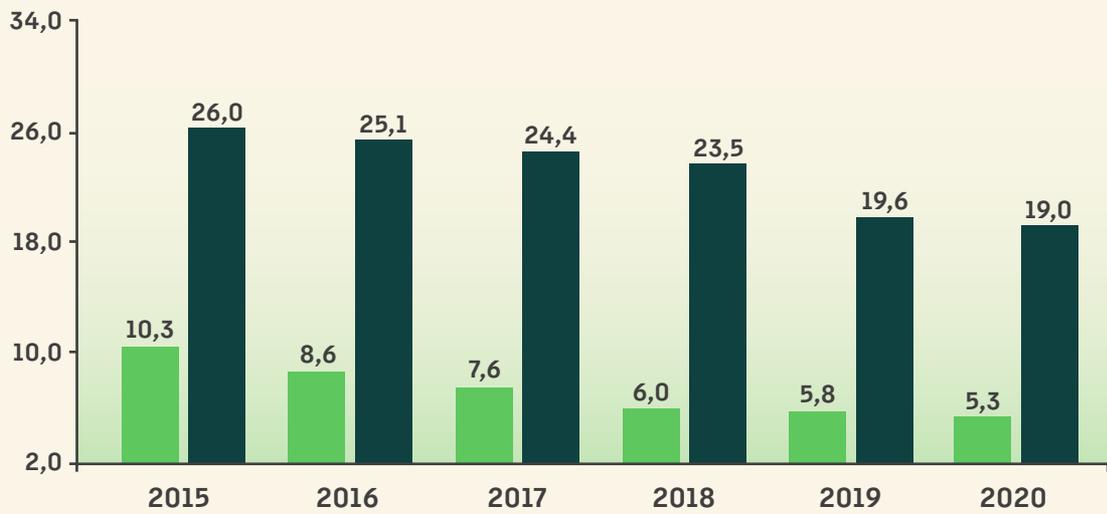
■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

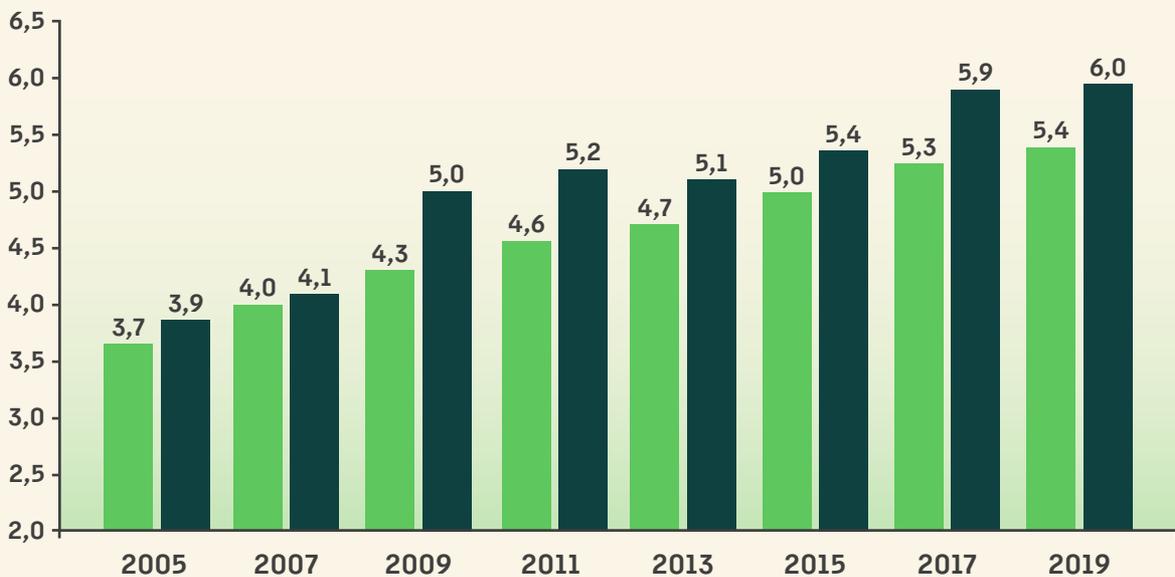
Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

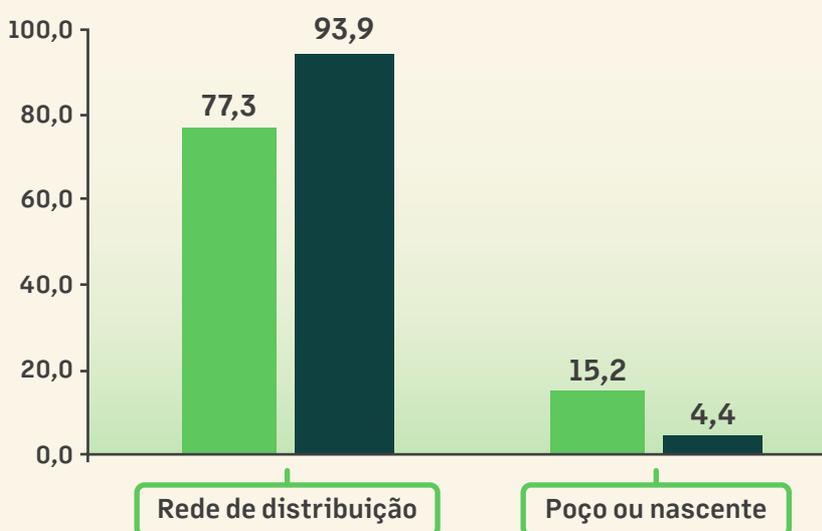
- Brasil
- Palmas



SANEAMENTO

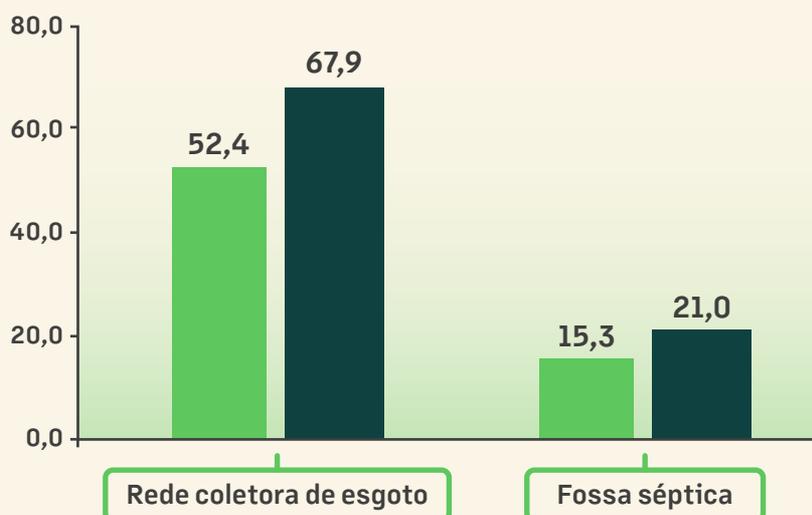
Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Palmas



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

■ Brasil
■ Palmas



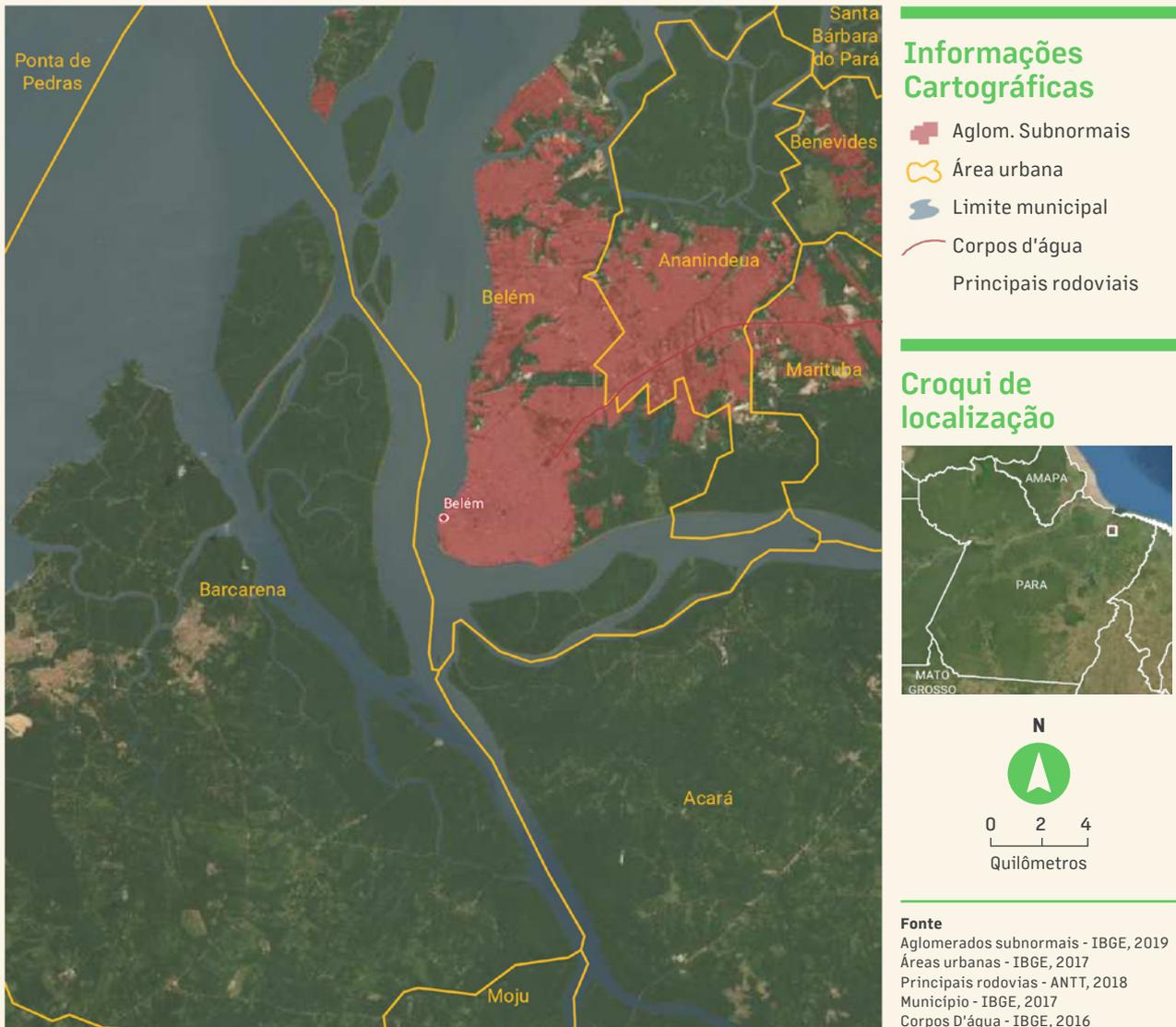
CIDADES DA AMAZÔNIA: REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

A ÁREA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)

A Região Metropolitana de Belém (RMB) continha 2.547.756 habitantes em 2021 (29% da população do estado do Pará), distribuídos em sete municípios: Ananindeua (21% da população), a capital Belém (59%), Benevides (3%), Castanhal (8%), Marituba (5%), Santa Bárbara do Pará (1%) e Santa Izabel do Pará (3%). Possui 97,2% de sua população em áreas urbanas (Censo 2010).

A área urbana da RMB soma 407,1 km², sendo 160 km² (39%) considerados como aglomerados subnormais, de acordo com o IBGE. Além disso, o fenômeno geográfico da conurbação é característica dessa região metropolitana.

FIGURA 13. Mancha da Região Metropolitana de Belém

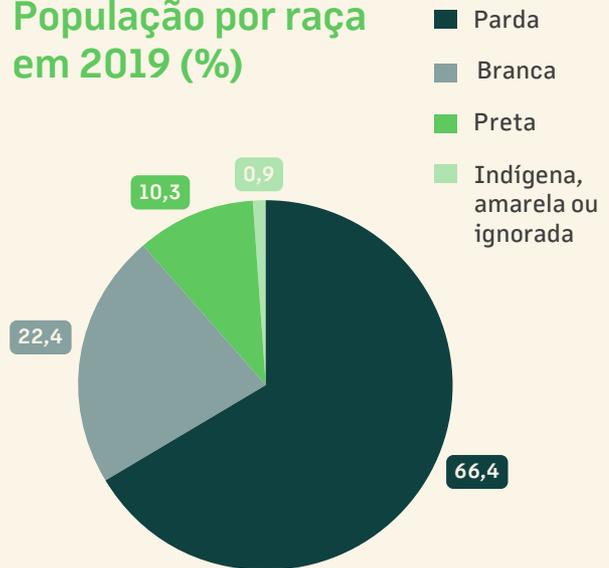


DEMOGRAFIA

População urbana da Região Metropolitana de Belém

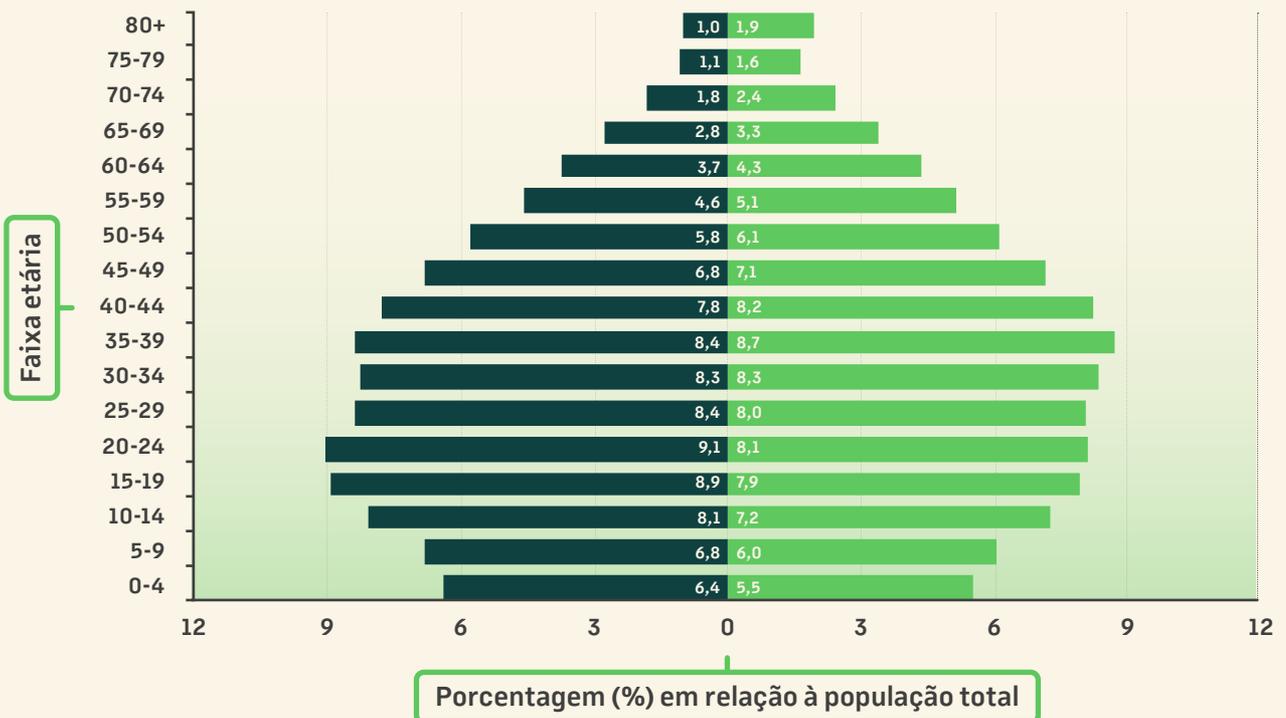
ANO	HABITANTES	%
1970	636.513	89,7
1980	898.786	82,6
1991	1.039.818	70,8
2000	1.888.201	97,4
2010	2.161.253	97,2

População por raça em 2019 (%)



Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

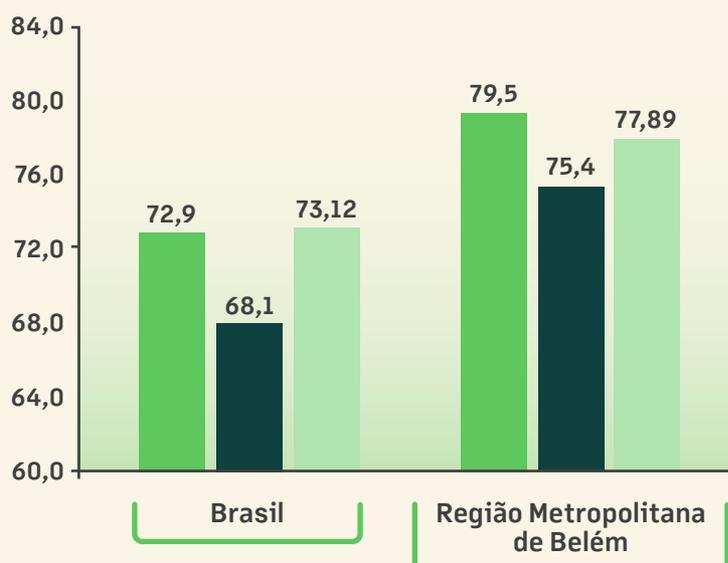
■ Homens ■ Mulheres



SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar

■ 2014 ■ 2018 ■ 2021



O IPS SAÚDE E BEM-ESTAR

é um índice componente do IPS Amazônia. Contém indicadores de saúde relacionados à qualidade de vida a longo prazo, como taxa de óbitos por doenças crônicas. Um índice igual a 75,00 é alto e entre 63,00 e 74,00 é considerado médio.

Mais informações em www.ipsamazonia.org.br

SEGURANÇA

Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020

■ Óbitos / 100.000 hab.

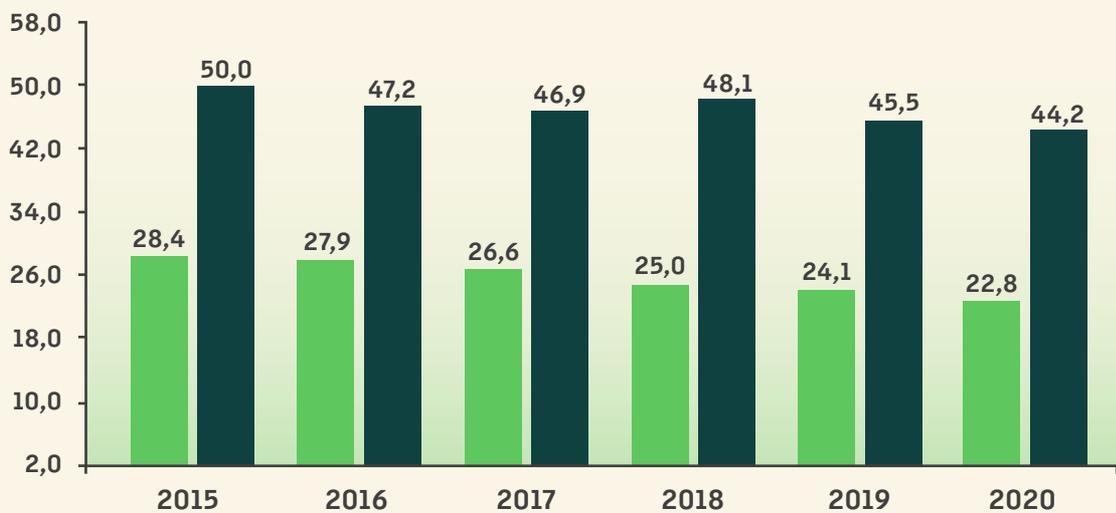
■ Média Brasil



EDUCAÇÃO

Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio



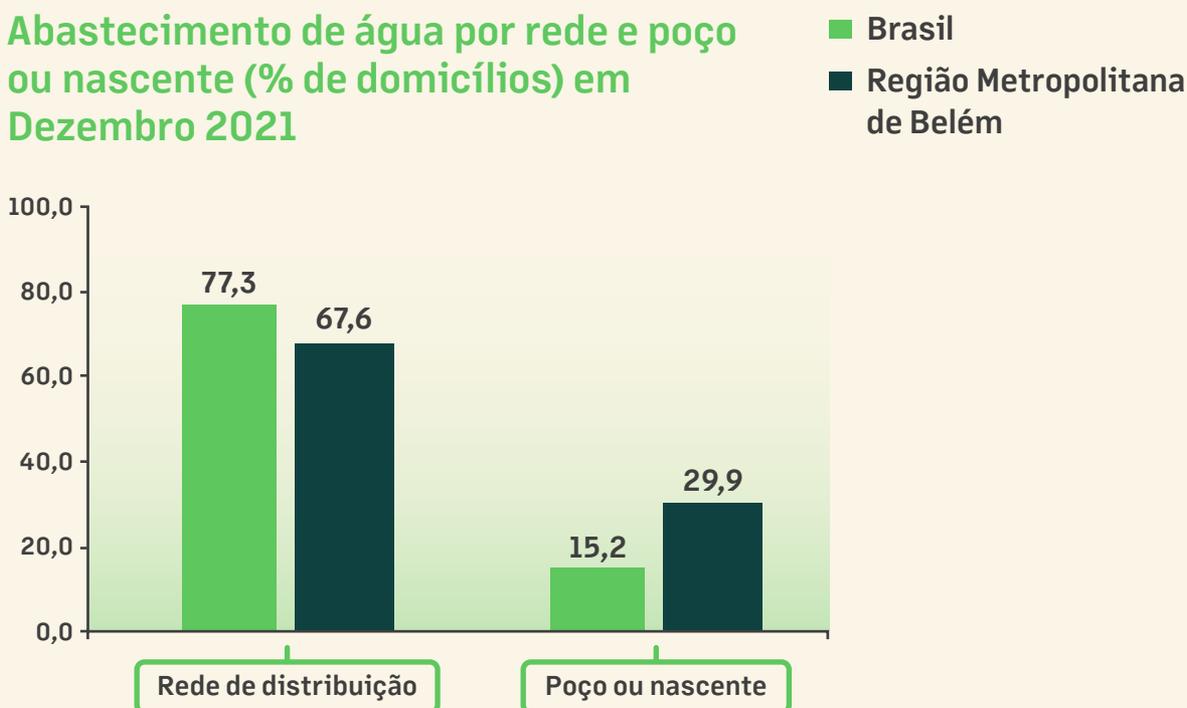
Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

- Brasil
- Região Metropolitana de Belém

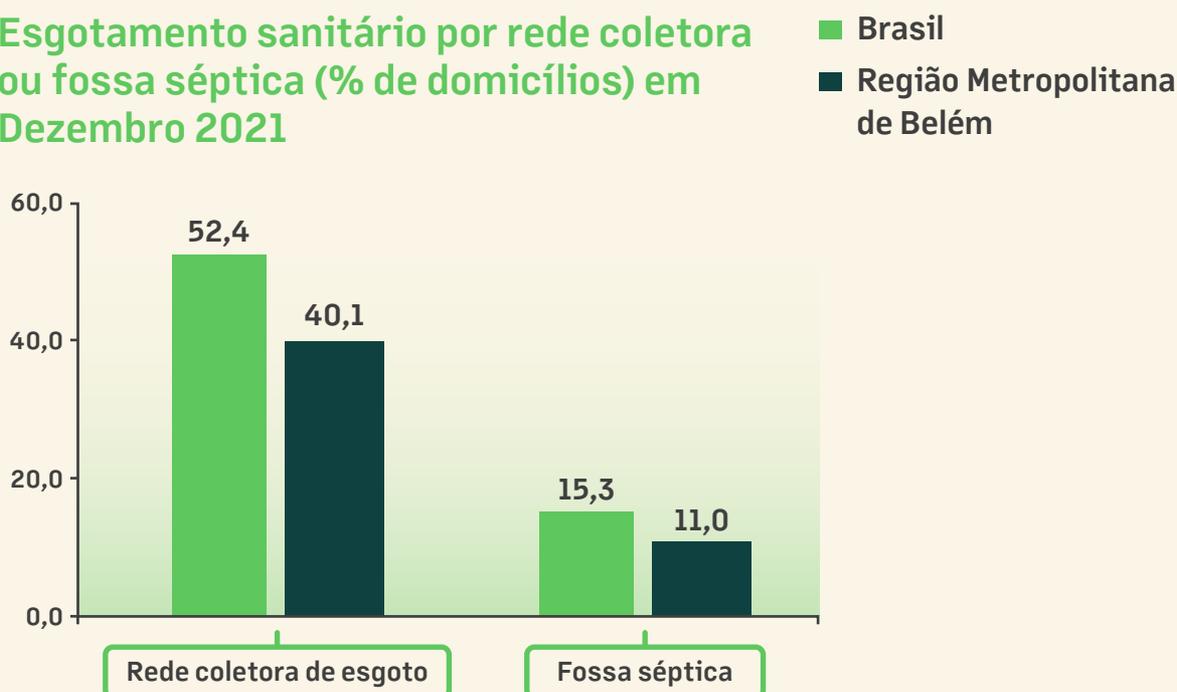


SANEAMENTO

Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021

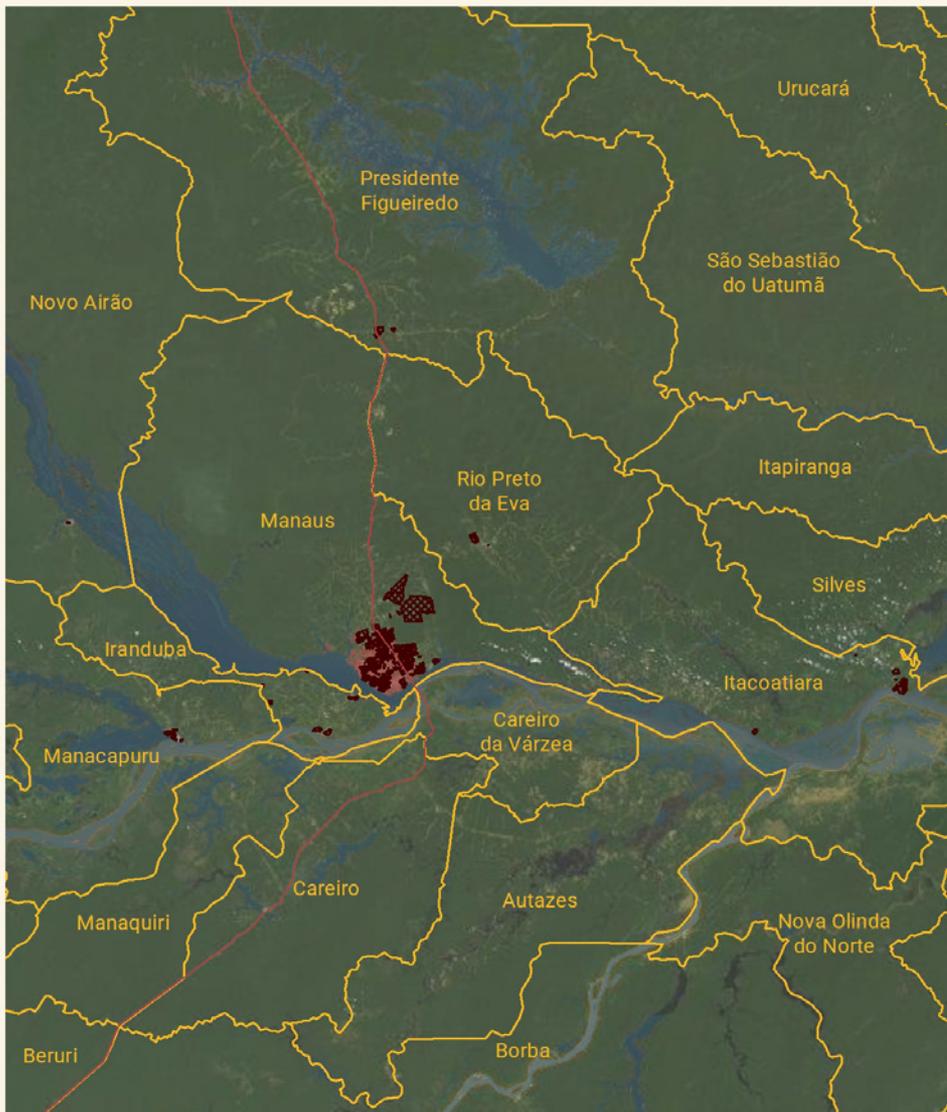


REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (AM)

A ÁREA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) contemplava 2.766.492 habitantes em 2021 (65% da população do estado do Amazonas) residindo em 13 municípios: Autazes (1,5% da população), Careiro (1,4%), Careiro da Várzea (1,1%), Iranduba (1,8%), Itacoatiara (3,8%), Itapiranga (0,3%), Manacapuru (3,6%), Manaquiri (1,2%), Novo Airão (0,7%), Presidente Figueiredo (1,4%), Rio Preto da Eva (1,3%), Silves (0,3%) e a capital Manaus (81,6%). As sedes dos municípios estão separadas fisicamente e não há conurbação. Possui 91,2% de população em áreas urbanas (Censo 2010), que compreendem a 495 km², sendo 258 km² (52%) como aglomerados subnormais, de acordo com o IBGE.

FIGURA 14. Aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Manaus (RMM)



Informações Cartográficas

-  Aglom. Subnormais
-  Área urbana
-  Limite municipal
-  Corpos d'água
-  Principais rodovias

Croqui de localização



Fonte

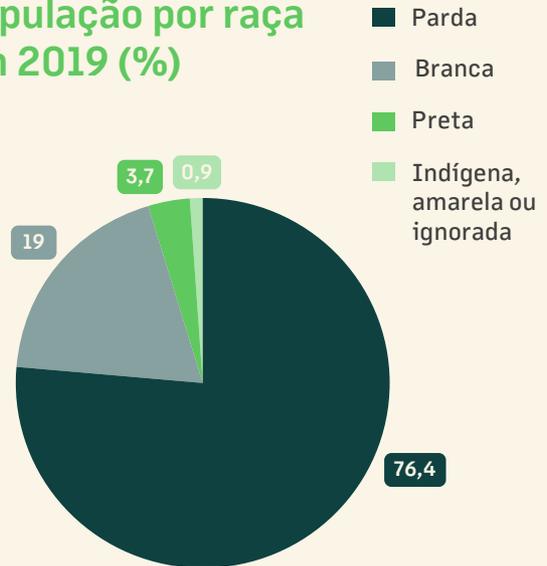
Aglomerados subnormais - IBGE, 2019
 Áreas urbanas - IBGE, 2017
 Principais rodovias - ANTT, 2018
 Município - IBGE, 2017
 Corpos D'água - IBGE, 2016

DEMOGRAFIA

População urbana da Região Metropolitana de Manaus

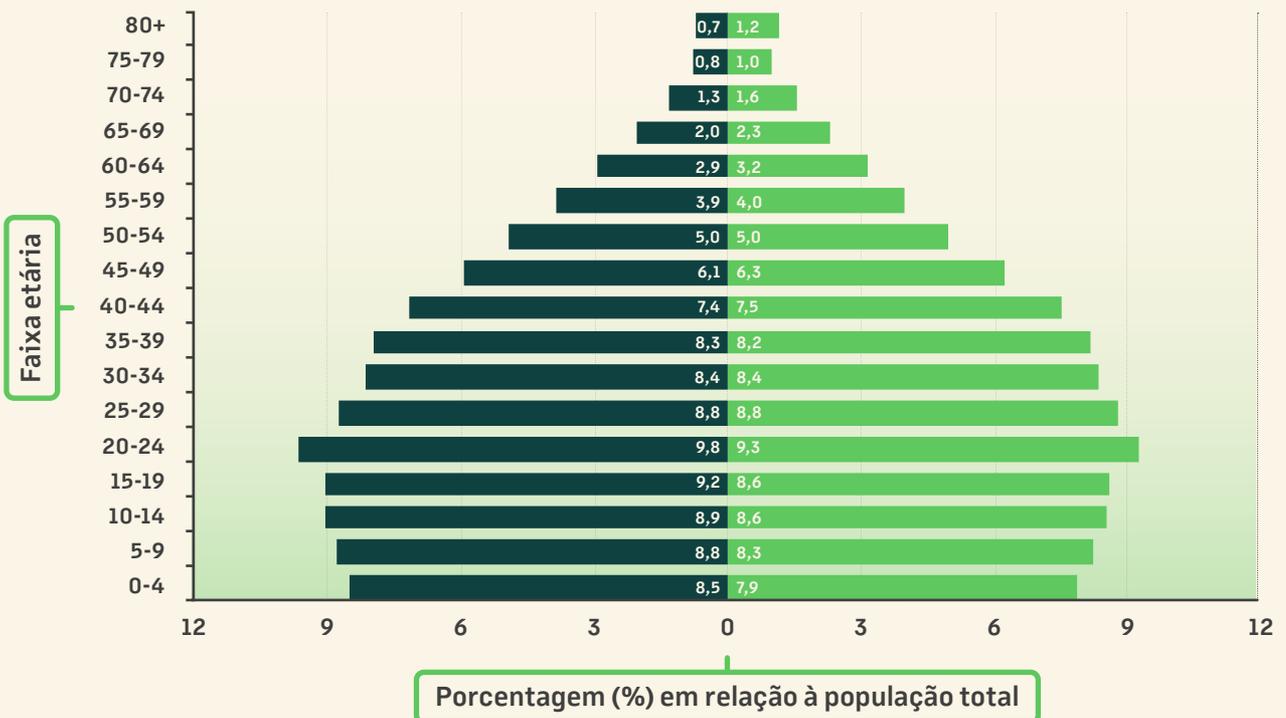
ANO	HABITANTES	%
1970	309.676	65,9
1980	666.041	81,8
1991	1.117.440	88,5
2000	1.552.114	89,9
2010	2.016.768	91,2

População por raça em 2019 (%)



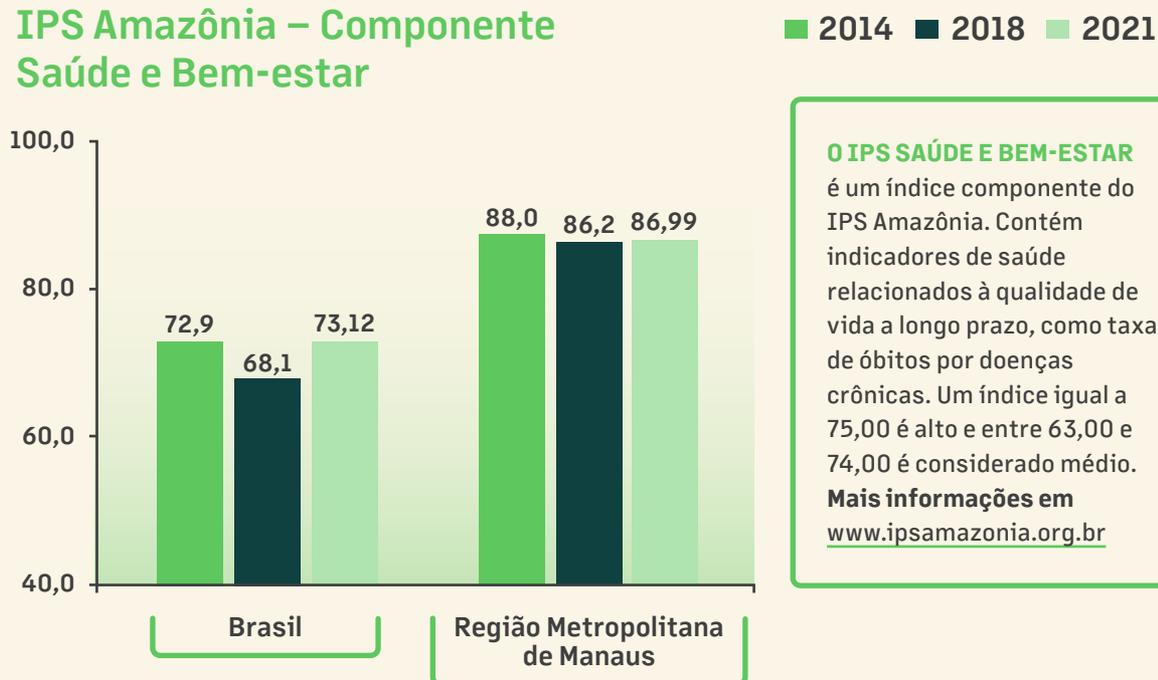
Estrutura etária por sexo em 2021 (%)

■ Homens ■ Mulheres



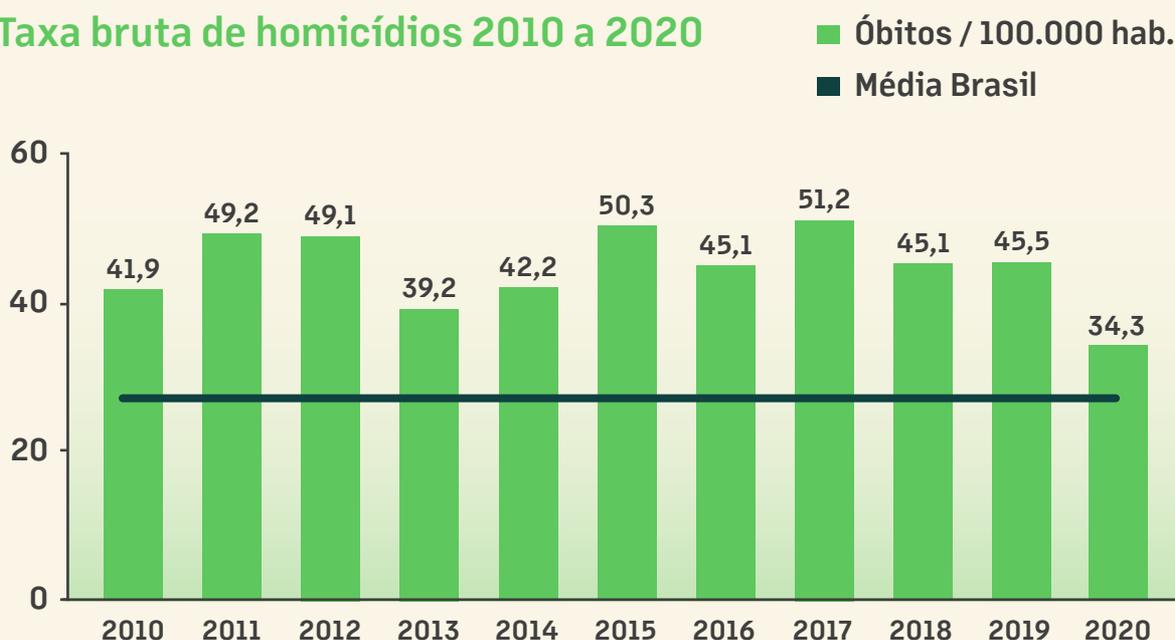
SAÚDE

IPS Amazônia – Componente Saúde e Bem-estar



SEGURANÇA

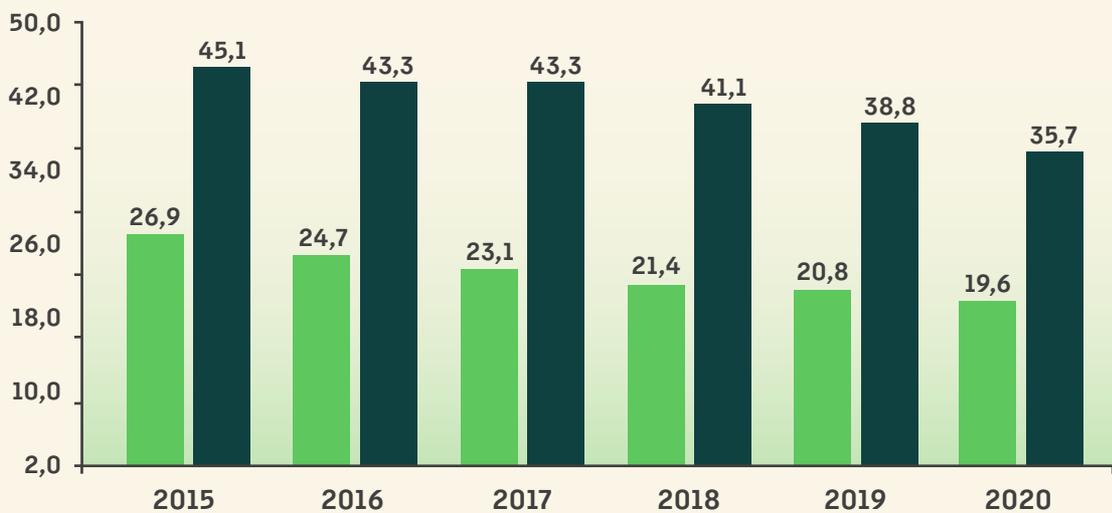
Taxa bruta de homicídios 2010 a 2020



EDUCAÇÃO

Distorção Idade-série de área urbana 2015 a 2020 (% de alunos que não estudam na série correta)

■ Ensino Fundamental
■ Ensino Médio



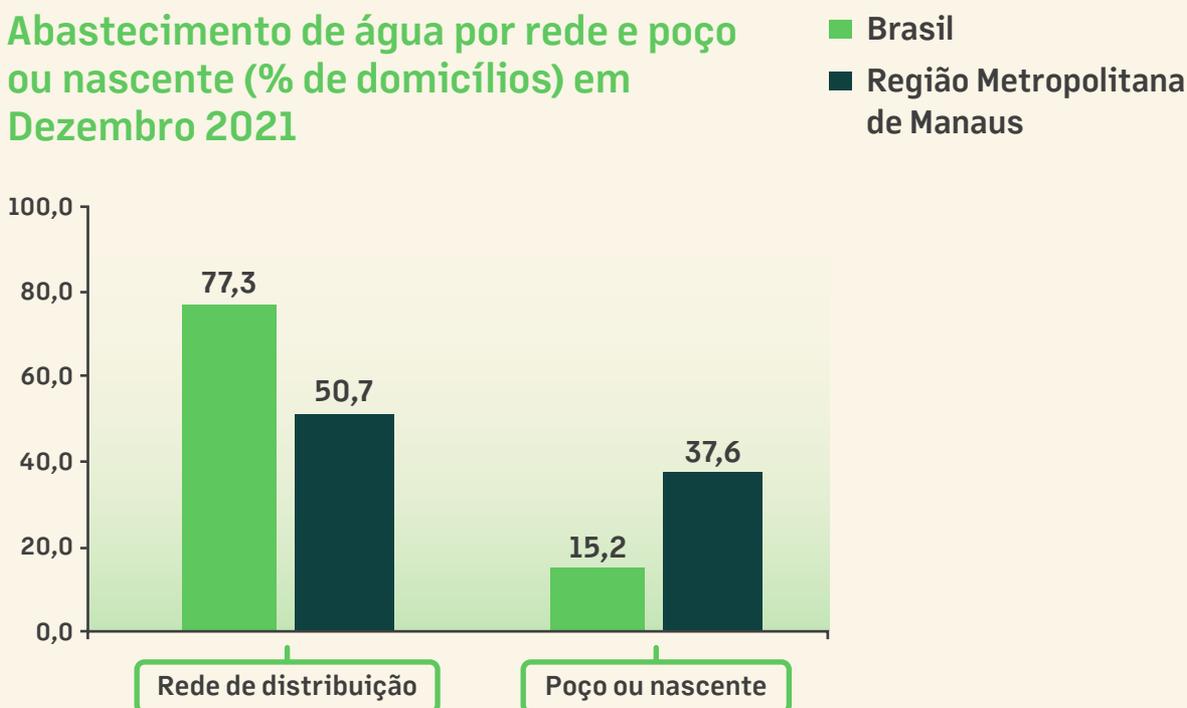
Ideb Ensino Fundamental 2005 a 2019

■ Brasil
■ Região Metropolitana de Manaus

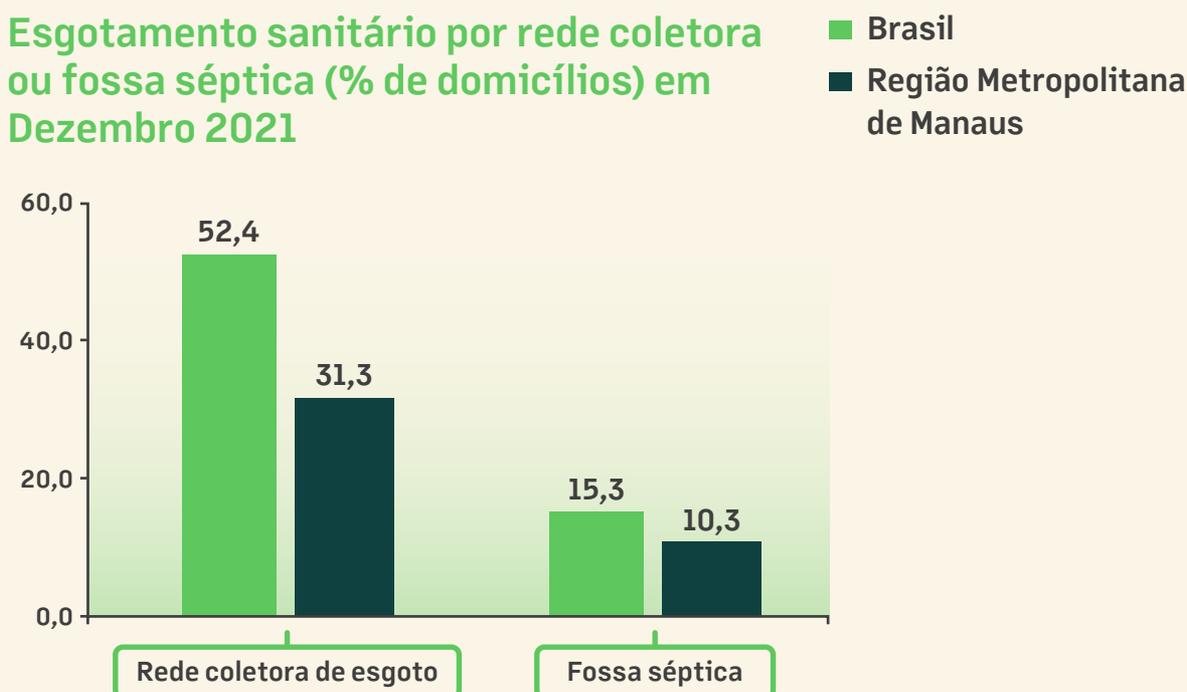


SANEAMENTO

Abastecimento de água por rede e poço ou nascente (% de domicílios) em Dezembro 2021



Esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (% de domicílios) em Dezembro 2021



A ZONA FRANCA DE MANAUS

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um parque industrial situado em Manaus, concebido pelo Decreto-Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, em resposta à ausência de políticas de governo que permitissem a reprodução, na região Norte, de área de desenvolvimento experimentado pela região Centro-Sul, e originando um espaço de armazenamento de mercadorias via águas do Rio Amazonas (Serafico e Serafico, 2005).

Em 28 de fevereiro de 1967, esta lei foi revogada e substituída pelo Decreto-Lei nº 288, instituindo a ZFM como centro industrial, comercial e agropecuário, uma área com superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo Manaus e seus arredores. O dispositivo também determinou a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), responsável por administrar a ZFM (BRASIL, 1967). Em seu artigo primeiro, o decreto determina que a ZFM é:

Art 1º [...] uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

Entre as medidas tomadas pelo Decreto nº 288/1967, estão a isenção fiscal de importação para as matérias-primas destinadas à Zona Franca de Manaus, isenção de impostos de exportação para o estrangeiro, equivalência de

exportação brasileira para o estrangeiro àqueles produtos destinados à Zona Franca, a fim de permitir condições de concorrência da produção nacional com a importação estrangeira (Serafico e Serafico, 2005).

A ZFM possui três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. Sendo que a indústria (Polo Industrial de Manaus – PIM) é o polo que sustenta a ZFM (Silva, Lucas e Oliveira, 2021). De acordo com Silva, Costa e Lucas (2019), há cerca de 600 empresas de alta tecnologia no PIM, concentradas na produção de motocicletas, televisores, celulares e produtos de informática, mas não se bastando apenas a esse tipo de produção.

MODELO ECONÔMICO DA ZFM

O modelo de desenvolvimento regional proposto para ZFM, desde a sua idealização até o momento, consiste em uma das mais importantes políticas desempenhadas pelo governo para a região Norte, possibilitada com os

seguintes benefícios fiscais (Silva, Lucas e Oliveira, 2021):

Isenção do imposto de importação, que permite que empresas atuem como montadoras usando tecnologia internacional;	Isenção do imposto de exportação;	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);	Isenção por dez anos, fornecido pelo município, de IPTU, da taxa de licença para funcionamento e da taxa de serviços de limpeza e conservação pública.	Desconto parcial, fornecido pelo Governo do Estado do Amazonas, no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
---	-----------------------------------	---	--	---

Esse modelo está garantido constitucionalmente até o ano de 2073 (Silva, Lucas e Oliveira, 2021) e a movimentação comercial existente para as atividades da ZFM possibilita irradiar a riqueza gerada por outros estados como Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Área Livre Comércio de Macapá e Santana. Logo, a ZFM é responsável pelo desenvolvimento econômico de 153 municípios por meio da criação de infraestruturas de suporte à produção, turismo e outros potenciais regionais (SUFRAMA, s.d.).

FIGURA 15. Dinâmica da ZFM

Fonte SUFRAMA, s. d.



Segundo a Suframa, o programa de interiorização do desenvolvimento prevê investimentos de parte dos recursos oriundos da Taxa de Serviços Administrativos (TSA), arrecadada pela SUFRAMA junto a empresas beneficiadas com incentivos fiscais da ZFM, em projetos de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e formação de capital intelectual. Esses projetos são viabilizados por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa e entidades representativas da sociedade civil.

De acordo com a Suframa, em 2021, o Polo Industrial de Manaus (PIM) faturou R\$ 158,6 bilhões resultado que se deve ao forte desempenho do segmento de bens de informática do polo eletroeletrônico com faturamento de R\$ 44,4 bilhões, seguido de outros segmentos como o de duas rodas (R\$ 19,98 bilhões), o metalúrgico (R\$ 13,27 bilhões), o químico (R\$ 13,27 bilhões), o termoplástico (R\$ 13,14 bilhões) e o mecânico (R\$ 11,54 bilhões) (SUFRAMA, 2022). O PIM é um dos mais modernos e maiores centros industriais da América Latina (Silva, Lucas e Oliveira, 2021).

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

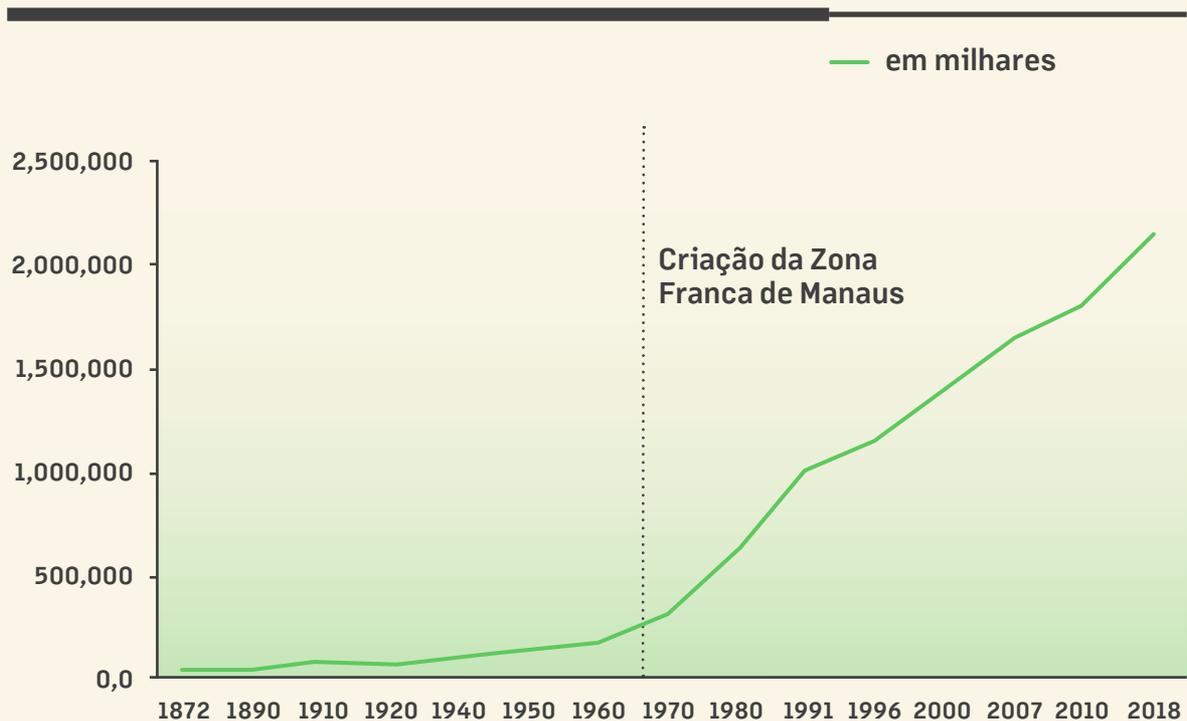
A criação da ZFM trouxe um elevado número de imigrantes interessados em trabalhar nas indústrias, provocando um superpovoamento nas últimas décadas, como ilustra o gráfico a seguir.

Em termos econômicos, considerando que Manaus tem mais de 80% de participação no PIB do estado do Amazonas, a título de comparação, Belém não chega a representar 28,3% do PIB do Pará (FGV – EESP, 2019).

Observando o gráfico abaixo fica evidente o crescimento populacional a partir dos anos 1970, condizente com a criação da ZFM.

GRÁFICO 6. População total do município de Manaus – 1872-2018

Fonte IBGE-IPEADATA
(2018) apud
FGV-EESP (2019)



Dada essa atratividade que o PIM exerce sobre a imigração, Brito (2021) analisou como o desenvolvimento industrial impactou a população, utilizando-se de indicadores como IDH e IDHM de Manaus e o seu estudo resultou em alguns pontos de atenção:

1.

Mesmo que a ZFM resulte em números interessantes para a exportação, isso não significa que há um reflexo em benefícios sociais para a população. O que se esperava quando da criação do PIM era que a industrialização atrairia investimentos para a região e isso resultaria em melhorias na qualidade da saúde, educação e renda. Ou seja, o município cria os subsídios e é remunerado com a atração de capitais. No entanto, o superpovoamento supracitado levou a um ponto em que os postos de trabalho existentes não são suficientes para suprir a demanda por emprego, ocasionando números como 18,5% da população de Manaus declarar-se desempregada, liderando a taxa de desocupação entre as capitais brasileiras no ano de 2020 (IBGE, 2020 apud Brito, 2021).

2.

A população desempregada se torna dependente de políticas assistencialistas e vivem em situação de extrema vulnerabilidade, como os moradores do bairro Cidade de Deus, com mais de 70 mil habitantes. Isso reflete no aumento do custo do município com serviços básicos.

3.

Além disso, a renda está superconcentrada, colocando em xeque a proposta da ZFM de equilíbrio econômico e social, já que os índices econômicos não condizem com os índices sociais dessas muitas famílias vivendo na dependência dos serviços essenciais de Manaus.

Ainda há outros questionamentos trazidos por diversos autores e pensadores. Em Serafico e Serafico (2005), referente ao modelo econômico de criação da ZFM estar pautado sobre a economia convencional, eles tratam do “perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação da cultura no continente” e do abandono muitas vezes dos valores tradicionais, que levam à despersonalização regional. Reforçado por Silva, Lucas e Oliveira (2021):

[...] o processo de urbanização e industrialização, bem como a implementação do modelo de desenvolvimento ocorrido no interior da floresta amazônica no final da década de 1960, se depara com as relações contraditórias entre o uso de recursos e a conservação do bioma e [...] provoca o processo de transformação de uma sociedade com características rurais para uma sociedade industrial que vive a realidade da alta tecnologia, do mercado, da economia, do conhecimento científico e do saber da floresta modificando a relação da sociedade com o espaço, com a natureza com foco no desenvolvimento.

O que vai na controvérsia do que é trazido pela Suframa [s. d.], que afirma que a ZFM é fundamental para a conservação/preservação da Floresta Amazônica, uma vez que as oportunidades de emprego diminuíram a busca por atividades predatórias de exploração da floresta, reduzindo, portanto, a pressão sobre o desmatamento e que há um desenvolvimento focado na sustentabilidade. Já Brianezi e Sorrentino (2012) contradizem este argumento, destacando que há um deslocamento mais geral dos olhares hegemônicos sobre a Amazônia, fortalecendo-se no discurso da modernização ecológica, amparada em índices estaduais de desmatamento, mas sem considerar aspectos relevantes da própria sustentabilidade como:

[...] explosão demográfica de Manaus, baixa qualidade de vida da maior parte da população, elevada degradação ambiental urbana, dependência da economia amazonense de um modelo instável de desenvolvimento, baseado na renúncia fiscal com empresas que não agregam valor à biodiversidade local e cujo controle localiza-se fora da região.

Por uma outra via, Silva, Lucas e Oliveira (2021) fizeram uma análise sobre o potencial das indústrias 4.0 na ZFM, caso das startups da floresta, que aliam o conhecimento tecnológico à preservação e uso da biodiversidade, fortalecendo projetos de bioeconomia, que favorecem comunidades, geram emprego e renda, valorizam o conhecimento das populações locais e proporcionam um desenvolvimento centrado na floresta em pé. No entanto, este modelo apresenta diversos desafios até mesmo vinculados ao próprio formato produtivo e à economia globalizada.

PROPOSTAS DE MUDANÇAS COM IMPACTO NA ZFM

É inegável a importância econômica da ZFM para a região amazônica, mesmo com desafios a serem superados. O modelo de desenvolvimento regional representa um ganho não só para Manaus, mas para todo o território nacional.

Entretanto, em abril deste ano, com a justificativa de estimular o consumo e baratear os produtos para a população, o Ministério da Economia propôs reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (alíquota de 35%) para itens como (G1, 2022):

Calçados**Tecidos****Artigos de
metalurgia****Aparelhos
de TV e de som**

Armas**Móveis****Brinquedos****Máquinas**

Esta medida materializada pelo Decreto 11.052/2022 (BRASIL, 2022) resultaria exclusão de 76% do faturamento da Zona Franca de Manaus (ZFM) dessa nova redução de tributos (G1, 2022). Como as empresas da ZFM são isentas de IPI, uma redução nesta taxa para as indústrias do restante do país diminui consideravelmente as vantagens competitivas da zona franca.

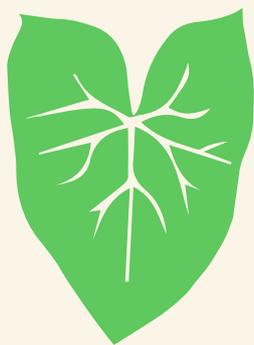
Como explica o G1:

Pelas regras da Zona Franca, embora o tributo seja fixado por produtos, as

empresas lá instaladas contam com isenção do IPI. De modo que, quanto maior a alíquota do IPI, que vale somente para fora da região, maior o benefício fiscal para as empresas da Zona Franca. Ao reduzir a alíquota para os produtos fora da Zona Franca de Manaus, a região perde competitividade em relação aos produtores do resto do país, que passam a pagar menos imposto.

Os efeitos do Decreto 11.052/2022 foram suspensos em maio de 2022 pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de forma cautelar, somente no que se refere à redução das alíquotas de produtos também produzidos na ZFM. A medida deverá ser apreciada pelo plenário da Corte.

No dia 29 de julho de 2022, o governo federal publicou o Decreto nº 11.158 com o objetivo de viabilizar a redução de 35% no IPI da maioria dos produtos fabricados no Brasil. Com o decreto, o governo procurou cumprir decisão judicial que determinou a exclusão dos produtos fabricados na ZFM do corte no imposto.



VOZES DA AMAZÔNIA

Buscando enriquecer nosso entendimento sobre a complexidade das realidades urbanas da Amazônia, trazemos dois textos de convidados para este volume. Da região metropolitana de Belém, trazemos o relato de Kelvyn Gomes. E da região metropolitana de Manaus, o texto de Heitor Pinheiro e Tatiana Schor.

Sobre Manaus, o texto *Entre rios, cidades e florestas: o contexto territorial da região metropolitana de Manaus* propõe uma subdivisão da RMM a partir de critérios que considerem os diferentes territórios e dinâmicas internas deste espaço metropolitano.

VILA DA BARCA: UMA HISTÓRIA COLETIVA

por **Kelvyn Werik Nascimento Gomes**

124

**ENTRE RIOS, CIDADES E FLORESTAS: O CONTEXTO
TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS**

por **Heitor Pinheiro e Tatiana Schor**

158

VILA DA BARCA: UMA HISTÓRIA COLETIVA

KELVYN WERIK NASCIMENTO GOMES

é morador da Vila da barca,
professor, historiador e
pesquisador, atua
principalmente em temas
relacionados a História
Ambiental, Urbana e ensino
de história.

Este texto é uma breve exposição da história e da memória da comunidade da Vila da Barca, contada a partir de dados históricos e produções acadêmicas, mas principalmente das experiências de seus moradores, que coletivamente têm transformado uma pequena vila com, casinhas de madeira formada e conformada espontaneamente às margens da Baía do Guajará, em Belém (PA), em uma das maiores comunidades sobre palafitas da América Latina.

Uma história de mulheres, homens, pretos, indígenas, indivíduos e famílias que, cansados de lutar para sobreviver, têm lutado para viver e serem reconhecidos como indivíduos, agentes ativos de sua própria história. Neste texto, será possível conhecer um pouco melhor a história da sua gênese, seus principais problemas, dificuldades e desafios, mas principalmente seu potencial político, econômico e social.

DOS PRIMEIROS MORADORES A UMA DAS MAIORES COMUNIDADES DE PALAFITAS DA AMÉRICA LATINA

A Vila da Barca está localizada no bairro do Telégrafo, em Belém (PA), ao final da Travessa Coronel Luís Bentes (seu acesso principal), às margens da Baía do Guajará.

Sua área de mais de 70.000 m² está compreendida entre a Passagem Praiana, que dá acesso à casa de shows “Porto Solamar”, e se estende até os limites da empresa de transportes marítimos Reicon, longitudinalmente; e entre a Rua Professor Nelson Ribeiro até os limites do rio, latitudinalmente. De acordo com levantamento recente realizado por um grupo de moradores organizados e autointitulados “Comissão Solidária”, em parceria com a Associação de Moradores, com a finalidade de angariar donativos e recursos em socorro às famílias residentes na comunidade,

principalmente durante o período da pandemia, vivem hoje na Vila da Barca aproximadamente 1.100 famílias, cerca de 7.000 pessoas (Guimarães, 2020).

Mas nem sempre foi assim. No princípio de sua formação, a Vila da Barca era formada por um pequeno conjunto de casas espaçadas às margens da mesma Baía do Guajará. Sua origem, um tanto controversa e incerta, se confunde com possíveis mitos fundantes que relacionam seu nome, por exemplo, a uma embarcação que teria ora encalhado, ora naufragado nas redondezas, ou simplesmente teria sido abandonada em um estaleiro na região. A origem da barca não se sabe ao certo, mas seu uso e principalmente sua referência foram importantes para determinar o que viria a ser a Vila onde há uma barca e, posteriormente, a Vila da Barca.

Alguns materiais são fundamentais para entender a sua história. Ao discutir sobre assentamentos habitacionais na orla de Belém, dando atenção especificamente ao caso da Vila, o trabalho de Gracilene Ferreira (2001) recupera a sua história e afirma que sua formação se dá em fins da década de

1940 e consolidação a partir de 1950, sendo sua localização um pressuposto para a ocupação (Ferreira, 2001, p. 35-40).

Outro trabalho que procura remontar a história da comunidade é o de Solange Souza (2006) sobre a urbanização da área. Sua pesquisa assume sua ocupação “original” datada de 1935, ligada ao papel desempenhado pela orla de onde, segundo a autora, este seria um espaço estratégico para o produtor rural ribeirinho que paulatinamente foi se fixando nesse espaço, que seria ainda de manutenção da cultura ribeirinha (Souza, 2006, p. 62-64). Souza cita também uma barca, supostamente apreendida pela Capitania dos Portos, e que serviria como um ponto de referência geográfica para a localização da comunidade que futuramente daria identidade àquele lugar. Segundo a autora, o marco geográfico de ocupação teria sido a Passagem Praiana, enquanto a Travessa Coronel Luís Bentes teria sido a terceira rua a ser ocupada, dando acesso à antiga Rua do Trilho, hoje Pedro Álvares Cabral (Souza, 2006, p. 62-64). A Vila, dessa forma, seria um lugar estratégico.

Já Adriane Diogo (2002) remonta essa história a partir de uma publicação do jornal Estado do

Pará, de 1941, que regride às origens da comunidade entre as décadas de 1920 e 1930. Para Diogo, a crise da borracha na Amazônia e as dinâmicas populacionais desse período são importantes para entender o processo de formação da Vila (Diogo, 2002, p. 46-56). Seu nome, por exemplo, segundo esta autora, estaria relacionado a uma barca portuguesa naufragada na área; ou a uma barca pirata; ou mesmo, citando Bárbara Weinstein, uma embarcação possivelmente abandonada pela empresa responsável por sua construção em razão da crise do ciclo da borracha (Weinstein apud Diogo, 2002, p. 46-58). Uma questão bastante importante neste trabalho é relativa à localização geográfica da comunidade, por estar próxima das principais vias de circulação – sejam elas terrestres ou marítimas – e ao centro urbano da capital (Diogo, 2002, p. 54-59), interligando Belém às suas adjacências.

Antes das primeiras fontes coletadas, supunha-se que a Comunidade da Vila da Barca teria surgido entre as décadas de 1920 e 1950. Mas, com o recebimento e sistematização dos primeiros dados no acervo do “Projeto Cultura e Memória Periférica”, foi possível remontar essa

130

história; e hoje acredita-se que a Vila tenha começado a se formar ainda nos primeiros anos do século XX, durante o que se convencionou chamar de “Era Lemos”, no período conhecido como Belle Époque na Amazônia, entre 1870 e 1920, quando a região passou por uma intensificação nos seus fluxos migratórios, que foram sensivelmente sentidos em Belém, capital do estado (Belém, 1906, p. 164). Nesse mesmo período há aqui, como em outras cidades Brasil afora, um movimento de reforma urbana que, no caso de Belém, fora financiado pelas riquezas advindas da cadeia produtiva da borracha. Com o avanço de tais reformas, prioritariamente no centro da cidade, as populações mais pobres foram sendo “empurradas” para regiões consideradas periféricas, terrenos alagadiços, áreas baixas ou de baixadas, próximas às margens dos rios e igarapés que circundam e entrecortam a cidade (Sarges, 2000, p. 165-66). É nesse contexto de transformações urbanas que se pressupõe o surgimento da Vila da Barca.

Com a catalogação e digitalização do material para compor o acervo do seu Museu Memorial da Vila da Barca (MMVB), novas perspectivas sobre esta história podem ser adotadas.

Acredita-se que a ocupação da região onde se conformou a comunidade tenha sido anterior a todas as outras apresentadas por diversos pesquisadores de diferentes áreas. Observar e interpretar este material foi fundamental para chegar a novas conclusões que, apesar de não serem fechadas e dadas como encerradas – ou mesmo podem ser consideradas superiores às demais –, partem de uma análise referencialmente balizada a partir de fontes bibliográficas. O material que hoje compõe o acervo do Museu Memorial reorganiza as informações apresentadas por uma diversidade de trabalhos que buscaram de alguma forma remontar a história da comunidade, de modo que elas não sejam descartadas, mas que se complementam.

Não é possível precisar o dia, mês e ano para o surgimento da Vila da Barca, como também esta não é a preocupação central deste texto ou mesmo do MMVB. Mas localizá-la temporalmente permite-nos entender sua história, suas dinâmicas e parte da sua configuração atual. Podemos observar que a Vila é comumente relacionada ao seu papel desempenhado em Belém: como área portuária de intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Sua importância, nesse sentido,

é fundamental para entender a dinâmica e mesmo os seus primórdios. Como Souza (2006) apontou em seu trabalho, a Travessa Coronel Luís Bentes ligava este porto à Rua do Trilho, o que garantia maior escoamento das pessoas e produtos que aqui desembarcavam. Assim, acredita-se que esta travessa, que hoje se faz como porta de entrada para o lugar, tenha sido sua principal rota de acesso, dada esta configuração. Se assumirmos que a Travessa Coronel Luís Bentes tenha esta importante função, podemos partir para a segunda questão observada.

Em 1899, a planta da Cidade de Belém já identifica áreas posteriores ao bairro do Reduto (tendo os bairros da Campina e Cidade – hoje Cidade Velha – como referenciais, por serem áreas centrais da cidade), limitando-as à Travessa do Curro, hoje Djalma Dutra, rua de acesso ao prédio do antigo Curro Público da cidade, principal fornecedor de carne verde para os mercados da capital (Caccovani, 1899, p. 134-35). Mas limita-se a isto nesta região. Esta planta é um indicativo do processo de expansão da cidade, dado nesta ocasião. Já o traçado seguinte, datado de 1904, que continua a identificar o processo de expansão da capital

paraense, acrescenta uma única nova via nesta mesma área, que segue em direção ao rio: trata-se clara e especificamente da Travessa Coronel Luís Bentes que, neste novo mapa, liga de um extremo ao outro a rua Curuçá e a Baía do Guajará, cortando a Rua do Trilho (Belém, 1905, Anexos).

Neste sentido, acredita-se que para a Intendência ser levada a identificar em um mapa oficial – desenvolvido e publicado pela sua administração – um traçado em uma área limítrofe da cidade, já haveria naquele período (1899-1904) um intenso movimento ou mesmo estabelecimento de pessoas nas regiões ligadas por aquela travessa. Tendo em vista que tudo que chegava ou era produzido e comercializado na Vila também era levado através da rua Coronel Luís Bentes até a Rua do Trilho; e de lá enviado para o resto da cidade e regiões próximas, por esta localidade estar situada próxima a importantes vias de circulação e ao centro urbano. Assim, podemos estimar que esta comunidade teria surgido logo nos primeiros anos do século XX, de maneira espontânea, em uma região considerada naquele momento.

O que se sabe de certo é que ao longo deste século de história a comunidade cresceu, se configurou e reconfigurou como uma das maiores comunidades sobre palafitas da América Latina. Nesse período, deram-se também processos de sociabilidade que permitiram a construção de identidades e do pertencimento de seus moradores a esse lugar. Mesmo assim, na grande mídia, a imagem produzida e reproduzida desta comunidade foi reduzida ao descaso, ao abandono, à miséria, à violência e tantas outras visões e ressentimentos que fazem parte do imaginário do senso comum que se tem perpetuado sobre ela.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS PLURAIS: OH VILA DA BARCA BOA!

Apesar da imagem construída historicamente sobre a comunidade, a história da Vila da Barca é marcada pela união, por lutas e resistências, mas também por muita alegria. De um povo festivo e animado,

diferentes manifestações culturais fazem parte do cotidiano do lugar.

A Vila conta um pouco da sua história a partir do carnaval, da quadra junina, dos festejos de santos, bem como dos seus bares e tabernas. Os festejos de rua são os que costumam atrair mais a atenção das pessoas. Dada a alegria do lugar, não só os moradores, mas também pessoas vindas de outros bairros e até daquelas de cidades da região metropolitana de Belém costumam se reunir na Vila para se divertir.

Há pelo menos 20 anos uma programação cultural acontecia na Travessa Coronel Luís Bentes, principal rota de acesso à comunidade: a chamada Rua do Lazer (MMVB, 2021).

Organizada pelo grupo de idosos e pela Associação de Moradores, buscava trazer divertimento e cultura para a comunidade, com música, dança e brincadeiras, com foco nas nossas crianças, mas também com participação dos adultos, a rua reunia os moradores para confraternizarem e divertirem-se em harmonia.

A rua também é espaço de outro festejo importantíssimo para a comunidade. A famosa e muito procurada Festa Junina da Vila da Barca, que chega a reunir milhares de pessoas

nos seus quatro dias de festa. Em homenagem aos santos da quadra junina, a Festividade da Vila oportuniza, além de arte, cultura e lazer, a geração de emprego e renda para os moradores com suas barracas de venda de bebidas e comidas típicas; bem como a visibilidade e representatividade da comunidade LGBTQIA+ com o também tradicional concurso Miss Caipira Gay, que teve início na área conhecida como pedrinha, em frente ao antigo Estaleiro do Nonato e, posteriormente, sendo incorporada pela festividade. Acontecia anteriormente também na Travessa Coronel Luís Bentes (MMVB, 2021), com seu considerável crescimento e expansão nos últimos anos, passando a ser considerado como um dos maiores arraiais comunitários de Belém. Mudou-se para a Rua Professor Nelson Ribeiro, em frente ao Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca.

Outra manifestação muito característica da Comunidade é o carnaval. A Vila foi a casa de uma das principais e vitoriosas agremiações carnavalescas de Belém, o Bloco da Vila da Barca, que contava com a participação dos moradores para a sua manutenção e confecção de carros alegóricos, fantasias e

instrumentos musicais, a partir de oficinas e eventos para a arrecadação de recursos financeiros (Diário do Pará, 14 de fevereiro de 1994). Hoje, infelizmente, já não está em atividade, mas segue muito bem representada por outros dois grandes blocos de rua que, nas semanas que antecedem o carnaval, reúnem centenas de pessoas. De um lado, o Bloco Mão Boba e seu símbolo andam pelas ruas do telégrafo há mais de 10 anos, juntos com a comunidade e desfilando suas fantasias que ao mesmo tempo são simples e exuberantes. Do outro, o Bloco Maizena, cujo símbolo e cores remetem à famosa caixinha de amido de milho e divertem os brincantes.

O religioso também tem lugar na comunidade em homenagem à sua padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes, cuja capela ficava localizada na área de palafitas da comunidade e, após ser desalojada pela Prefeitura, passou a ocupar espaço cedido pela Associação de Moradores. Acontece na comunidade a festividade em homenagem a esta santa, muito vinculada à comunidade. Faz parte dos festejos uma missa realizada às margens da Baía do Guajará, seguida de uma queima de fogos e de procissão onde os

devotos caminham por toda a comunidade, carregando em um andor em forma de barco uma imagem da santa. Dentro dessa programação, acontece também um cortejo fluvial, onde os devotos seguem pelas ilhas nas proximidades da comunidade em embarcação normalmente cedida e mantida por moradores, mantendo sua relação com as águas e a pesca (MMVB, 2021).

A Vila, como se pode observar, é espaço para todos e para todas; é um lugar plural, de respeito à diversidade, de colaboração e participação. A Vila sem dúvidas é um lugar de alegria! É o lugar do brega, do carimbó, do sertanejo, do forró, da música eletrônica. Como é de costume dizer por aqui: “Oh Vila da Barca boa!”.

PROJETO DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO: QUANDO A SOLUÇÃO SE TORNA UM PROBLEMA

Lançado em 2002, já no segundo mandato do prefeito Edmilson

Rodrigues, o Projeto de Habitação e Urbanização da Vila da Barca previa a entrega de cerca de 678 unidades, entre moradias, mercado, creche, centro comunitário, escola de samba, museu, edificações religiosas, estação de tratamento de esgoto, reservatório de água, estacionamento e praças com quadra poliesportiva e *playground* (AFLALO, 2017).

Duas décadas depois, apenas a primeira etapa do projeto foi concluída, tendo atendido apenas uma pequena parte dos cerca de 7.000 moradores.

Em uma parceria firmada entre a Prefeitura de Belém e o Governo Federal, a partir de programas como Palafita Zero, Programa Morar Melhor, Programa de Aceleração do Crescimento, Viver Belém e Minha Casa Minha Vida, o projeto de autoria dos escritórios de arquitetura CoOperAtiva (experiente em projetos de cunho social em outras regiões do Brasil) e Meia Dois Nove previa a transformação de toda a área da Vila da Barca e seu entorno. A proposta aprovada recebeu, em 2003, recursos

140

federais repassados à Secretaria Municipal de Habitação, tendo sido entregue o primeiro projeto executivo apenas em 2004. No ano seguinte, o projeto recebeu novos recursos, agora a partir do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, também do Governo Federal (AFLALO, 2017). Passado este processo, as primeiras unidades (ou primeira etapa) foram entregues apenas em 2008, quando o projeto também passou pela primeira vez por revisões e adequações oficialmente.

Para a sua execução, centenas de pessoas foram desalojadas, algumas indenizadas que abriram mão do direito de uma nova moradia; outras recebendo vale aluguel (com valor congelado desde o início de todo o processo, tendo sido atualizado apenas em 2022) para manterem uma casa provisória até serem contempladas com um imóvel em substituição àquele que havia sido derrubado. O espaço onde essas moradias se encontravam precisou ser aterrado para receber os novos blocos residenciais com casas construídas no sistema chamado tecnicamente Terra&Teto, onde os tijolos utilizados formam paredes que servem como

divisória e sustentação. As habitações previstas, independentemente dos seus formatos, seguem o mesmo padrão, sendo todas compostas basicamente por sala, cozinha, área de serviço, banheiro e dois quartos (AFLALO, 2017).

Desde a entrega da primeira etapa do projeto, ainda em 2008, menos de 100 unidades habitacionais foram entregues à comunidade pela prefeitura de Belém nos anos seguintes (AFLALO, 2017). Mesmo com os mais de R\$ 50 milhões gastos pela prefeitura na obra, o projeto segue inacabado. Com a demora exagerada na sua conclusão, pessoas saíram e retornaram à comunidade; rearranjos familiares ocorreram; moradores mais antigos e desalojados das suas casas infelizmente morreram sem terem seu lar devolvido. Infelizmente, a história da Vila da Barca tem sido marcada pelas ausências, mas também pela luta e pela resistência, um sonho vivo na comunidade.

Com o abandono da área e de uma série de habitações inacabadas, a Vila ficou dividida entre um lado urbanizado e outro em situações precárias. Além do mais, a aglomeração de pessoas na área de palafitas

se mostrou um desafio constante, já que serviços públicos básicos (como água potável e encanada, energia elétrica e coleta seletiva de lixo) são irregulares ou inexistentes. O canteiro de obras onde seriam realocadas as famílias anteriormente desalojadas foi, ao longo dos anos de abandono, sendo ocupado por pessoas em situação de rua e dependentes químicos que se somaram aos moradores da comunidade.

Com a pandemia de Covid-19, os desafios da comunidade foram intensificados. A concentração de residências e de pessoas nas áreas de palafitas confrontavam-se com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que previam o distanciamento social. As medidas profiláticas de higiene e saúde pública se impuseram como um grande desafio. Hoje, acredita-se que a urbanização da Vila não será a solução de todos os seus problemas, mas sem ela tais problemas se perpetuarão. Junto a este processo, a comunidade carece da presença efetiva do aparato social do poder público, seja ele municipal, estadual ou federal. É urgente a manutenção de espaços públicos a garantia de direitos básicos, como saúde, educação, cultura, lazer e saneamento

básico, sempre em parceria com a comunidade, oportunizando e gerando emprego e renda para garantir efetivamente qualidade de vida e dignidade à população da comunidade.

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PODER PÚBLICO: A SOLUÇÃO É COPARTICIPATIVA

Com a ineficiência e morosidade do poder público frente às demandas da comunidade, os moradores têm se reunido e buscado por conta própria solucionar os problemas da comunidade.

O que se tem percebido é que os melhores resultados advêm da união entre o poder público e a sociedade civil organizada. A seguir, algumas experiências de sucesso que têm garantido dignidade e cidadania aos moradores.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

Fundada em 1984, a Associação dos Moradores da Vila da Barca (AMVB) é resultado da união de um grupo de pessoas que, com intuito de lutar pelos seus direitos, fundaram esta importante instituição. Assim, a AMVB pode ser considerada como um símbolo de cooperação e resistência para a Cidade de Belém. Desde a colaboração com diferentes grupos até lutas mais gerais, como atendimento de energia elétrica e água encanada nas casas dos moradores, esta Associação sempre se fez presente para representar e auxiliar a comunidade (O Liberal, 01 de agosto de 1991).

Sua assembleia de criação foi a mais democrática possível. Reuniu considerável número de moradores, já que o importante era participar e colaborar para o bem comum da comunidade. Em festa, para comemorar a criação da Associação, discursaram, brindaram e registraram em fotos a assinatura da ata de criação da Associação dos Moradores da Vila da Barca. De maneira inclusiva, pode-se destacar a participação de grande número de mulheres como membros ou ainda daqueles que se interessavam pelas

questões da comunidade, mas que não sabiam assinar o próprio nome, por exemplo – registraram seu apoio “carimbando” a ata com suas próprias digitais (Museu Memorial Vila da Barca, 2021). Um registro histórico de suma importância do acolhimento e respeito da Vila por todos os seus moradores.

Após a criação, sua primeira sede, considerada provisória, era a casa dos próprios moradores e reunia os membros e demais interessados todas as quartas-feiras. Tempos depois, os associados conquistaram junto à Prefeitura de Belém a doação de um terreno na Rua Belém, hoje Professor Nelson Ribeiro, nº 66, onde construíram, graças inclusive à doação da própria força de trabalho dos moradores da comunidade, a sede oficial da Associação, que está de pé desde 1991 (O Liberal, 25 de julho de 1991). Mais tarde, esta instituição cederia parte de seu terreno para, em parceria com a Prefeitura de Belém, ser construída a primeira Unidade de Saúde da Vila da Barca: um pequeno prédio para atendimento médico da população em geral.

Muitos dos moradores que participaram da fundação da Associação também faziam parte do grupo de idosos criado, também em 1985,

por Dona Enedina Barros no auge dos seus 71 anos (O Liberal, 10 de agosto de 1989). A ideia desta pioneira era reunir os idosos da comunidade como uma maneira de mantê-los em atividade, fazendo trabalhos manuais para que pudessem, além de garantir sua subsistência, financiar atividades como passeios para o lazer deles. Mesmo não possuindo um espaço próprio, o grupo se reunia três vezes por semana na casa de Dona Enedina, lá na passagem Cametá. Organizados, eles discutiam o que fazer e articulavam seus trabalhos e passeios; vendiam sua produção e usavam o dinheiro também para ajudar os membros do grupo. Foi em parceria com a Associação de Moradores que o grupo buscou recursos junto a Legião Brasileira de Assistência, para a manutenção de seu trabalho (O Liberal, 28 de novembro de 1991).

A luta da AMVB se estendeu por toda a história da comunidade a partir de sua criação, buscando, em parceria com o poder público, justiça social e atendimento básico à população, como: a extensão e manutenção da rede elétrica e de água encanada ou ainda a manutenção das estivas. Em 2020, por exemplo, com o avanço da crise gerada pela

pandemia do novo coronavírus, a AMVB e outros grupos, como a Comissão Solidária, reuniram-se mais uma vez em prol do bem-estar coletivo na comunidade. Conseguiram doações de alimentos, produtos de higiene e limpeza e, aos poucos, vêm resgatando a essência dessa Associação tão importante para a Comunidade da Vila da Barca.

O PAPEL SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA FUNDAÇÃO CURRO VELHO PARA A COMUNIDADE DA VILA DA BARCA

Localizado às margens da Baía do Guajará, também na orla de Belém e nas proximidades da comunidade (Belém, 1905), o primeiro matadouro da cidade, responsável pelo abastecimento da capital com carne fresca, hoje respira a vida através das artes. Assim se fez a história da Fundação Curro Velho que, desde o início, vem servindo a sociedade, seja para saciar sua fome de comida de boa qualidade ou sua fome pela cultura e pela arte.

Fundado em 1861 pelo então presidente da província, Luís Carlos Brusque, sua finalidade era abastecer a cidade com carne fresca abatida no local e vinda de regiões como a

ilha do Marajó. Seu estilo arquitetônico foi fortemente influenciado pelo neoclássico, assim como outros prédios históricos do mesmo período, como o Teatro da Paz e o Mercado de São Brás. O Curro Público funcionou por 40 anos como abatedouro, tendo suas atividades suspensas definitivamente em 1912, sete anos após a inauguração de um novo estabelecimento pelo então intendente, Antônio José de Lemos (CUFA, 2009).

Com o crescimento vertiginoso da capital do Pará e a ocupação de áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, como os bairros do Umarizal, Telégrafo e Pedreira, Lemos viu a necessidade de eliminar aquele espaço para evitar problemas de ordem sanitária e de saúde pública, já que suas atividades atraíam animais, como ratos e urubus. A solução encontrada pelo intendente foi a transferência dessas atividades para um local ainda mais distante, sendo fundado um novo curro para a cidade, agora na Vila do Pinheiro, hoje Icoaraci (Belém, 1902).

Até a criação de um curro na cidade, a carne que abastecia os mercados em Belém era de procedência considerada duvidosa, bem

como as dificuldades de armazenamento desse produto incomodavam as autoridades locais com a constante preocupação com a saúde das pessoas. Uma cidade doente era considerada uma cidade incivilizada, atrasada, problemática. Daí a importância de um espaço a uma distância segura do centro e que pudesse fornecer um alimento de qualidade e procedência seguras (Sarges, 2000). Após seu fechamento, viveu com a incerteza e o abandono, servindo de depósito para material químico como o gás.

Foi Hélio Gueiros que resgatou o espaço que havia sido tombado anos antes pelo Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará, com projeto da professora e superintendente da fundação, Dina Maria César de Oliveira. Em mensagem à Assembleia Legislativa do Pará, o governador informava que no ano de 1990 concluíam-se a criação e a implantação da Fundação Curro Velho, a partir da assinatura da Lei 5.628, de 19 de dezembro de 1990 (Pará, 1990). A mesma mensagem informava que a criação de tal espaço visava promover o desenvolvimento de atividades inovadoras de caráter artístico e cultural, tendo sido totalmente restaurado o prédio do primeiro

matadouro de Belém para atender, principalmente, jovens de escola pública.

Mesmo sendo uma instituição destinada a atender todos aqueles interessados nas artes, por conta de sua proximidade com a comunidade, o Curro Velho atendia, como atende, sobretudo crianças e adolescentes da Vila da Barca, oportunizando formação e acesso à arte, cultura e lazer para os jovens. No entanto, em 2014, o Curro Velho perde seu status de Fundação passando a compor a Fundação Cultural do Pará (FCP), junto ao Instituto de Artes do Pará (IAP) e à Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR), como parte da reforma administrativa promovida pelo Governo do Estado e aprovada pela Assembleia Legislativa. Na prática, deixando de ser Fundação, o Curro Velho perderia sua verba própria, passando a depender da instituição maior, FCP. De acordo com artistas, oficinairos e demais profissionais ligados à arte, isso significou na prática um processo de desmonte da instituição que passou a ser sucateada (G1, 2014).

É nesse contexto que, percebendo o processo de desestruturação e processo gradual de privatização (já que a instituição passou a

ser fechada em determinados dias para realização de eventos privados) que, as crias (como são chamados os alunos), pais e responsáveis, artistas e demais colaboradores passaram a se mobilizar no intuito de resgatar a função primordial daquele espaço. Assim, surge na comunidade da Vila da Barca a Comissão Solidária.

COMISSÃO SOLIDÁRIA

O projeto Comissão Solidária foi idealizado, em 2019, pelo grupo formado por Pauer Martins, Yala Martins, Inêz Medeiros, Vanda Lopes, Cintia Nascimento, Cléia Carmo, Lilian Mendes, Gisele Mendes e Josi Braga. Surgiu após a mobilização de um grupo de crianças para dialogar sobre a continuidade das atividades voltadas para a Comunidade da Vila da Barca no espaço Curro Velho. Com isso, aconteceram atos culturais para que fosse realizada a mobilização da comunidade em favor daquele espaço (AMAZÔNIA REAL, 2019). Em seguida, com a chegada da pandemia, o mesmo grupo decidiu direcionar e ampliar seu campo de atuação, mobilizando mais pessoas no intuito de arrecadar donativos como cestas básicas, produtos de limpeza, higiene pessoal e saúde, além de

terem mapeado naquela oportunidade (como uma espécie de censo) os moradores da Comunidade da Vila da Barca. O projeto alcançou seus objetivos e conseguiu arrecadar e distribuir, ainda em 2020, donativos para as mais de 1.000 famílias que residem na área, tendo sido priorizadas aquelas consideradas mais vulneráveis e que viviam ainda na área de palafitas da comunidade.

Os idealizadores afirmam que a finalidade da Comissão Solidária é mobilizar e sensibilizar a comunidade para a importância da valorização dos processos comunitários, periféricos e coletivos, tendo a educação como ponto principal para o desenvolvimento humano. Suas atividades principais têm sido campanhas de arrecadação e distribuição de cestas básicas, brinquedos e livros. O projeto tem ampliado constantemente suas atividades, como é o caso da Biblioteca Itinerante Comunitária Barca Literária.

BARCA LITERÁRIA

Sem sede própria, a Comissão Solidária a partir do seu projeto de biblioteca pública e itinerante, tem realizado a ocupação de espaços dentro da Comunidade da Vila da

Barca, movimentando a acessibilidade e democratização da leitura, oportunizando processos de leitura formal e não formal. A Barca Literária procura também desenvolver trabalhos onde os adolescentes da comunidade sejam os protagonistas das atividades, desenvolvendo, por exemplo, trabalhos de monitoria para uma alfabetização criativa com crianças que compõem o mesmo projeto.

A Barca declara que tem buscado transmitir seus valores de amorosidade, afetividade, empoderamento periférico, valorização da arte, da cultura e do saber popular, a partir de um trabalho coletivo e comunitário. O grupo destaca ainda que a importância de projetos como este está no fomento a sentimentos de boa autoestima, empoderamento e valorização da educação como processo de transformação. Além de reconhecer e valorizar a importância da ancestralidade indígena e negra como base para os processos coletivos e seus ensinamentos de construção de afetividade com o outro, trazendo ensinamentos e aprendizagens das periferias como centro transformador através de oportunidades e conexões com outros coletivos periféricos.

A Comissão Solidária e sua sessão educacional têm buscado, sobretudo, proporcionar e oportunizar que crianças e adolescentes compreendam, por meio de processos de leitura de mundo, que eles têm opção de fazerem escolhas positivas em sua construção enquanto indivíduo e ser humano coletivo. Para o futuro, o grupo afirma que espera consolidar um processo continuado, através de parcerias, para que o trabalho possa fomentar e fazer educação com acessibilidade e democratização nas palafitas da Comunidade da Vila da Barca. Sua primeira sede, em uma residência na área de palafitas, inaugurada no último dia 25 de maio de 2022, foi uma grande conquista para o grupo desde a sua fundação.

REDE EMANCIPA DE CURSINHOS POPULARES

A rede Emancipa de Cursinho Populares é um projeto que surgiu em 2007 em São Paulo, a partir do desmembramento de um outro cursinho que era mantido pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). A partir da decisão de cobrança de uma determinada taxa dos estudantes, houve dissidência e um grupo decidiu

instalar turmas em outro lugar para fazer a manutenção das aulas gratuitas. Assim, o Emancipa esteve, desde sua gênese, vinculado a movimentos sociais que possibilitaram o contato com o país todo.

Em Belém, o Emancipa estabelece base no bairro da Cremação em 2011. Com o tempo, o Emancipa passa a atuar também dentro da Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir de um projeto de extensão do Instituto de Ciências da Educação (ICED). A rede se amplia aos poucos até que o Emancipa Vila da Barca surge dos contatos que expandiram a atuação do projeto original. Na comunidade, a idealizadora foi a pedagoga, militante e moradora da Vila da Barca Inêz Medeiros, tendo início no ano de 2019. A previsão era que o cursinho fosse instalado dentro da própria comunidade, no entanto, sem estrutura adequada, os alunos precisaram ser realocados para locais nas adjacências. Assim, suas aulas foram iniciadas naquele ano na Escola Santo Afonso, uma escola pública estadual localizada no Bairro do Telégrafo. Em seguida, as aulas foram transferidas para a Fundação Curro Velho, tendo como base de reforço escolar a sede da Associação dos Moradores da Vila da Barca.

Por conta da logística comprometida por não ter um espaço adequado destinado às aulas regulares, seu funcionamento se dava com as aulas voltadas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aos finais de semana e aquelas de reforço escolar durante a semana em dias intercalados na Associação de Moradores.

MUSEU MEMORIAL DA VILA DA BARCA

Contemplado pelo edital de Museus e Memoriais de Base Comunitária da Lei Aldir Blanc, a partir de uma parceria entre o Instituto Nova Amazônia (INA) e a Secretária de Cultura do Estado do Pará (SECULT), o projeto “Memória e Cultura Periférica” possibilitou a formatação do primeiro Museu Memorial da Vila da Barca (MMVB). Em sua primeira fase, o projeto contou com a instalação de um acervo virtual com imagens, mapas e outros documentos diversos, além de exposição fotográfica e lançamento virtual a partir de uma *live* transmitida nas páginas oficiais da comunidade.

A ideia do projeto surge no contexto da pandemia de Covid-19, que afetou de diversas maneiras as sociedades em um contexto global. Com uma série de perdas humanas,

sentiu-se a necessidade de salvaguardar a memória e a história do lugar. Assim, surgem algumas propostas para este fim, entre elas, a criação de um museu memorial, cujo projeto fora contemplado pela Lei Aldir Blanc, do Governo Federal que, obedecendo às leis sanitárias do contexto pandêmico, se configurou a partir de uma base de dados *online*. Além do respeito às questões sanitárias, o acervo virtual garante um acesso universal e irrestrito aos dados que vêm sendo coletados e inseridos neste acervo.

O Museu Memorial busca ainda a reconstrução da história e da imagem sobre a comunidade da Vila da Barca, lugar comumente relacionado às “ausências”, à criminalidade, à carência e ao abandono. No entanto, as primeiras análises do material coletado e depositado em seu acervo, além dos primeiros trabalhos apresentados e publicados a partir desses dados, demonstram que a comunidade tem uma história de lutas e resistências para garantir a sua existência. O próprio projeto do Museu Memorial vem demonstrar que esta comunidade, reunida, tem potencial artístico, cultural, histórico, econômico e social, diferente daquilo que se pressupõe de diferentes áreas consideradas periféricas.

ENTRE RIOS, CIDADES E FLORESTAS: O CONTEXTO TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

HEITOR PINHEIRO

é geógrafo, pesquisador do
Observatório da Região
Metropolitana de Manaus

TATIANA SCHOR

é professora da Universidade
Federal do Amazonas (UFAM)

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) é um território diverso e único que possui excentricidades e peculiaridades a serem estudadas.

É composta por 13 municípios e 48 Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TI's), além de florestas e rios que em pleno século XXI são de difícil acesso tanto em termos físicos quanto para políticas públicas e planejamento. Em área, a RMM totaliza aproximadamente 128.000 km², sendo uma unidade territorial maior que o estado de Pernambuco, que possui 99.300 km². Politicamente é composta por processos que iniciam no ano de 2007 com a criação institucional da Região Metropolitana de Manaus (cidade que pouco representa sua territorialidade) e aglomeram municípios de dinâmicas distintas, acesso e iniciativas. Além das cidades e infraestruturas urbanas (rodovias, linhas de transmissão elétrica, pontes etc.), este território é composto por uma grande área florestada, com diversas Unidades de Conservação, tanto estaduais quanto federais e privadas, apresentando

um contexto muito diverso quanto à sua territorialidade, processos e centralidades. Para entender parte dessas complexas dinâmicas, é necessário criar abordagem territorial inovadora que subdivida a RMM em porções com maior afinidade, seja ambientalmente, territorialmente ou pela infraestrutura.

Neste contexto, e para aprimorar as análises, propõe-se dividir a RMM em três grandes porções analíticas:

1.

Região da BR-174/
AM-010 (Presidente
Figueiredo, Rio Preto
da Eva, Itapiranga,
Silves, Manaus e
Itacoatiara)

2.

Região da AM-070/
AM-352 (Manacapuru,
Iranduba, Novo Airão)

3.

Região da BR-319/
AM-254 (Careiro da
Várzea, Careiro
Castanho, Autazes,
Manaquiri).

Além desta divisão, podemos indicar também outra composição socioespacial de dinâmicas intimamente ligada à hidrografia, o que se diferencia da unidade espacial firmada pelo IBGE como Microrregião Centro Amazonense. Várzeas e terras firmes, Unidades de Conservação e terras da união, territórios estaduais, municipais e federais, associados à complexidade de dinâmicas que estruturam o território e aglomerações humanas (cidades, vilas e comunidades), além de suas várias conexões territoriais pelos processos, compõem as dinâmicas sociais desta região. Por fim, como entender esta realidade como um todo? Como desenhar cartograficamente este território? Como regionalizar e melhorar o entendimento dos processos que formam esta região? Será possível entender este aglomerado territorial com uma realidade única? E como os desafios deste século nos ajudam a fomentar políticas públicas eficazes para a região? Este é o objetivo deste artigo que tem como base o Projeto Universal/CNPq 426894/2018-9 e pelas iniciativas da sociedade civil (Observatório da Região Metropolitana de Manaus – Fundação Vitória Amazônica) para tentar entender esta realidade e construir políticas públicas adequadas à região.

O ENTENDIMENTO DO TERRITÓRIO E SEUS MOVIMENTOS

Ao se falar de território, torna-se necessário aprofundar os estudos teóricos e práticos, assim como os conceitos que fundamentam as análises. Nesse sentido, buscam-se alternativas para entender o termo território, não somente como caráter fixo e imutável da composição de limites municipais, estaduais e nacionais, mas como algo que se modifica no espaço e no tempo.

Estas modificações, a cargo de rede de sujeitos (políticos, empresários e ribeirinhos), influem diretamente nas dinâmicas espaciais e, por conseguinte, na própria construção deste território e criação de políticas públicas.

Por território, entende-se uma unidade espacial delimitada e em pleno processo de modificação, sendo composto por movimentos escalares espaciais e temporais, relações de poder intergeracional sobre determinado espaço e processos de

reterritorialização. O que, segundo Haesbaert, 2004 [...], inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando a multiterritorialidade ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. Estas multiterritorialidades podem ser descritas a partir de um conjunto de ações e atividades que movimentam o território, onde cada atividade possui sua rede de sujeitos, sendo influenciada diretamente por interesses e interconectada a outras redes por meio do espaço geográfico. Esta interação entre diversos fluxos da multiterritorialidade da rede urbana na Amazônia movimenta toda a economia da região.

Nesse ponto, indica-se a existência de diversas territorialidades que se sobrepõem sobre o tecido espacial e temporal da Região Metropolitana de Manaus (RMM), possuindo em comum as dificuldades impostas pelos aspectos ambientais de uma Região Metropolitana (RM) impressa entre rios e florestas. Assim, entende-se que a conjunção destes diferentes territórios forma o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Como sistema territorial se entende que o conjunto dos diferentes territórios formam

um complexo sistema, que tem nas relações entre o urbano e a floresta seu eixo central e a cidade como um importante subsistema mediador das relações socioambientais. O STUR é primordialmente composto por atividades ligadas à economia e à cultura popular, conectando territórios do entorno por meio de territorialidades complementares que conformam as espacialidades da região no Amazonas (Bartoli, 2017 p. 83).

O funcionamento do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) é visível em diversas cadeias produtivas da região, seja pela exploração de recursos naturais para o fomento do crescimento urbano ou pela economia popular que abastece mercados e feiras com produtos regionais. Estes sistemas necessitam de transporte e fluidez. Na RMM, o fluxo de transporte é intermodal, onde se observa a presença da rodovia em paralelo à forte presença dos fluxos de transporte pelos rios. O que diferencia a RMM de outras regiões do estado do Amazonas é a grande quantidade de estradas e ramais, aspecto que fortalece outros sistemas territoriais que não estão intimamente ligados aos rios. E estes sistemas se

fortalecem à medida que a infraestrutura urbana da RMM se desenvolve e na necessidade de produtos e mercadorias para serem absorvidos pela população urbana.

Para entender a multiterritorialidade e os sistemas territoriais, torna-se necessário compreender regionalmente os aspectos geográficos da RMM. Partindo do cotidiano e da própria cultura local, diferentemente de outras regiões brasileiras, as dinâmicas que envolvem as populações de cidades, vilas e comunidades ainda apresentam conexão forte com a floresta e os rios. Esta conexão pode ser observada em diversas formas e magnitudes, seja pela movimentação de mercadorias e pessoas ou pela necessidade do abastecimento de produtos regionais na mesa manauara.

Entender as relações em rede em diferentes escalas, e como elas tornam o espaço geográfico mutante e em constante evolução, baseando-se nas necessidades humanas e na busca por recursos, serviços e moradia, é um ponto importante deste artigo. Para tanto, foi necessário a criação de uma regionalização específica para entender a região metropolitana em escalas, e em sua tipologia.

Isso é importante para identificar as várias camadas **de sujeitos que influem diretamente no território.**

Assim, e para complementar as análises, foram definidas 3 (três) sub-regiões de aspectos geográficos a serem explicadas ao longo do texto. Estas sub-regiões são necessárias para o planejamento zonal e a elaboração de políticas públicas setorializadas, além de criar outra escala de análise, buscando entender a relação entre as territorialidades, as redes de sujeitos de atores locais, a própria rede urbana e sua implicação ao desenvolvimento regional.

Entende-se por atores locais:

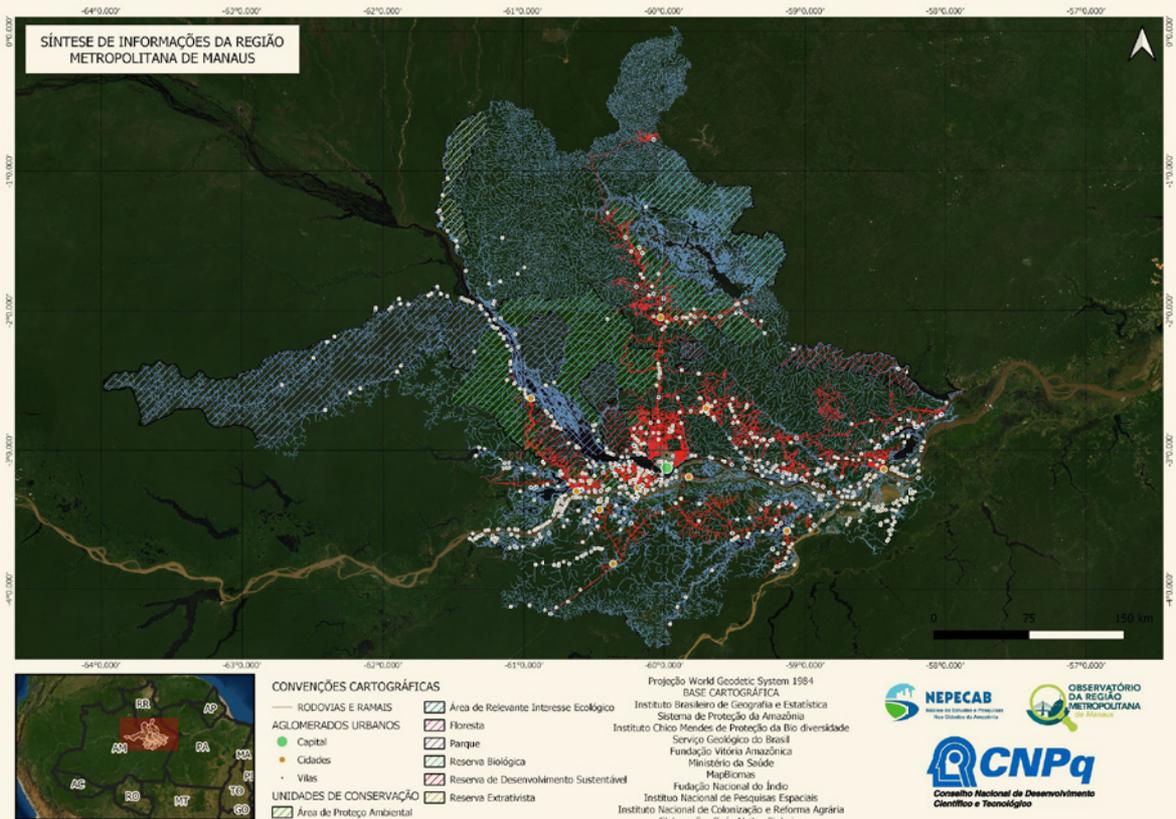
empreendedores privados, públicos e sociais que se identificam com determinada região (VEIGA, 2006). E por rede de sujeitos: seus fluxos e atividades que delimitam redes no território, ações que levam à modificação do espaço geográfico, criando territorialidades por meio do trabalho. E o conjunto destas redes de sujeitos locais faz parte de um sistema. [...] aquele dos atores que produzem bens, serviços ou que consomem; aquele que se refaz com os diversos tipos de trabalho,

dos mediadores, programas e, enfim, das relações. (Raffestin, 2009)

Na RMM, diversas territorialidades se constituem em aspectos de uso, mais expressivamente no que tange ao uso dos recursos naturais (pesca, madeira, argila e extrativismo) e os serviços (turismo, transporte de pessoas e mercadorias). Além disso, inúmeras outras redes se formam com a complexidade de atividades que são exercidas no cotidiano desta região. Vale ressaltar a gigantesca rede de rios, igarapés e lagos e junto ao emaranhado de estradas e ramais que interconectam cidades, comunidades, vilas e localidades na região metropolitana. A opção de ter estrada e rios para movimentação espacial é algo que no estado do Amazonas destoa de outras microrregiões (Baixo Amazonas, Alto Solimões etc.) marcadas pela necessidade estrita de navegar para se movimentar no espaço imediato.

Esta complexidade de redes e interações, comunidades e cidades, vias de acesso e porções demarcadas do território pode ser observada no mapa síntese na Figura 16 que delimita a área de estudo deste artigo.

FIGURA 16. Síntese de informações da RMM



Busca-se, ao término deste artigo, apresentar uma setorização da RMM, enfatizando o entendimento das realidades locais, subdivididas em uma nova regionalização, e também identificar as centralidades e empreendimentos, criando um breve mapeamento dos sistemas territoriais que envolvem as dinâmicas mais importantes da rede urbana da Região Metropolitana de Manaus.

A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS E SUA COMPOSIÇÃO TERRITORIAL

Manaus é uma metrópole com mais de dois milhões de habitantes (IBGE, 2020) em meio à maior floresta tropical do mundo, seu sítio geográfico privilegiado está localizado na confluência dos rios Negro e Solimões.

A capital do estado desponta de outras capitais na Região Norte por sua forte centralidade, definida como: [...] cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira que se possam compreender os papéis da cidade central (Sposito, 1993 p. 27).

A gestão do território por uma cidade não representa apenas interesses estatais, mas

sim uma gama de atividades e atores que interferem diretamente nas ações e reações do território mediante um impulso.

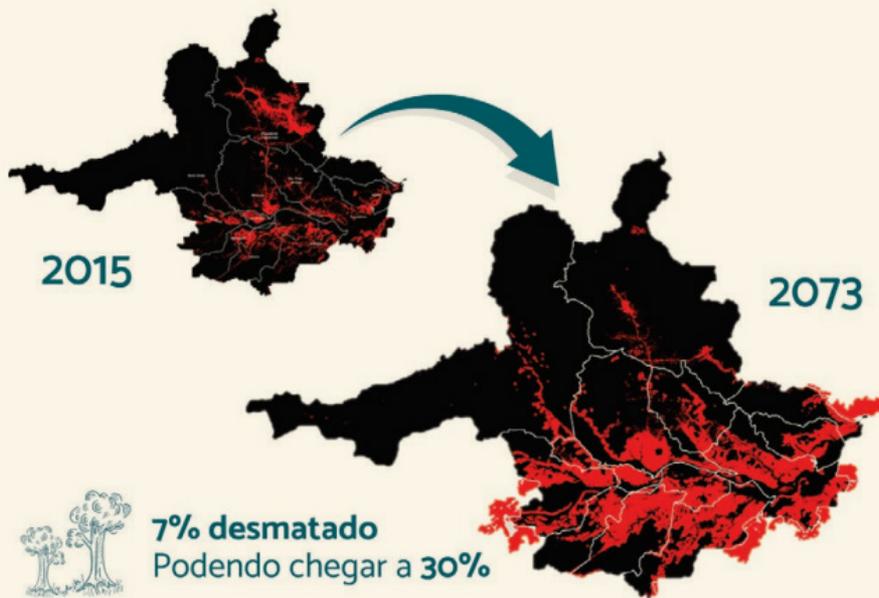
Por gestão do território, entende-se, resumidamente, as ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar sua organização socioespacial. Visam estas ações, em última instância, garantir a reprodução do sistema social do qual os agentes que dispõem de poder constituem os gestores do território. (Corrêa, 2008. p. 61)

Em sua região imediata, a Região Metropolitana de Manaus se conecta diretamente a outras urbanidades via estradas e hidrovias bem estabelecidas, formando uma teia de conectividades que fomenta o crescimento urbano e regional no seu entorno. A alta concentração populacional nesta região, maior que 50% de toda população do Amazonas, é fomentada pela industrialização, oferecimento de infraestrutura e serviços. O crescimento vertiginoso dessa porção do território data dos anos 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus, atualmente Polo

Industrial. Este crescimento, somado à construção de uma grande mancha urbana, foi à custa do desmatamento e da exploração de recursos naturais para o abastecimento do setor imobiliário e dos processos intrínsecos à metropolização. Essa necessidade de recursos para o crescimento urbano, além da abertura de novas áreas em floresta nativa, é pautada na extração de madeira para construção, exploração de areia e seixos. É possível entender um pouco mais do crescimento de Manaus e da Amazônia urbana por meio do documentário: *Mais Cidade, Menos Floresta* (https://youtu.be/TYfv_mI3Afo), organizado pela Fundação Vitória Amazônica. Também pode-se evidenciar o grande incremento de desmatamento nessa região no mapa de desmatamento e prognósticos futuros do Observatório da Região Metropolitana de Manaus, Figura 17.

FIGURA 17. Projeção de desmatamento de 2015 a 2073

Fonte Fundação
Vitória Amazônica



Mesmo pertencendo à mesma rede urbana, distintas lógicas de ordenamentos territoriais são encontradas nos municípios pertencentes à RMM, conformando na área sub-regional metropolitana aspectos de coesão/continuidade com a capital e fragmentos, devido a outras escalas de relações. Tais aspectos devem ser elucidados a partir de metodologia que abranja as diversas territorialidades das redes locais de sujeitos como ocorre em Bartoli (2017; 2018).

.....

A RMM possui diferenciações ambientais, geomorfológicas e de paisagem, além de processos hidroclimatológicos que regem várias dinâmicas socioambientais **ligadas ao extrativismo, pesca e produção agrícola, entre outros.**

Ressalta-se que estas diferenças se dão pelo tamanho da região e pela complexidade ambiental da Amazônia. Assim, propõe-se a subdivisão regional da RMM em sub-regiões Urubu/Uatumã (BR-174/AM-010), Madeira/ Amazonas (BR-319/AM-254) e Solimões/Negro (AM-070/AM-352). Nestas sub-regiões, alguns territórios fluviais com base na composição da hidrografia e da dispersão populacional das vilas e comunidades ribeirinhas. Na Figura 18, é possível distinguir as sub-regiões acima citadas e suas composições espaciais ligadas às rodovias.

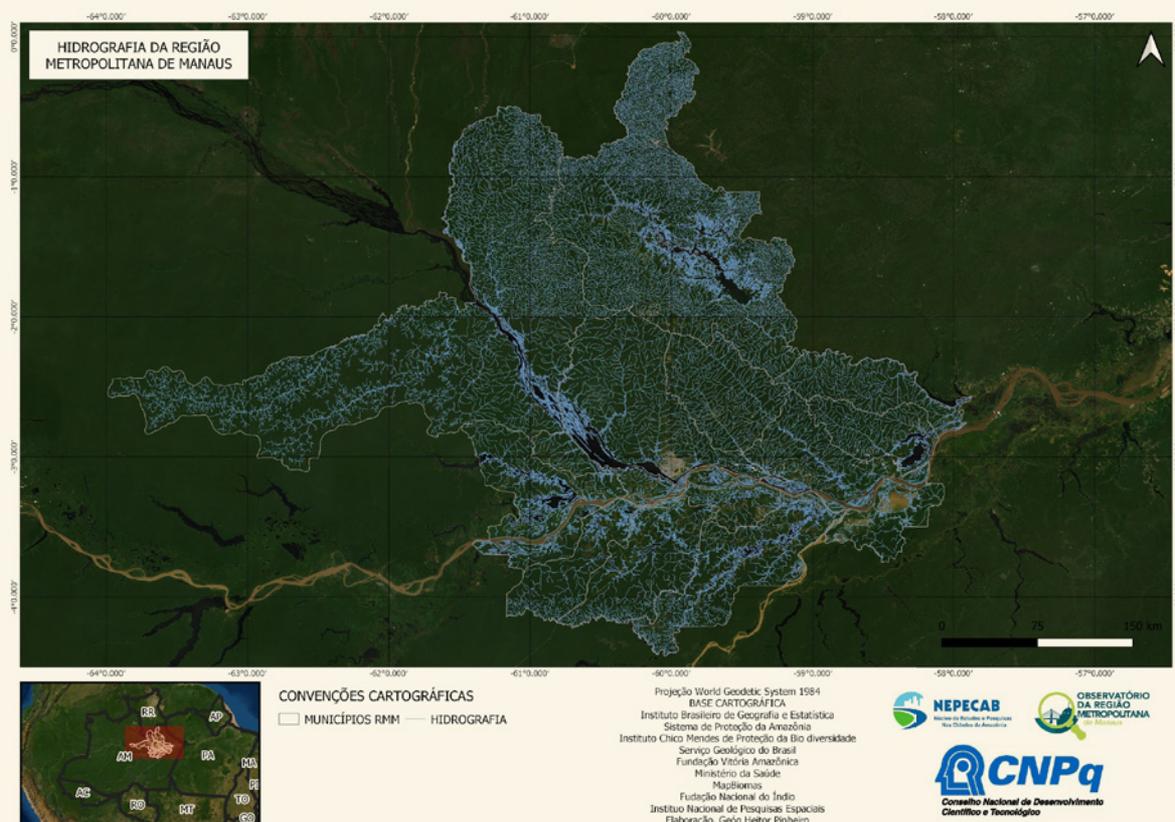
FIGURA 18. Proposta de subdivisão territorial da RMM



Além da subdivisão municipal pelos eixos viários, pode-se indicar a presença de quatro grandes calhas de rios (rios Negro, Solimões, Madeira e Amazonas), além de inúmeros afluentes importantes para as dinâmicas socioambientais da região (Rio Cueiras, Rio Jaú, Rio Jauaperi, Rio Manacapuru, Rio Urubu, Rio Preto, Rio Uatumã, entre outros). Estes territórios fluviais possuem uma dinâmica condicionada à hidrografia e

representam a complexidade de entender a realidade de uma RM (região metropolitana) em meio à Floresta Amazônica. Vale ressaltar a grande quantidade de fluxos de embarcações comerciais de grande, médio e pequeno portes na região, além dos transportes locais em canoas, voadeiras e lanchas expressas, que movimentam pessoas e mercadorias diariamente para todas as cidades, vilas e comunidades na região. A Figura 19 ilustra a complexa hidrografia da região e sua importância para o deslocamento regional.

FIGURA 19. Malha hidrográfica da RMM

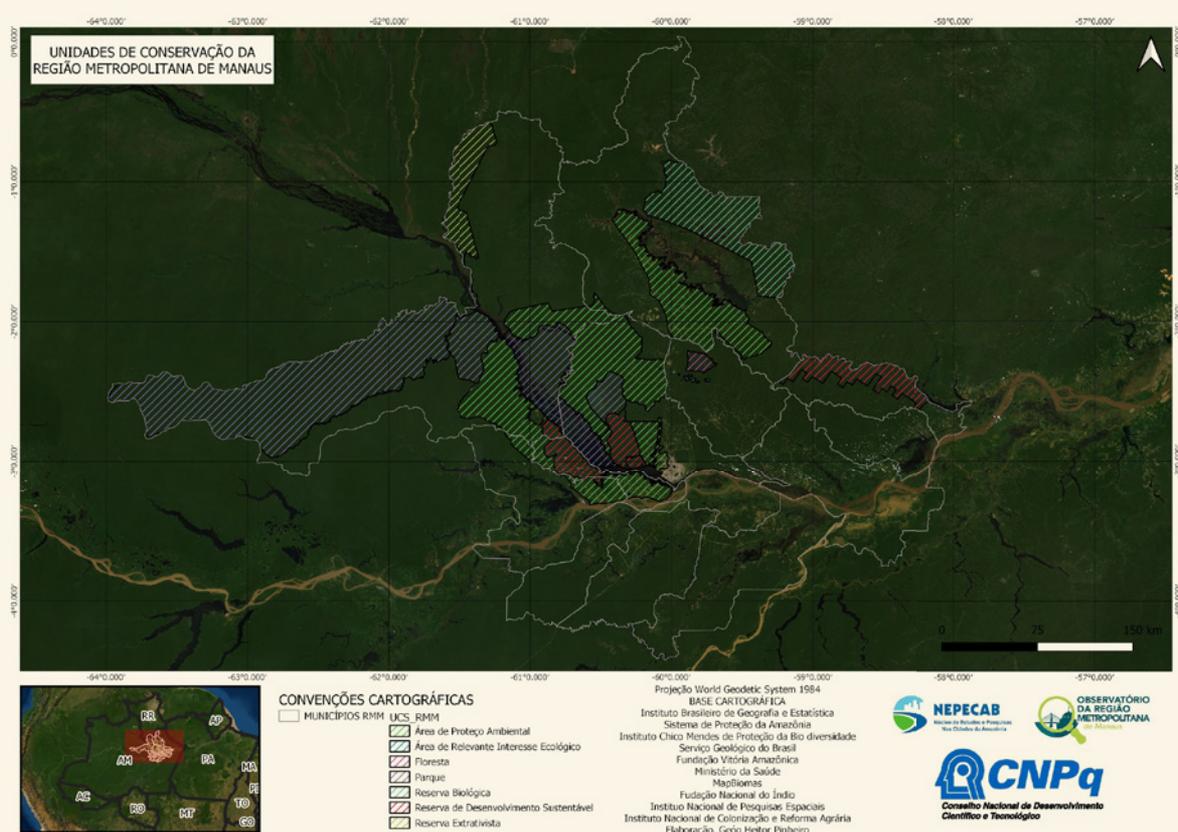


Outros aspectos de importante relevância para entender a complexidade territorial da RMM, tais como a dispersão de aglomerados humanos (vilas, comunidades e localidades), a malha fundiária e as Unidades de Conservação, devem ser levados em conta para a compreensão dos processos que permeiam a formação territorial alvo deste estudo.

As Unidades de Conservação que compõem a área de estudo se dividem em: APAs (Áreas de Proteção Ambiental), ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), Florestas, Parques Nacionais, Parques Estaduais, REBIOs (Reservas Biológicas), RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e RESEX (Reservas Extrativistas). E estas são geridas diretamente por três instituições: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas), SEMMAS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus) e particulares. Este conjunto de unidades territoriais que se sobrepõe à RMM totaliza aproximadamente 43.207 km², cerca de 33,75% de todo o território metropolitano, o que indica que 1/3 de toda a região

metropolitana é território protegido e cerca de 60% deste território são áreas de uso sustentável.

FIGURA 20. Unidades de Conservação da RMM



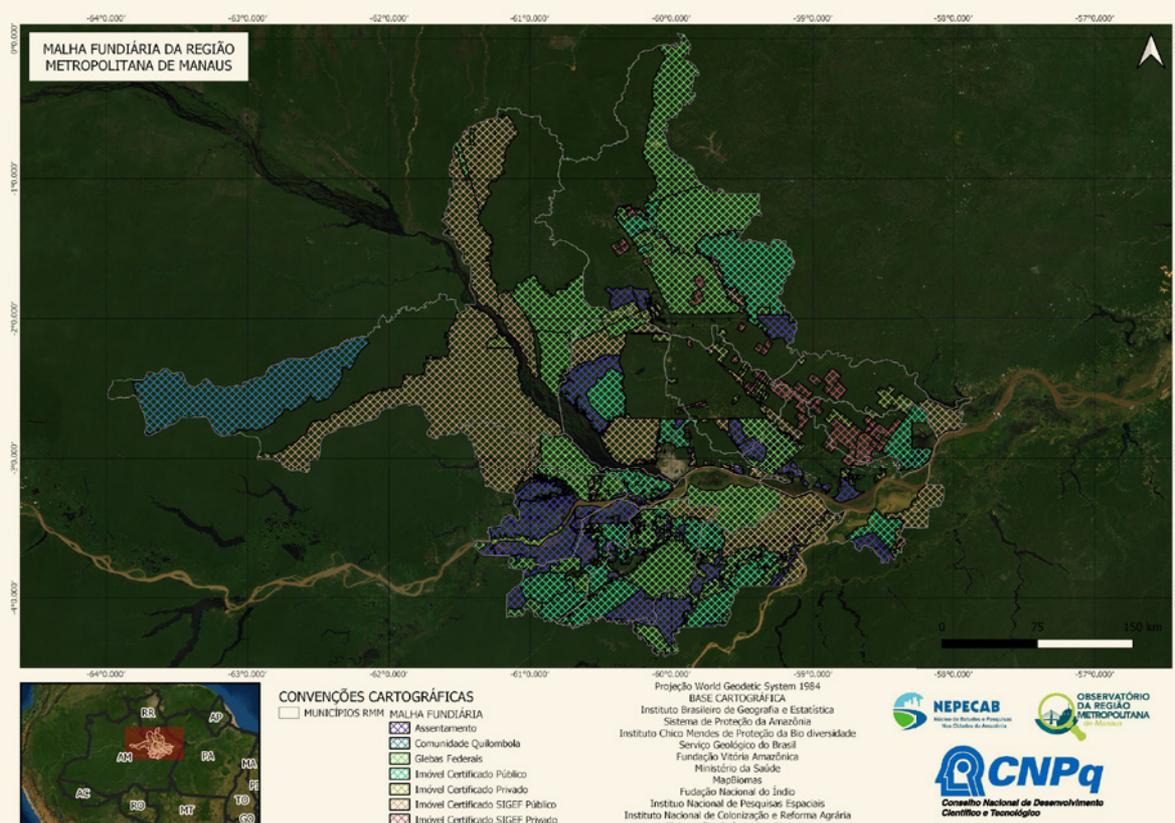
Além desta subdivisão ambiental e de proteção do território metropolitano, é possível entender outros processos que compõem a formação das territorialidades desta região. Sobrepostos aos territórios municipais e às Unidades de Conservação, a composição fundiária torna-se

muito relevante para a compreensão dos processos que regem a produção agrícola, conflitos e o desmatamento na região.

Na RMM, é possível encontrar, segundo a definição do INCRA, **assentamentos, comunidades quilombolas, glebas federais, imóveis certificados públicos, imóveis certificados privados e imóveis cadastrados no SIGEF.**

A Figura 21 mostra essa divisão e como ela se sobrepõe às outras territorialidades da RMM. Ressalta-se que, mesmo com as grandes dimensões territoriais, ainda há muitos conflitos resultantes da disputa de terra e de fatores sociais, como o tráfico de drogas, conflitos de pesca, grilagem de terras e mudanças de paisagem, entre outros.

FIGURA 21. Malha fundiária da RMM



Por fim, e identificando a complexidade do território da Região Metropolitana de Manaus e suas dinâmicas voltadas à composição da rede urbana e da floresta, é necessária uma análise em diferentes escalas. Sendo assim, apresenta-se uma breve descrição das sub-regiões e suas centralidades.

AS SUB-REGIÕES E SUAS CENTRALIDADES

As sub-regiões foram definidas com base na distribuição dos eixos viários da região, sendo representados pelas rodovias BR-174/AM-010, BR-319/AM-254 e AM-070/AM-352.

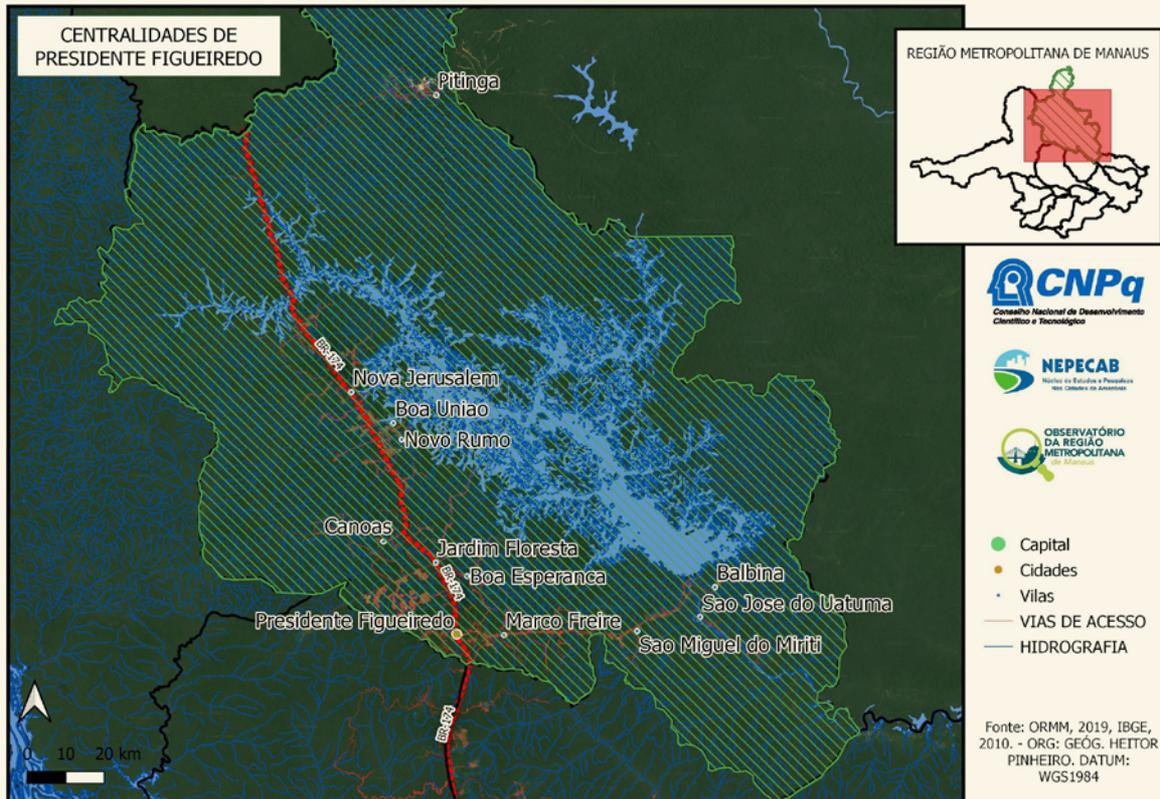
Dentro desta subdivisão, serão apresentadas as principais características regionais, suas potencialidades e relações com os aspectos territoriais.

O Eixo Norte-Nordeste, sub-região Urubu/Uatumã, representado pela BR-174 e AM-010, é formado pelos municípios de Presidente Figueiredo (37.193 hab.), Rio Preto da Eva (34.106 hab.), Itapiranga (9.320 hab.), Itacoatiara (102.701 hab.) e Silves (9.230 hab.) IBGE, 2020. Mesmo pela proximidade e pela fácil conexão com a metrópole, esta sub-região apresenta centralidades distintas no contexto urbano.

O município de Presidente Figueiredo encontra-se na região de influência direta da metrópole Manaus (IBGE, 2018). Apresenta

uma economia que se difere de outras cidades da RMM por possuir em seu território projetos privados de grandes proporções, destacando-se a hidrelétrica de Balbina, a produção de cana-de-açúcar para Coca-Cola/Jayoro e a mineradora Taboca, a última localizada dentro da Terra Indígena Waimiri-Atroari, na divisa com o estado de Roraima. Suas maiores centralidades são representadas pelas vilas: Canoas (Igarapé Canoas), Nova Jerusalém (BR-174), Boa União (BR-174), Novo Rumo (BR-174), Vila Pitinga (BR-174), Jardim Floresta (BR-174), Boa Esperança (BR-174), Marcos Freire (AM-240), São Miguel do Miriti (AM-240), Vila de Balbina e São José do Uatumã (Rio Uatumã). Presidente Figueiredo destaca-se pela significativa quantidade de recursos federais e estaduais recebidos, ficando atrás apenas dos municípios de Manaus e Coari.

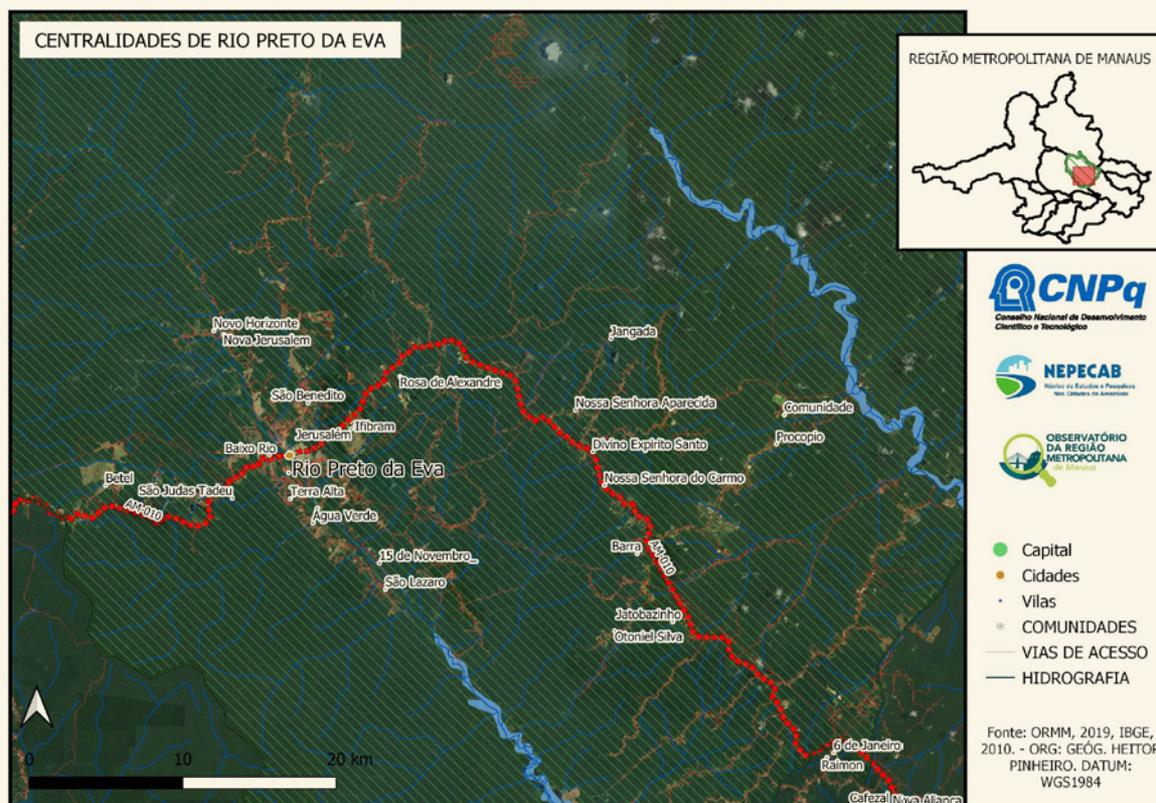
FIGURA 22. Centralidades de Presidente Figueiredo



O município de Rio Preto da Eva, localizado na AM-010, possui forte dinâmica de produção agrícola e, recentemente, tem apresentado aumento de investimentos por parte do estado na piscicultura (IDAM, 2020). Tem ligação direta com a capital Manaus, fazendo parte de sua região de influência, e possui conexões terrestres que fortalecem o escoamento de produtos e a movimentação de pessoas e insumos. Sua centralidade está

fortemente baseada na sede urbana, destacando-se as comunidades: Baixo Rio (AM-010), Divino Espírito Santo (AM-010) e os ramais do Procópio e ZF9. Ressalta-se, nessa porção da RMM, o intuito de criação do Bio DARPE (Distrito Agropecuário de Rio Preto da Eva), projeto com investimento planejado de cerca de R\$ 140 milhões pelo governo estadual com o objetivo de fortalecer novas matrizes econômicas para o Amazonas.

FIGURA 23. Centralidades de Rio Preto da Eva



Complementando a região BR-174/AM-010, os municípios de Itapiranga, Itacoatiara e Silves se dividem entre a influência direta de Manaus e a responsabilidade territorial de Itacoatiara como cidade média. Pela proximidade com a capital, ainda há forte relação das cidades com a metrópole, porém Itacoatiara tende a concentrar a oferta de infraestrutura e serviços na região. Juntos, os três municípios somam mais de 180.000 ha em área de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). Esta região é bastante importante para a produção agrícola com a existência de plantações de açaí (260T), banana (1500T) e cupuaçu (510T), além de produções temporárias como: abacaxi, jerimum, mandioca e melancia. Destaca-se também pela criação de bubalinos (9.700 cabeças), caprinos (2.100 cabeças), galináceos, entre outros.

As centralidades destacadas nestes municípios são as vilas do Engenho (Rio Amazonas), Novo Remanso (Rio Amazonas), Lindoia (Rio Urubu), Cristo Rei (Lago Saracá), Vila do Batista e Vila do Agostinho, na margem direita do Amazonas. Nesta região, destaca-se o investimento de cerca de R\$ 1,1 bilhão pela empresa ENEVA para a produção

de gás natural no campo do Azulão. Em uma área de aproximadamente 58 km², foram encontrados arenitos do neocarbonífero, com potencial para extração de gás, totalizando cerca de 5,080 milhões de metros cúbicos (ANP, 2019).

FIGURA 24. Centralidades dos municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga



O Eixo-Sul Madeira/Amazonas, delimitado pela BR-319/AM-254, é formado pelos municípios do Careiro (38.348 hab.), Careiro da Várzea (30.846 hab.), Autazes (40.290 hab.) e Manaquiri (33.049 hab.) (IBGE, 2020). É a sub-região conectada com a capital Manaus por via intermodal, que necessita de transporte hidroviário e rodoviário. Também apresenta centralidades distintas pela dificuldade de acesso na região e pouca oferta de infraestruturas e serviços.

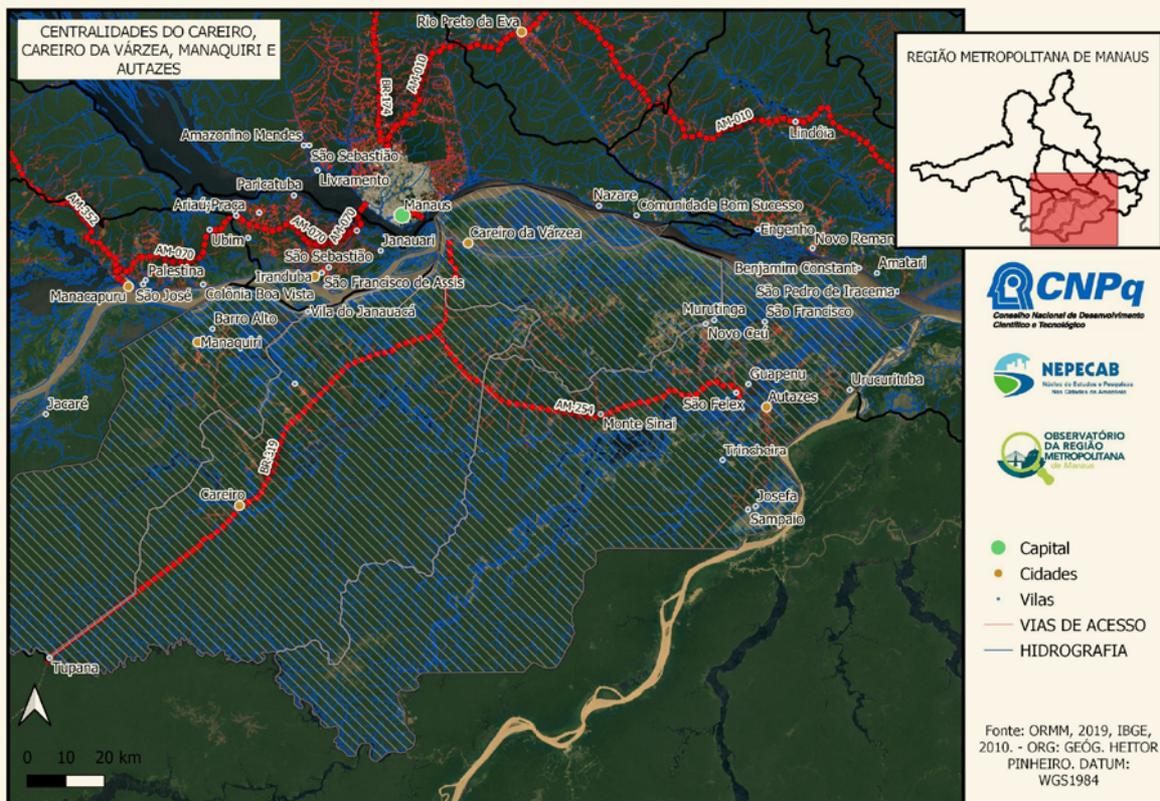
Os municípios do Careiro da Várzea e Autazes são os que apresentam ligação necessariamente hidroviária para alcançar suas sedes urbanas. O primeiro por sua localização geográfica relativamente próxima a Manaus, porém com a necessidade de cruzar o Rio Amazonas adentrando ao Paraná do Cambixé, onde se destaca a não existência de pontes que fazem essa conexão. O segundo, Autazes, pela necessidade igual de cruzar o Amazonas e percorrer um trecho da BR-319 até a AM-254, finalizando com outra travessia de balsa para a sede urbana. Também é possível acessar a sede urbana de Autazes, saindo do porto do centro de Manaus em direção à cidade de Nova Olinda do Norte, e de lá seguir outro

trecho fluvial em voadeiras, por fim realizando um trecho menor da AM-254 até a sede urbana. Destaca-se, nessa região, a elaboração de um projeto mineral para exploração de potássio (silvinita), localizado a 800 m da superfície, onde se estima que 2,1 milhões de toneladas deste mineral seriam explorados por ano no projeto “Potássio Amazonas – Autazes” (SINFERBASE, 2015). Este projeto será responsável por grandes mudanças na paisagem local, no crescimento econômico da região e no surgimento de novas infraestruturas e serviços, representando um marco territorial importante para o início do desenvolvimento da sub-região Madeira/Amazonas, o eixo sul da Região Metropolitana de Manaus.

Os municípios de Careiro e Manaquiri já possuem relação bem mais próxima, com centralidade bem definida na sede urbana do Careiro. É possível acessar suas sedes urbanas pela BR-319 e pela estrada de Manaquiri (AM-354), já que o trecho atualmente está em boas condições de trafegabilidade, ainda necessitando da travessia via *ferry-boats* para quem sai da cidade de Manaus. A pouca oferta de infraestrutura e serviços leva em boa parte

a população de Manaquiri a se dirigir ao município do Careiro, tanto para consultas médicas quanto para problemas bancários, entre outras burocracias. Também é destacada a centralidade da sede urbana do Careiro pelo longo trecho ainda não asfaltado da BR-319 em direção a Porto Velho.

FIGURA 25. Centralidades de Careiro, Careiro da Várzea, Manaquiri e Autazes



Por fim, a última sub-região Negro/Solimões, o Eixo-Oeste delimitado pelas rodovias estaduais AM-070 e AM-354, é formada pelos municípios de Manacapuru (98.502 hab.), Iranduba (49.011 hab.) e Novo Airão (19.928 hab.) (IBGE, 2020). Esta sub-região está diretamente conectada à metrópole Manaus, por meio da ponte Jornalista Phelippe Daou, que cruza o Rio Negro.

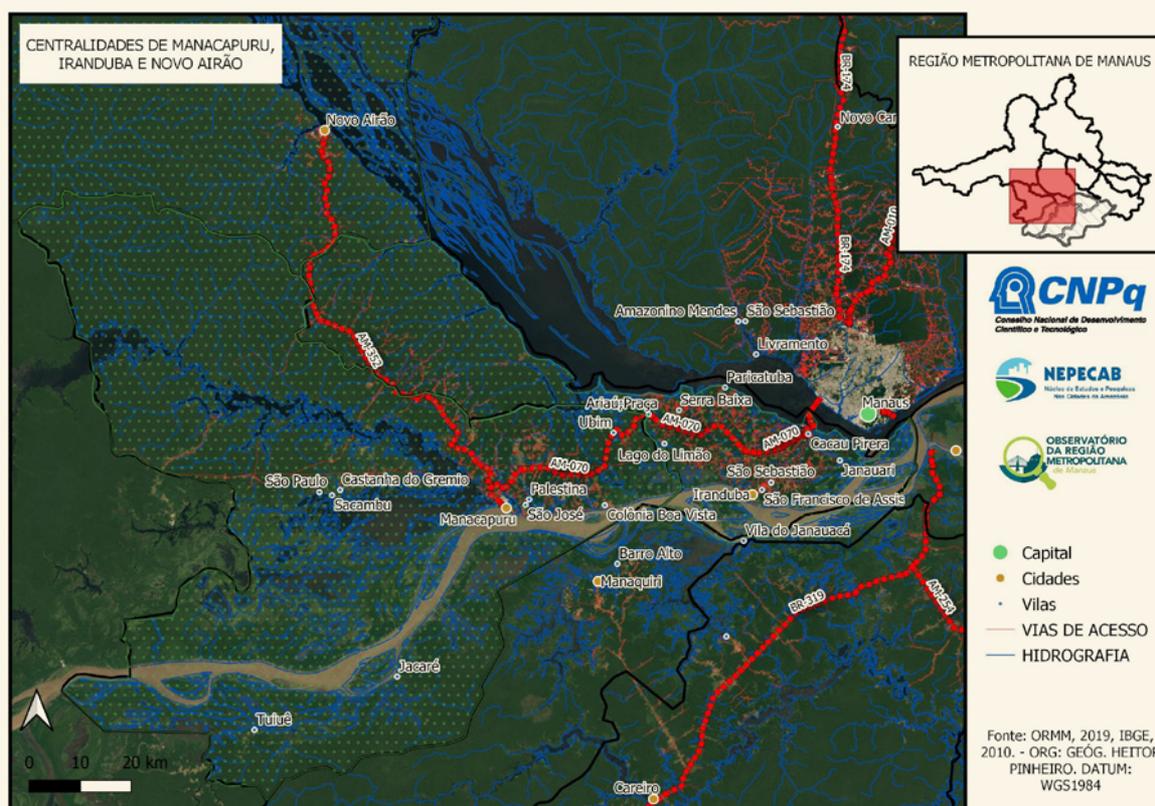
Esta sub-região possui múltiplas centralidades devido às distâncias e à polarização de Manacapuru e Manaus. É válido afirmar que há uma relação mais próxima de Novo Airão com a cidade de Manacapuru e uma relação de Iranduba com Manaus. Esta região é cortada pela AM-070 (Manoel Urbano), que está em fase final de duplicação, e também houve uma intervenção direta por parte do Estado no desenvolvimento desta porção territorial. Sendo planejados empreendimentos habitacionais, universidades e portos, o direcionamento do crescimento urbano da RMM tem seu estopim neste espaço.

Ressaltam-se as fortes mudanças no uso e ocupação desta sub-região ao longo do tempo, passando de uma grande produtora

de hortifrutigranjeiros para uma região de especulação imobiliária. Estas mudanças refletem diretamente nos municípios de Manacapuru e Iranduba, menos impactantes em Novo Airão. Por sua vez, Novo Airão possui centralidade bastante evidente com suas comunidades rurais e pela adensada rede de Unidades de Conservação que formam o mosaico do baixo Rio Negro, não sendo diferente de Manacapuru, com forte atratividade aos sistemas urbanos ribeirinhos que permeiam a região do baixo Solimões.

Suas centralidades mais expressivas são as vilas: Paricatuba (AM-070), Cacau Pirera (AM-070), Lago do Limão (AM-070), Jacaré (Rio Solimões), Tuiué (Rio Solimões) e Sacambu (Lago de Manacapuru).

FIGURA 26. Centralidades de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão



Deste modo, e com um entendimento escalar da realidade da região, é possível investigar as redes de sujeitos e seus territórios. Possuindo este entendimento, políticas públicas eficazes podem ser produzidas e novas relações na rede urbana da RMM identificadas.

CONCLUSÃO

A Região Metropolitana de Manaus é uma porção do território brasileiro em pleno crescimento, pois grandes projetos de extração de recursos naturais, geração de emprego e criação de novas matrizes econômicas estão sendo realizados a pleno vapor. Junto ao crescimento, grandes impactos no ambiente são trazidos e, se não houver planejamento a longo prazo, com a mitigação dos impactos, a qualidade ambiental na região será fortemente prejudicada. Com isso, torna-se necessário o planejamento estratégico contínuo para que o crescimento desta região seja paralelo ao desenvolvimento sustentável e com mínimos impactos à biodiversidade da região.

Identificar as potencialidades territoriais desta região é algo de extrema importância, junto ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, sendo levada em consideração a utilização dos serviços ambientais para a melhoria da qualidade de vida na região. Sem dúvida, as Áreas Protegidas e Terras Indígenas das diversas esferas de governo são peças-chave para o combate ao desmatamento ilegal e à

manutenção da sociobiodiversidade, formando um verdadeiro escudo verde no entorno da área urbanizada.

Além dessa função, essas áreas permitem proteger os territórios de populações tradicionais da especulação imobiliária que os expulsam de seus territórios. Por fim, atrelado ao crescimento urbano e aos projetos de exploração dos recursos naturais, torna-se necessária a elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano Integrado, um modelo de governança do território por meio da criação de uma base de informação condensada que possa mitigar os impactos, melhorando o planejamento e o desenvolvimento da região.

BIBLIOGRAFIA

_____. Área territorial e Regiões Metropolitanas 2020. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2022.

EMPRAPA – Geoinfo. Áreas Urbanas no Brasil em 2015. Geoinfo, 2018. Disponível em: <http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_br_15>. Acesso em 17 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados subnormais 2019. IBGE. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>>. Acesso em 17 mai. 2022.

DEMOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Estudo de Estimativas populacionais por município, sexo e idade – 2000-2021. Estrutura etária por sexo 2021. Datasus. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/populacao-residente>>. Acesso em 04 jun. 2022.

_____. Estimativas de População – EstimaPop. População 2021. Sidra. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em 05 jun. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População urbana, 2010. Atlas BR. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em 04 jun. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A. População por raça, 2019. Sidra. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em 05 jun. 2022.

EDUCAÇÃO

INEP – Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ensino Fundamental, 2019. IDEB. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 05 jun. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais da Educação Básica. Distorção idade série, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>>. Acesso em 05 jun. 2022.

SANEAMENTO

BRASIL. Ministério da Cidadania. Domicílios inscritos no CadÚnico por forma de abas-tecimento de água e esgotamento sanitário em relação ao total de domicílios do CadÚnico. Abastecimento de água e esgotamento sanitário por tipo, 2022. Vis Data 3 Beta. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/vis/data3/data-explorer.php#>>. Acesso em 23 mai. 2022.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Ranking do Saneamento – Instituto Trata Brasil 2022 – 2020. Trata Brasil, 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_do_Saneamento_2022/Relat%C3%B3rio_do_RS_2022.pdf>. Acesso em 26 jul. 2022.

SAÚDE

IPS AMAZÔNIA – Índice de Progresso Social da Amazônia. Saúde e Bem-estar, 2021. Disponível em: <<https://ipsamazonia.org.br/>>. Acesso em 24 mai. 2022.

SEGURANÇA

BRASIL. Ministério da Saúde. Taxa bruta de homicídios. Óbitos por Agressões do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Datasus, 2020. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acesso em 29 mai. 2022.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cartografias das violências na região amazônica: relatório final, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2022.

BIBLIOGRAFIA – VOZES DA AMAZÔNIA

AFLALO, Anna-Beatriz B. Nova Vila da Barca em Belém, Pará: considerações sobre os programas habitacionais e o projeto de habitação e urbanização. 227 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

ANP – Plano de Desenvolvimento Aprovado Resolução de Diretoria nº 0679/2019, de 05/11/2019.

A Província do Pará. 04 set. 1992.

A Província do Pará. 20 jan. 1993.

_____. III arraial comunitário. Belém, 2021.

Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1TphTjhGelJDSopvSXsjAqLGHxliDCoy0>>. Acesso em 27 de set. 2021.

_____. Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902.

_____. II Baile infantil de carnaval. Belém, 2021.

Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1xspTGHjqEcmJHnwj-YyCTBvQOAIPgxtx>>. Acesso em 27 set. 2021.

BARTOLI, E. O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). Tese de doutorado (Pós-graduação Geografia – FCT) Repositório Institucional UNESP, 2017.

BATISTA, D. C. Urbanização em Belém do Pará: uma análise do projeto de urbanização e habitação da vila da barca. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Belém, 2018.

BELÉM. Intendência Municipal. Planta da Cidade de Belém. In. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Exmo Sr. Intendente Antônio José de Lemos, 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

BELÉM (Estado). Vila da Barca. O projeto Vila da Barca hoje. Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=9&conteudo=2745>>. Acesso em 27 set. 2021.

BRANDÃO, R. Após levante popular, moradores da periferia de Belém terão auto de Natal no Curro Velho. Amazônia Real, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/apos-levante-popular-moradores-da-periferia-de-belem-terao-auto-de-natal-no-curro-velho/>>. Acesso em 27 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.htm#art48%C2%A72>.

BRASIL. Decreto nº 11.052, de 28 de abril de 2022. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.052-de-28-de-abril-de-2022-396064044>>.

BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus. *Ambiente & Sociedade* [on-line], 2012. v. 15, n. 2, p. 51- 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200004>>. Acesso em 05 jul. 2022.

BRITO, C. R. Territorialidade: a Zona Franca de Manaus e seu impacto socioeconômico no Estado do Amazonas. *Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – RE-ASE*. v. 7, n. 2, p. 2675-3375, 2021.

CACCAVONI, A. *Álbum Descritivo Amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1899.

_____. *Censo Agropecuário, 2017*. IBGE. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2021.

COIMBRA, A. M. O clarão que iluminou a cidade: as concessões Bolonha e a derrocada da “era lemos” – modernização e disputas políticas na Cidade de Belém do Pará. *URBA-NA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP*, v. 5, n. 2, p. 129-154, 2013.

CUFA. *Curro Velho – História*. Cufa Pará, 16 set. 2009. Disponível em: <<http://cufapara.blogspot.com/2009/09/curro-velho-historia.html>>. Acesso em 27 set. 2021.

D'Agostino. Moraes suspende redução do IPI para produtos que são fabricados também na Zona Franca da Manaus. G1 – Brasília, 6 mai. 2022.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/06/moraes-suspende-reducao-do-ipi-para-produtos-que-tambem-sao-produzidos-na-zona-franca-da-manaus.ghtml>>.

Acesso em 06 mai. 2022.

Dário do Pará. 14 fev. 1994.

DIOGO, A. Interpretações urbanística e sociocultural de espaços de moradia autoconstruídos, Vila da Barca: morando sobre as águas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FAUITEC – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. O Curro Velho foi considerado bairro de Belém. Projeto Laboratório Virtual, set. 2016. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2016/07/11/o-curro-velho-foi-considerado-bairro-de-belem/>>. Acesso em 27 set. 2021.

FERREIRA, G. Assentamentos habitacionais na orla de Belém: o caso da Vila da Barca. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura e Bacharelado Em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

FGV EESP – Fundação Getúlio Vargas. Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades. São Paulo: FGV – EESP, 2019.

G1 PA. Curro Velho, IAP e Centur serão Fundação Cultural do Pará em 2015. Portal G1 PA, 18 dez. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/curro-velho-iap-e-centur-serao-fundacao-cultural-do-para-em-2015.html>>. Acesso em 27 mai. 2022.

GUIMARÃES, J. P. Vila da barca, comunidade em Belém do Pará sofre com a pandemia. Jornalistas Livres, 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/vila-da-barca-comunidade-em-belem-do-para-sofre-com-a-pandemia/>>. Acesso em 25 set. 2021.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2003.

IIDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, 2019. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/setor-de-piscicultura-reune-cerca-de-4-mil-produtores-no-amazonas/>>.

202

IPATRIMONIO – Patrimônio cultural brasileiro.

Belém – Curro Velho. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/belem-curro-velho/#!/map=38329&loc=-1.4301343341669834,-48.491669821855425,17>>. Acesso em 27 set. 2021.

LACERDA, F. G. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

LIBERAL, Grupo. Fundação Curro Velho. O liberal. com, 9 jan. 2020 Disponível em: <<https://www.oliberal.com/belempraveresentir/lugares/fundacao-curro-velho-1.228098>>. Acesso em 27 set. 2021.

MARTELLO, A.; RACANICCI, J. Governo deve abrir mão de R\$ 23,4 bilhões com corte de IPI, estima Ministério da Economia. G1 – Brasília, 29 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/29/governo-deve-abrir-mao-de-r-234-bilhoes-com-corte-de-ipi-medida-exclui-maior-parte-da-zona-franca.ghtml>>. Acesso em 29 abr. 2022

MUSEU MEMORIAL VILA DA BARCA. Fundação da Associação dos Moradores da Vila da Barca. Belém, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1SxxodUlfiffD0kNmSBPswT84_rRS0CqA>. Acesso em 27 de set. 2021.

_____. Nossos Valores. Nossa Gente. Folder da Autarquia. [s. d.].

O Liberal. 01 ago. 1991. p. 1 e 5.

O Liberal. 01 mai. 1989.

O Liberal. 10 ago. 1989. p. 44.

O Liberal. 25 jul. 1991.

O Liberal. 28 nov. 1991. p. 7.

OLIVEIRA, E. Fundação Curro Velho forma gerações para as artes. In. Fundação Pará-paz. Disponível em: <<http://www.parapaz.pa.gov.br/pt-br/projetos/geral/noticias/funda%C3%A7%C3%A3o-curro-velho-forma-gera%C3%A7%C3%B5es-para-artes-e-cidadania>>. Acesso em 27 set. 2021.

_____. Panorama. Manaus, 2020. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>.

PARÁ. Procuradoria Geral do Estado. Lei nº 5.628 de 19 de dezembro de 1990. Belém, Pará, 1990.

_____. Pesquisa Industrial Anual (PIA), 2018. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=destaques>>.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35, 2009.

_____. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905, pelo Exmo Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARGES, M. N. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SERAFICO, J.; SERAFICO, M. Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. São Paulo: Estudos Avançados, 2005.

SILVA, M. L.; COSTA, M. F.; LUCAS, M. M. Análise do modelo Zona Franca de Manaus com base nas teorias de desenvolvimento regional. Desenvolvimento Regional: Pro-cessos, Políticas e Transformações Territoriais. Santa Cruz do Sul, 2019.

SILVA, M. L.; LUCAS, M. M.; OLIVEIRA, M. L. Teorias do Desenvolvimento Regional: o modelo da Zona Franca de Manaus e a 4ª Revolução Industrial. Informe GEPEC, jul-dez de 2021, ISSN: 1679-415X, Toledo, v. 25, n. 2, p. 107-124.

SOUZA, A. K. Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

SOUZA, S. S. Os caminhos da urbanização da Vila da Barca Belém. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SPOSITO, M. E. Beltrão. A Gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana. Revista Território, ano 3, n. 4, jan.-jun.,1993.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. PIM registra maior faturamento da história em 2021. gov.br – Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/pim-registra-maior-faturamento-da-historia-em-2021#:~:text=Em%20d%C3%B3lar%2C%20o%20faturamento%20do,tamb%C3%A9m%20fecharam%202021%20em%20alta>>. Acesso em 24 fev. 2022.

VEIGA, J. E. Territórios para um desenvolvimento sustentável. Territórios, Ciência & Cultura, v. 1, p. 03-58, 2006.

CONHEÇA AS AUTORAS E OS AUTORES

MARIO BRAGA DE GOES VASCONCELLOS

Antropólogo e analista ambiental, com graduação em Ciências Sociais e especialização em gestão ambiental. Atua desde 2006 na Amazônia, tendo residido por lá cerca de 5 anos ao longo deste tempo, além das estadas temporárias em projetos diversos. Atuou junto aos povos indígenas Wajãpi, Guarani, Tikuna, Arara, Kararaô, Xipaya, Guajajara e Awa Guajá, e desenvolveu trabalhos nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. Sua experiência profissional mescla atuação no campo do indigenismo e consultorias ambientais em projetos diversos, como a UHE Belo Monte e a Estrada de Ferro Carajás.

LIA LUTZ KROEFF

Graduada em Turismo (PUCRS, 2004) e Geografia (UFRGS, 2007) e mestra em Planejamento Ambiental (UFRJ, 2010). Atua na área de

consultoria socioambiental desde 2005. Possui larga experiência em estudos e projetos ambientais em diversas regiões do Brasil. Já elaborou inúmeros diagnósticos socioambientais participativos e diagnósticos socioeconômicos, contemplando análises de indicadores socioeconômicos e institucionais e análises espaciais, com aplicação de técnicas de geoprocessamento.

DANIEL SANTOS

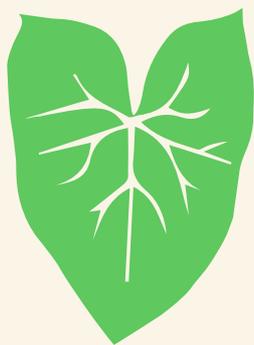
Consultor em análise de dados relacionados à pesquisa ambiental. Nativo do Pará, é engenheiro ambiental de formação e atua há mais de 15 anos com foco na Amazônia. Possui experiência e publicações de pesquisas ambientais e socioeconômicas nos mais variados temas relacionados ao uso da terra e qualidade de vida na região amazônica.

GABRIELA GOULART OLIVEIRA

Graduada em Gestão Ambiental (USP, 2013) e mestra em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável (ESCAS-IPÊ, 2020). Atuou em projetos voltados para governança e gestão climática e com conservação de florestas nativas na região

amazônica por meio da comercialização de créditos de carbono florestais. Responsável pela formação de lideranças para sustentabilidade e aceleração de diversos negócios sociais.

Liderou ou participou da execução de diagnósticos socioambientais participativos, do desenvolvimento de projetos de empoderamento social, educação ambiental e geração de renda, da criação de sistematizações de monitoramento e gestão de indicadores de impacto dos projetos socioambientais.



A Série Amazônia Brasileira – Perspectivas territoriais integradas e visão de futuro é uma publicação da Synergia Consultoria Socioambiental, produzida pelo Centro de Estudos Synergia, um núcleo de inteligência, união de saberes e ampliação de conhecimentos e debates com a sociedade.

© Centro de Estudos Synergia, 2022

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Coordenação editorial Lilian Veltman e Mario Vasconcellos

Coordenação de produção Alexandre Pessôa

Projeto gráfico, edição de arte e diagramação Andreia Freire

Colaboração Bibiana de Aquino Gil, Clarissa Age, Karina Mendes
e Marcos Vinicius Quizadas de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Territórios [livro eletrônico] : metrópoles na floresta / Mario Braga de Goes Vasconcellos... [et al.]. – São Paulo, SP : Centro de Estudos Synergia, 2022.
PDF

Outros autores: Lia Lutz Kroeff, Daniel Santos, Gabriela Goulart Oliveira.
Bibliografia.
ISBN 978-65-995974-6-6

1. Amazônia – Brasil 2. Amazônia – História 3. Desenvolvimento sustentável – Amazônia, Brasil 4. Desmatamento – Brasil – Amazônia 5. Florestas – Amazônia 6. Planejamento territorial 7. Sustentabilidade I. Vasconcellos, Mario Braga de Goes. II. Kroeff, Lia Lutz. III. Santos, Daniel. IV. Oliveira, Gabriela Goulart. V. Série.

22-122299

CDD-304.2309811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Planejamento territorial e desenvolvimento social : Ciências sociais 304.2309811

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380



Synergia Consultoria Socioambiental
Av. Ipiranga, 104 – 13º – República
01046-010 São Paulo – SP
contato@synergiaconsultoria.com.br
11 3087-0660
synergiaconsultoria.com.br



**CLIQUE AQUI E CADASTRE-SE PARA RECEBER
TODOS OS VOLUMES DA SÉRIE GRATUITAMENTE**



CENTRO DE ESTUDOS
synergia


synergia
SOCIOAMBIENTAL

